

UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ CARNEIRO DE ALMEIDA FILHO

MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE (1947 A 1951)

ARACAJU – 2017

MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE (1947 A 1951)

JOSÉ CARNEIRO DE ALMEIDA FILHO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente.

PROF.^a DR.^a RAYLANE ANDREZA DIAS NAVARRO BARRETO

ARACAJU – 2017

MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO RURAL EM SERGIPE (1947 A 1951)

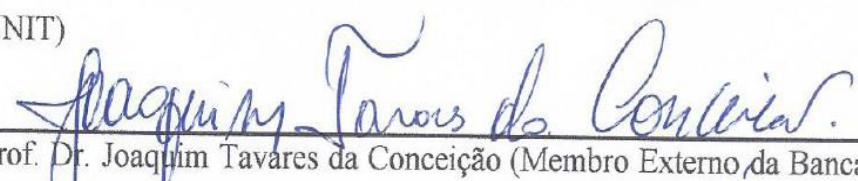
JOSÉ CARNEIRO DE ALMEIDA FILHO

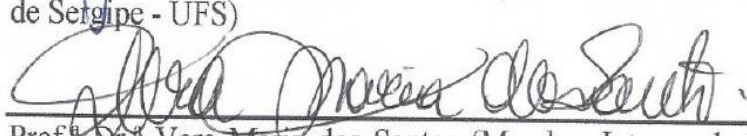
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa 2 – Educação e Formação Docente.

APROVADO (A) EM: 22 de Março de 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (Orientador - Universidade Tiradentes - UNIT)


Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (Membro Externo da Banca - Universidade Federal de Sergipe - UFS)


Prof.ª Dr.ª Vera Maria dos Santos (Membro Interno da Banca - Universidade Tiradentes - UNIT)

Almeida Filho, José Carneiro de

F478m Memórias da educação rural em Sergipe (1947 à 1951) / José Carneiro de Almeida Filho. – Aracaju –Se, 2017.

166 f. : il. ; 31 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, 2017.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto.

1. Educação Rural. 2.História vista de baixo. 3. Memória. Sergipe.

CDU 373.3(813.7)

Alda Teresa Nunes de Freitas CRB-5ª/1279



Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos. Onde está nossa primeira casa? Só em sonho podemos retornar ao chão onde demos nossos primeiros passos. (ECLÉA BOSI, 2003).

AGRADECIMENTOS

Ao escrever esta dissertação, passei por diversos momentos de indecisões, de tristezas, emoções e alegrias, mas eu não estava sozinho, como muitas vezes imaginava estar. Por isso, é muito bom ter um espaço para agradecer às pessoas que comigo compartilharam esta etapa da minha vida. Nutrido pelos incessantes giros que dei desde o início da minha escolarização na Escola Rural do Professor Bráulio e dos outros giros que foram acontecendo à medida em que fui encontrando pessoas extraordinárias que contribuíram de forma direta e indireta para que este trabalho fosse construído, eu aqui agradeço:

Primeiro a DEUS pela força e pelas bênçãos concedidas diariamente.

Aos meus pais José Carneiro de Almeida e Benedita Trindade de Almeida.

À minha orientadora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, a quem tenho enorme respeito e admiração. Agradeço não somente pela grande profissional que é, pelo olhar criterioso e pelas maravilhosas orientações, mas pelo ser humano que é. Obrigado pela confiança, incentivo e disponibilidade, que muito contribuíram para meu crescimento e para o desenvolvimento deste trabalho. Ray, meu muito obrigado e que “DEUS lhe dê o Céu”!

Aos meus irmãos, Maria José Almeida (*in memoriam*), Maria Carneiro de Almeida Cunha, Antonio Carneiro de Almeida, Maria das Dores Carneiro de Almeida, Marcia Carneiro de Almeida e Marcio Carneiro de Almeida.

Aos meus filhos: Marcio Vinicius Florêncio Carneiro de Almeida, Victória Batinga de Almeida, Laura Reis de Almeida, João Pedro Pereira Carneiro e Maria Cecília Pereira Carneiro (8 meses na gestação). Aos meus sobrinhos, Luciana, Andreza, Juliana, Vitória, Patrícia, Leilane, Ana Luiza, Alex, Vinício, Cesar, Fernando, Jackson, Felipe, Rebeca, Ruana, Júlio e Miguel. Estes companheiros foram imprescindíveis para realização desta pesquisa.

Agradeço também aos professores que compõem o quadro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT), em especial a Ada Augusta Celestino Bezerra, Cristiane de Magalhães Porto, Cristiano Ferronato, Éverton Gonçalves de Ávila, Ilka Miglio de Mesquita e Simone Silveira Amorim pelos momentos de aprendizagem e ensino compartilhado.

Aos meus colegas da turma 2015/1 do Mestrado em Educação, em especial, Luzianne, Antenor e Emerson, pelos momentos valiosos de troca de experiências quando participamos dos eventos acadêmicos como: Enfope, Educon, Sempesq.

Agradeço de forma carinhosa aos funcionários do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC): Alda, Katherine e David pelos momentos de apoio e amizade que construímos.

Aos professores Joaquim Tavares da Conceição e Vera Maria Santos pela leitura e sugestões para este trabalho de pesquisa.

Agradecer principalmente aos meus entrevistados e entrevistadas, em especial ao Professor Luiz Antonio Barreto (*in memoriam*). Como eu gostaria que estivesse aqui!

A Maria Luiza Vieira Cruz, pela colaboração da documentação do arquivo particular de seu pai, Professor Acrísio Cruz. O meu muito obrigado.

Agradeço em especial à minha esposa Josefa Pereira dos Santos Carneiro, pela parceria, paciência que soube conduzir o relacionamento, dosando momentos de cobrança e tolerância.

RESUMO

Através dos pressupostos teórico e metodológico da História Cultural e Social Inglesa, o presente trabalho teve como objeto de estudo 30 narrativas de alunos e/ou professores acerca da Educação Rural em Sergipe no período de 1947 a 1951. O marco temporal delimitado compreende o período correspondente à política de implantação das Escolas Típicas Rurais do presidente Eurico Gaspar Dutra (1947 – 1951) por meio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), quando em Sergipe era governador José Rollemberg Leite. Com o intuito de contribuir com a historiografia da educação rural buscou-se responder às seguintes perguntas: Considerando que o ensino no meio rural devia/deve satisfazer às necessidades e aspirações da população que nele habita com vistas a favorecer a sua permanência no lugar, o projeto do Inep tinha a intenção de, à revelia das vontades, aprisionar o homem à terra, enclausurar o habitante no campo? E as oportunidades, que a escola rural pôde oferecer aos seus alunos, contemplaram as necessidades dos jovens rurícolas? De que forma as práticas pedagógicas se efetivaram nas escolas rurais do estado de Sergipe? A metodologia da história oral pode contribuir para interpretar o instituído e o vivido pelos ex-alunos das escolas rurais do estado de Sergipe? Neste sentido e com o objetivo geral de compreender como as narrativas orais de alunos e /ou professores podem contribuir para a formação da memória e do acervo da educação rural em Sergipe, foi necessário: mapear as narrativas para compor uma amostra documental sobre a educação rural no período de 1947 a 1951; identificar como se deram as práticas educacionais das escolas rurais, bem como analisar e interpretar as tensões entre o instituído e o vivido. Os conceitos/categorias de análises “memória” e “experiência” foram fundamentais, pois essas, ancorada em historiadores como o inglês Edward Palmer Thompson (1981), Christopher Hill (2003), Eric Hobsbawm (2012) e Jim Sharp (1992), permitiram o diálogo frutífero com autores como Ecléa Bosi (1994); Verena Alberti (2005); Barreto, Silva e Mesquita (2013). Assim encontrei respaldo teórico para operar historicamente com lentes da história vista de baixo. O procedimento metodológico, para além da metodologia da história oral a partir de Thompson (1992) e Alberti (2005) e da pesquisa bibliográfica, contou com a pesquisa documental em fontes como: mensagens de governadores, diários oficiais, decretos, artigos de jornais e relatórios de aulas práticas. Para obtenção das fontes documentais foram pesquisadas as revistas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE); Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) e Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC). A conclusão alcançada revela que o projeto de implantação das escolas típicas rurais, embora tenha contado com especialistas educacionais que realizaram pesquisa ampla que mapeou as dificuldades do meio e que em muito contribuiu para a difusão do ensino primário rural, não agregou, em sua proposta, a “escuta” do rurícola, o que, por certo, contemplaria as especificidades e necessidades locais, que por sua vez recairia nas reais aspirações desses em termos educacionais. Tais conclusões por certo só foram possíveis a partir da tensão entre o instituído e o vivido captado pela metodologia da história oral.

Palavras-chave: Educação Rural. História vista de baixo. Memória. Sergipe.

ABSTRACT

Through the theoretical and methodological assumptions of English Cultural and Social History, the present study had as object of study 30 narratives of students and / or teachers about Rural Education in Sergipe from 1947 to 1951. The delimited temporal frame is established on the period the political settlement of the Typical Rural Schools from President Eurico Gaspar Dutra (1947-1951) through the National Institute of Pedagogical Studies (Inep), when Sergipe was governed by José Rollemberg Leite. In order to contribute to the historiography of rural education, the following questions were answered: Considering that rural education should / must satisfy the needs and aims of the population that lives there in order to favor its remaining in the place, Inep's project had the intention of, without caring for the wills, hold man to the land, retain inhabitant in the rural zone? And the opportunities, the rural school could offer to its students, have addressed the needs of rural young people? How did pedagogical practices take place in rural schools in the state of Sergipe? Can oral history methodology contribute to interpreting what was imposed and supported by former students of rural schools in the State of Sergipe? In this sense, and with the general objective of understanding how the oral narratives of students and / or teachers can contribute to the composition of the memory and the heritage of rural education in Sergipe, it was necessary: to map the narratives in order to compose a documentary sample on rural education in the period from 1947 to 1951; Identify how the educational practices of rural schools were given, as well as analyze and interpret the tensions between imposed and supported circumstances. The concepts of categories, analysis, "memory" and "experience" were fundamental, since these ones, anchored in historians such as English Edward Palmer Thompson (1981), Christopher Hill (2003), Eric Hobsbawm (2012) and Jim Sharp (1992), permitted a meaningful dialogue with authors such as Ecléa Bosi (1994); Verena Alberti (2005); Barreto, Silva and Mesquita (2013). Thus, I found theoretical support to operate historically with lenses from history viewed from below. The methodological procedure, besides the oral history methodology from Thompson (1992) and Alberti (2005) and the bibliographical research, were associated to a documentary research in sources as: messages from governors, official journals, decrees, newspaper articles and reports from practical classes. In order to get documentary sources, the journals of the National Institute of Pedagogical Studies-INEP and the archives of the Historical and Geographical Institute of Sergipe-IHGS were searched, as well as Public Archive of the State of Sergipe-APES and Tobias Barreto Institute of Education and Culture-ITBEC. The conclusion revealed that the project for typical rural schools settlements, though counting on educational specialists who carried out extensive research that mapped out the difficulties of the environment and greatly contributed to the diffusion of rural primary education, did not add in its proposal the young rural "listening", which, of course, would take into account local specificities and needs, which, in turn, would set on their real aspirations in educational terms. Such conclusions, of course, were only possible because of the tension between imposed and supported circumstances caught by the methodology of oral history.

Keywords: Rural Education. History viewed from below. Memory. Sergipe.

SUMÁRIO

1 MEMÓRIAS DE UM ITINERÁRIO ESCOLAR: DO RURAL AO URBANO.....	15
1.1 A pesquisa de campo, no campo.....	40
2 EM BUSCA DE “DOADORES DA MEMÓRIA”: O PERCURSO DA PESQUISA COMO CHAVE PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO HISTÓRICO.....	44
2.1 Classificação dos tipos de Escolas e surgimento do termo Educação Rural	44
2.2 Inep e a implantação das escolas rurais em Sergipe.....	52
2.3 Em busca de memórias da Educação Rural de Sergipe.....	64
3 DAS EXPERIÊNCIAS E SUAS MEMÓRIAS: AS NARRATIVAS COMO OBJETO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL	91
3.1 Sobre os professores: formação e representação das práticas educativas.....	91
3.2 Material “didático” rural oferecido pelo estado para execução das práticas educativas.....	112
3.3 Sobre as práticas profissionais e as apropriações discentes.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS.....	142
APÊNDICES.....	149
ANEXOS	157

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta baixa da escola rural	51
Figura 2 – Professor Acrísio Cruz admirando a Escola Rural em Arauá.....	60
Figura 3 – Placa de inauguração da Escola Rural do povoado Lagoa de Dentro.....	80
Figura 4 – Ficha de inscrição de Zuleide Nascimento para o curso de formação para professores rurais.....	94
Figura 5 – Ficha de inscrição de Maria Rabelo Leal para o curso de formação para professores rurais.....	96
Figura 6 – Aprovação do plano de elaboração e estruturação do curso de formação de professores rurais.....	101
Figura 7 – Livro didático (<i>Aritmética progressiva</i>)	112
Figura 8 – Livro didático (<i>Crestomatia</i>).....	113
Figura 9 – Uniforme da Escola Rural do pov. Mocambo em Frei Paulo.....	120
Figura 10 – Governador e diretor da educação rural visitando uma escola rural	124
Figura 11 – Alunos desenvolvendo Práticas Agrícolas na Escola Rural “Cruz da Donzela” (1948)	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nome das professoras, dos territórios e dos municípios em que trabalharam.....	35
Quadro 2 – Primeiras escolas rurais construídas em Sergipe (1947)	54
Quadro 3 – Escolas rurais construídas, conforme 2º acordo (1948)	55
Quadro 4 – Entrega das escolas rurais em 1949.....	57
Quadro 5 – Entrega das escolas rurais em 1950	58
Quadro 6 – Entrega das escolas rurais em 1951.....	59
Quadro 7 – Relação das escolas rurais em construção	61
Quadro 8 – Formação específica de professores para Escola Rural	108
Quadro 9 – Tipos de castigos físicos	118
Quadro 10 – Instrumental para escola agrícola	123

LISTA DE TABELAS

Tabela1-População urbana/rural em relação à população do Brasil (1920 a 1950)	
.....	20
Tabela 2 –Escolas rurais construídas por território (1947 a 1951)	37
Tabela 3 – Grau Elementar	53

LISTA DE SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ABE – Associação Brasileira de Educação
ANL – Aliança Nacional Libertadora
Apes – Arquivo Público de Sergipe
Bicen – Biblioteca Central
CAPS – Centro de Pesquisa Educacional
CBE – Congresso Brasileiro de Educação
CBAR – Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CEE/SE – Conselho Estadual de Educação de Sergipe
CF – Constituição Federal
CNE – Conferência Nacional de Educação
DES – Departamento de Educação em Sergipe
Does – Diário Oficial do Estado de Sergipe
FNEP – Fundo Nacional do Ensino Primário
Funrural – Fundo de Assistência ao Trabalhador rural
GPSEHM – Grupo de Pesquisa Sociedade Educação, História e Memória
IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Inep – Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas
Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITBEC – Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura
MEC – Ministério da Educação
PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação
SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação
Sucam – Superintendência de Campanhas
UFS – Universidade Federal de Sergipe
Unit – Universidade Tiradentes
MRE/SCI – Ministério das Relações Internacionais/Sistema Consular Integrado

1-MEMÓRIAS DE UM ITINERÁRIO ESCOLAR: DO RURAL AO URBANO

Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. (ECLÉA BOSI, 2003, p. 69).

O Girassol tem seu giro em torno do sol, como eu que giro incessantemente em busca de conhecimento. Assim como o girassol, que tem raízes e caules com suas respectivas funções, as minhas raízes, meus pais e professores; e o caule, os ensinamentos, disciplina, respeito e valores, que me inspiraram até chegar ao que sou hoje: José Carneiro de Almeida Filho, pai, assistente social, professor e pesquisador. O Girassol, revelado no contexto desta investigação, nasce da finitude dos acontecimentos e brilha nas significações das experiências lembradas sobre o meu itinerário da escolarização rural. As recordações (memórias) implicam nos giros que é o jeito de falar sobre si mesmo, num permanente diálogo entre o espaço vivido e as transformações de identidades subjetivas no processo de formação profissional. Nesta lógica metafórica os primeiros giros foram acontecendo à medida que a construção da minha identidade ia se formando e se transformando a partir das primeiras experiências no meio rural.

Neste sentido, valendo-me da minha própria memória, busco compreender uma parte da história da educação, restrita ao meio rural. Para Verena Alberti, a relação entre história e memória é indissociável, e por isso estudar uma história “[...] é estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória é importante porque está atrelada à construção da identidade” (ALBERTI, 2005, p. 27). Assim, a memória, testemunha da construção da minha identidade, me conduziu rumo ao passado que ora coincide com a minha experiência escolar, ora a extrapola e contempla outros cronotopos.

Sou o terceiro filho de um homem simples¹, que nasceu em março de 1933 e morou no Sítio Alto dos Macacos, município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas. José Carneiro de Almeida (meu genitor), com apenas o ensino primário completo, mas com uma aguçada percepção e muito confiante na vida, saiu do referido sítio para o povoado Sebastião Ferreira, casando-se com minha mãe, Benedita Trindade de Almeida. Nesse ínterim meus pais

¹ Homem simples, história de vivências ocultas. A Escrita da História relatada até então fora dos feitos heroicos, sempre com perspectivas voltadas para os grandes heróis, deixando de lado a “classe inferior”, mesmo sendo essa uma das principais protagonistas do nosso passado e ainda dos tempos atuais. Tanto os sujeitos como os documentos que antes não foram vistos como fonte histórica, possuem agora um caráter relevante para o estudo da história. Esta nova prática foi apresentada por Edward Palmer Thompson, ao publicar um artigo sobre *The History From Below*, e atraiu a atenção de diversos historiadores.

procuraram matricular os três filhos mais velhos, Maria José, Maria Carneiro e José Carneiro (eu), em 1965, na única escola existente na região, a Escola Rural do Professor Bráulio, dando início à minha primeira fase da vida escolar.

Com base na memória das minhas primeiras lembranças escolares, entendo que foi na Escola Rural do Professor Bráulio que iniciei minhas experiências, as quais deixaram marcas que imprimem reflexões sobre o vivido. Neste sentido, é baseando-se neste, dentre outros fatos, que em grande parte venho construindo a minha história pessoal e profissional. Ora somando, partilhando, aprendendo, ensinando e crescendo, ora me transformando com as mudanças reveladas nos espaços por onde passei e ainda passo. Foi nas escolas: Grupo Escolar Visconde de Sinimbu, Grupo Escolar Rodrigues Dórea, Colégio Senhor do Bonfim, Faculdade Tiradentes (Fits), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em que estudei até entender que aquela Escola Rural por onde passei, em 1965, merecia um registro.

As lembranças das escolas por onde passei me inspiraram muito, construindo uma base sólida para minha formação, assim como contribuíram também na construção de valores significativos como ser educado, ver e pensar nas relações de ensino-aprendizagem, pois estas atitudes estavam internalizadas desde os primeiros contatos que tive com a educação através do já citado Professor Bráulio. Assim terminei o Primário e o Ginásio sem me tornar apenas passivo das “Práticas Pedagógicas”, mas com os ensinamentos da Ética, do Respeito e Solidariedade, que foram vivenciados pelo primeiro professor de quem lembro observando os recreios, ministrando aulas, tratando gentilmente os alunos, embora com seriedade e disciplina representada pela sua postura imponente.

Era 1977 e depois de um longo período de estudos, que envolveram a mudança do meio rural do estado de Alagoas para o meio urbano do estado de Sergipe, alcancei o meu primeiro objetivo profissional quando me submeti ao concurso público federal, no cargo de Agente de Saúde Pública da Superintendência de Campanha de Saúde Pública (Sucam) e fui aprovado. Vale ressaltar que ter nascido no meio rural; ter estudado em Escola Rural; ter tido um professor que mesmo aos seis anos de idade me marcou profundamente; ter uma família que participou do êxodo rural e pais que, embora com pouca educação escolar, fizeram com que seus filhos estudassem, foi gratificante.

Neste sentido, as experiências realizadas no período da minha infância, na adolescência e como servidor do Ministério da Saúde, vinculadas às experiências na academia, levaram-me a definir como objeto de estudo para minha Dissertação de Mestrado em Educação as “Narrativas de memórias acerca da Educação Rural em Sergipe 1947 a 1951”. A escolha recai

sobre o marco temporal dos anos 1947 a 1951, pois foi nesse íterim que, no governo do engenheiro José Rollemberg Leite, foi iniciado o projeto de implantação das escolas rurais. Em sua mensagem de avaliação do projeto, ele assim designou e sintetizou o tipo de escola que criou em Sergipe, a partir dos palnos do Inep:

O ensino típico rural foi difundido em quase todo estado chegando a alcançar relativo êxito, não só pelo aproveitamento verificado, mas ainda pela mentalidade nova entre as mestras, que souberam, com os conhecimentos recebidos, em cursos extraordinários aqui ministrados, fixar e desenvolver aptidões especiais, no sentido de transformar o currículo primário, numa renovação educacional bem exercida (Mensagem José Rollemberg Leite, 1951, p. 20).

Sendo assim, pode-se perceber que o estado de Sergipe lançou o projeto de implantação de escolas rurais a partir de 1947. No entanto, o estado pioneiro em planejamento, construção e regulamentação de escolas típicas rurais do país foi o Rio de Janeiro. Dias (apud MORAES, 2014) ressalta que “[...] as primeiras escolas típicas rurais foram construídas em 1938 e deveriam servir de modelo para as escolas isoladas de seu entorno”. Ainda segundo este autor, “no estado do Rio, o regulamento da instrução pública primária de 1936 (decreto 196-A, de 24/12/1936) dedicou um capítulo sobre a criação de escolas típicas rurais”. Tal experiência de implantação de escolas típicas rurais do estado do Rio de Janeiro me fez pensar sobre este processo no estado de Sergipe.

Deste modo, a pesquisa sobre as escolas rurais deve-se a um conjunto de fatores que vão desde as experiências pessoais como as já citadas, às leituras sobre a política de contenção do êxodo rural elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), que foi criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937². O MEC e o Inep contribuíram fundamentalmente para diagnosticar os problemas do

² Em 1938, pelo Decreto-lei nº 580, de 30 de julho desse ano, fora organizado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), criado no bojo da lei que reorganizou o Ministério da Educação e Saúde, com o nome de Instituto Nacional de Pedagogia (atualmente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). A organização do Instituto Nacional de Pedagogia e sua nova denominação foram justificadas por Capanema, em Exposição de Motivos encaminhada a Vargas em 10 de junho de 1938. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos teria a competência de: a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas; b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro; c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos; d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional; e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dessa, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

sistema educacional brasileiro, mostrando a quantidade e a “qualidade” das escolas, tornando-se ponto de partida intervenções nos estados e municípios brasileiros.

À época, o presidente Getúlio Vargas, informado pelos estudos do Inep e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstravam as precárias condições em que se desenvolvia o ensino primário na zona rural, decidiu finalmente pela intervenção. Como primeira providência o governo federal criou, em 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) pelo Decreto n. 4958 de 14 de novembro, com o objetivo de combater o analfabetismo e o êxodo rural, até porque os estados somente com os recursos próprios não conseguiram resolver o problema do analfabetismo e das precárias condições de trabalho e vida deles decorrentes. Virgínia Pereira da Silva de Ávila, na sua tese de Doutorado, *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina*, revelou que “[...] na distribuição do FNEP 70% dos recursos deveriam ser empregados na construção de prédios escolares, 25% na educação de adolescentes e adultos analfabetos e 5% em bolsas de estudos destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal” (ÁVILA, 2013, p. 112).

De acordo com o que prescrevia o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

O Fundo Nacional de Ensino Primário foi instituído pelo Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, para subvencionar os convênios celebrados entre Estados, Territórios e o Distrito Federal com o governo federal com vistas à ampliação e melhoria do sistema escolar primário. Em 1944, foi elaborado um plano para aproveitamento dos recursos do FNEP, mas, apenas a partir de 1946 teve início a construção de unidades escolares nas zonas rurais, de fronteira e de colonização. (BRASIL. INEP, 1949, p. 37).

Desta forma, o Inep coordenou um projeto de construção de escolas rurais em todo o Brasil, com o qual o Dr. Murilo Braga³, diretor do Instituto à época, compreendeu e atacou de frente o problema do êxodo rural, planejando e realizando a construção de aproximadamente seis mil escolas rurais em todo o país. Neste sentido, o que passou a existir a partir dessa década foi uma modalidade legitimada própria de um lugar, com características distintas das escolas urbanas e com vistas a fixar o homem no campo, haja vista a saída frequente da população rural para os espaços urbanos em busca de melhores condições de vida, bem como a falta de perspectiva daqueles que no campo continuavam.

³ Murilo Braga de Carvalho, nascido no Piauí na cidade de Luzilândia, em 08 de dezembro de 1912. Formou-se Bacharel em Direito em 1937 pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professor e diretor do Instituto de Educação, assistente da cadeira de Psicologia Educacional, assistente de seleção pessoal do Conselho Federal do Serviço Público Civil, diretor de seleção de aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Trabalhou no Ministério da Guerra dos Estados Unidos. Foi diretor do Inep e em 1946 organizou o Plano de Construção Escolar para todo o Brasil. Faleceu em 1952, aos 52 anos de idade.

Estes conhecimentos aguçaram os meus desejos pela pesquisa histórica ou para ler a educação com o propósito de historiador. Assim, parti antes de tudo de uma disposição para a leitura, ver e ouvir contar o outro, o que me impõe uma questão. E por isso me perguntei: Como poderia relacionar o desejo de evidenciar as formas que aquela população vivia com o meu conhecimento construído no meio acadêmico? Através deste questionamento, outros vieram no sentido de problematizar o que para mim era parte da minha própria história e que, da mesma forma, era para aqueles que no campo permaneciam fazendo dele um lugar melhor.

Atento às questões em torno do tema educação rural, persegui a seguinte problemática investigativa: Considerando que o ensino no meio rural devia/deve satisfazer às necessidades e aspirações da população que nele habita com vistas a favorecer a sua permanência no lugar, o referido projeto (do Inep) tinha a intenção de, à revelia das vontades, aprisionar o homem à terra, enclausurar o habitante no campo? E as oportunidades, que a escola rural pôde oferecer aos seus alunos, contemplaram as necessidades dos jovens ruralistas? De que forma as práticas pedagógicas se efetivaram nas escolas rurais do estado de Sergipe? A metodologia da história oral pode contribuir para interpretar o instituído e o vivido pelos ex-alunos das escolas rurais do Estado de Sergipe?

A hipótese que norteia esta pesquisa é que o projeto do Inep foi pensado de cima para baixo, de maneira que o homem fosse dotado de habilidades que favorecessem o desenvolvimento no meio rural, desconsiderando particularidades e singularidades das suas experiências, o que pode ter resultado em gerações com formação insuficiente para transformar o campo numa economia produtiva e em lugar onde se vive bem cultural e socialmente.

Parto do pressuposto que as revelações captadas através das memórias apropriadas por meio da metodologia da história oral são compostas por elementos que vão além do que foi prescrito em termos legais, pois há nelas sentimentos, singularidades, expectativas, enfim, experiências vividas que agregam valores à história da educação, neste caso, a de Sergipe.

Desta forma, voltando historicamente no tempo, mais precisamente ao início do século XX, busco senão as origens, ponto de partida para compreensão da educação no meio rural. A sociedade brasileira passava por uma série de circunstâncias que em certa medida foram expostas por Alberto Torres, no livro intitulado *A organização nacional*, publicado em janeiro de 1914. Nesse livro ele faz uma análise conclusiva do perfil do Brasil e assim sintetiza sua situação.

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para os centros

populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino ser um país agrícola: toda ação que tende a desviá-lo desse destino é um crime contra os interesses humanos. (TORRES, 1914, p. 134).

Tais aspectos incidiram na educação do brasileiro, sobretudo pelo alto número de analfabetos que o contexto de êxodo rural propiciou. Jorge Nagle, no livro *Educação e sociedade na Primeira República*, ao analisar os movimentos que foram sendo articulados em prol da educação do brasileiro os categoriza em dois aspectos denominados de “Entusiasmo pela educação” e “Otimismo pedagógico”. O primeiro se caracteriza pela necessidade de ampliação de escolas com vistas a aumentar as oportunidades educacionais e o segundo representou aspectos qualitativos requeridos e que priorizavam a qualidade dos recursos didáticos e pedagógicos para oferecer uma educação de qualidade.

Jorge Nagle assim sintetiza:

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizaram a década 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu corrente de ideias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. (NAGLE, 2001, p. 135).

Nos anos de 1920, 75% da população rural na idade escolar continuava analfabeta, assim fora publicado no Mapa do Analfabetismo no Brasil do Ministério da Educação (S/d, p. 6). Mais especificamente nos demonstrativos do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “Sobre o analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/1950 mostram que no ano de 1920 o total da população 17.564, analfabetos 11.409, taxa de analfabetismo 65,0% [...]”. No mesmo documento consta: “no ano de 1940 população 23.648, analfabetos 13.269, taxa de analfabetismo 56,1%, e em 1950 população 30.188, analfabetos 15.272, taxa de analfabetismo 50,6%, (Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP S/d, p.6).

A tabela a seguir, composta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que mesmo na década seguinte o quadro de êxodo rural vai se intensificando ainda mais.

Tabela 1 – População urbana e rural em relação à população total do Brasil (1920 a 1950)

População/Ano	1920	1930	1940	1950
Urbano	16%	20%	31,24%	36,16%
Rural	84%	80%	68,76	63,84%

Fonte: Mapa do Analfabetismo no Brasil do Ministério da Educação. Anuário estatístico do IBGE (1972).

Como pode ser visualizado, há um aumento significativo de analfabetos na zona urbana, chegando a um número mais expressivo entre as décadas de 1930 a 1940, ao tempo que na zona rural os números são decrescentes, sobretudo nessa mesma década. O que se pode deduzir é que em função do êxodo rural o número de analfabetos tenha aumentado enquanto na zona rural estava ocorrendo gradativamente a inserção de escolas. Tais números serviram de estímulo para que projetos fossem criados e implantados por parte do governo federal.

Neste sentido, foi Sud Mennucci⁴ quem melhor traduziu, no plano teórico e político, o pensamento de Alberto Torres, considerado um dos precursores do pensamento ruralista brasileiro. Ambos criticavam que habitualmente as ideias vindas dos estrangeiros mantinham um tipo único de ensino, sem levar em consideração as diversidades regionais. Isso porque o campo não deixou de ter seus problemas originais, que por sua vez tinham no clima e na cultura elementos determinantes, ficando o seu público à mercê das políticas pensadas de cima para baixo. O que não significa dizer que não foram pensadas a partir do bem-estar do homem do campo, mas com certo grau de distanciamento da realidade e/ou das necessidades que reverberam até os dias atuais.

Mesmo com o maior contingente populacional residindo no meio rural, só a partir da década de 1930 o ensino primário rural ganhou visibilidade no cenário político nacional, por dois motivos: o primeiro, pela criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), criada em 16 de outubro de 1924. Sua atuação se deu por meio da organização de encontros, conferências e congressos, em que se discutiam temas de educação, cursos, de publicações, de pesquisas, que abordavam temas específicos; e o segundo, com a Constituição Federal de 16 de julho de 1934 que no Art. 156 dispôs em parágrafo único: “Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual.” (BRASIL, 1934, art. 156).

Entre outros aspectos elencados pela Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934, podemos destacar a reafirmação de que “a educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos [...]”. Segundo Pinheiro:

A ideia de que a educação é um direito de todos levou os administradores públicos a entenderem que era necessário criar e expandir escolas por todo o Brasil e as instituições escolares escolhidas para a sua efetivação voltou-se para a expansão dos grupos escolares e, paralelamente, a implementação de escolas rurais. Esse tipo de escola visava incentivar a interiorização da

⁴ Sud Mennucci nasceu em Piracicaba/SP em 20 de janeiro de 1892, filho de um casal de italianos de Lucca que chegaram ao Brasil como imigrantes em 1888. Sud foi professor, geógrafo, sociólogo, jornalista e escritor.

educação escolar pública no território brasileiro, com o intuito de difundir o “espírito” modernizador e nacionalista no país, bem como vencer o analfabetismo. Assim sendo, essa política não se destinava tão somente na qualificação do camponês, mas objetivava também formar um novo cidadão, pois uma vez instruídos e alfabetizados poderiam, os camponeses, participar efetivamente da vida política do país. (PINHEIRO, 2006, p. 5).

Neste sentido e dentre outros movimentos, Flávia Obino Corrêa Werle, no livro *Educação rural em perspectiva internacional*, sinaliza que “o 8º Congresso Brasileiro de Educação⁵ ocorreu em Goiás, em 1942. O grande foco de discussão foi educação no meio rural. Era amplo o significado dado à educação; a orientação ruralista [...]” (WERLE, 2007, p. 157). Nesse período foram implantadas políticas de escolarização voltadas para a melhoria da educação rural, que é resultado de entendimentos firmados entre o governo federal e os estados, assim como do 8º congresso que focou a discussão sobre a escola rural e a Lei Orgânica do ensino primário (Decreto Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946) que visou, essencialmente, regular a participação do governo federal na estruturação e na organicidade deste grau de ensino.

Por certo a escolarização das populações rurais vinculada aos projetos de “modernização do campo” situa-se no contexto de dependência trazido da Europa. Nos anos de 1934, o Ministério da Agricultura do governo Getúlio Vargas patrocina vários projetos destinados a capacitação da população rural, entre eles pode-se destacar: as colônias agrícolas de núcleo colonial para incentivar e fomentar o cooperativismo e crédito agrícola; os cursos de aprendizado agrícola, com o objetivo de formar capatazes rurais. Já na década de 1940, surgem novas propostas para educação rural brasileira, sob coordenação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das populações Rurais (CBAR) que tomou grande impulso fazendo surgir diferentes programas oficiais de educação e extensão rural que pretenderam atingir as bases populares para atender as necessidades culturais produtivas e industriais do país.

O texto de Adriana Mendonça Cunha dentre outros aspectos trata da “Aliança Brasil-Estados Unidos na década de 1940: a segunda guerra mundial e o desenvolvimento econômico brasileiro e do que ele resultou a exemplo da atuação do “Professor King Hall norte-americano especialista em educação comparada [que] trabalhou em missões culturais financiadas pelo governo norte-americano com o objetivo de estudar os sistemas educacionais de diversos países na Ásia e América do Sul”. No caso do Brasil, sua contribuição e suas experiências fizeram

⁵ 8º Congresso Brasileiro de Educação apresentou 118 Teses divididas em 13 Seções plenárias que decorriam acerca do: ensino primário; ensino secundário; ensino superior; higienista; educação profissional; métodos pedagógicos; educação da criança; alfabetismo; educação física; educação moral; escotismo; magistério; e educação rural.

parte do acordo assinado entre Brasil e Estados Unidos e essa relação foi intensificada em 1945 com fundação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das populações Rurais (CBAR) que atuaria com o Ministério da Agricultura (MA) e com o *Institute of Inter-American Affairs* com o objetivo de operar através de três grandes eixos: o primeiro composto por Clubes agrícolas, Centro de treinamentos, semanas rurais; o segundo era o Curso “Escolas para o Brasil rural”, patrocinado pelo Inep, e o *Foreign Office*, ministrado no Rio de Janeiro, em 1949, por docentes norte-americanos; e no terceiro eixo, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Por certo surgiram outros acordos relacionados à educação rural, a exemplo do documento do Ministério das Relações Exteriores/Sistema Consular Integrado, que publicou o acordo em 1952, entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o *Institute of Inter-American Affairs* (repartição cooperativa do governo dos Estados Unidos da América), para realização de um programa cooperativo de educação nas zonas rurais, que em seu programa visou: promover e intensificar a compreensão e boa vontade entre os povos dos Estados Unidos do Brasil e Estados Unidos das Américas; possibilitar atividades educacionais no setor do ensino rural do Brasil; estimular e ampliar o intercâmbio de ideias de processos pedagógicos no campo da educação rural. Este acordo foi firmado em seis exemplares nas línguas portuguesa e inglesa no Rio de Janeiro, Brasil, no dia 27 de junho de 1952 e vigorou até 30 de junho de 1955. (MRE/SCI, s/d).⁶

A meu ver, independentemente dos termos utilizados nos trabalhos de historiografia que contemplam o meio rural, a exemplo de “escolas de primeiras letras”, “educação no campo”, “escola de ensino rural”, “escola campesina”, “ensino rural”, “escola rural”⁷ e “ruralização do ensino”, o que aqui me dedico está em acordo com o professor Robert King Hall⁸, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Vol. XIV, nº 39), para ele, “Escola Rural” é essencialmente a que serve às necessidades fundamentais da educação de uma determinada área predominantemente rural.

⁶ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1952/b_23/>.

⁷ O termo “escolas rurais” aparece pela primeira vez, em Sergipe, no discurso apresentado na mensagem do governador Eronildes Ferreira de Carvalho no ano de 1936.

⁸ O professor norte-americano Robert King Hall foi um mestre de renome da Columbia University. Especialista em Educação Comparada, trabalhou no pós-Segunda Guerra, em missões culturais, financiado pelo governo norte-americano, com o objetivo de estudar os sistemas educacionais de diversos países na Ásia e América do Sul. A colaboração desse professor, como a de outros especialistas americanos com experiência em educação rural, era parte dos acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos. Tal relação esteve atrelada desde 1945, quando os governos brasileiros e americanos assinaram o acordo que criou a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Robert King Hall também era formado em Direito e Linguística, tendo estudado nas universidades de Michigan e Harvard. Sabia falar português e espanhol fluentemente.

Para este trabalho de pesquisa o foco recai na Escola Típica Rural, pois nela havia uma arquitetura específica, programas de ensino específicos, exigência de formação ou especialização agrícola de todos os profissionais que trabalhavam neste tipo de escola, critérios específicos para sua instalação e construção, como, por exemplo, área de terra destinada à realização de atividades agrícolas e pastoris, dentre outros quesitos que incidiram especificamente no modelo de escola rural criado pelo Inep, com destaque para aquelas que foram construídas no Estado de Sergipe entre 1947 e 1951. Para tanto, procurei discorrer sobre a importância do programa pedagógico desenvolvido para as escolas rurais e como ele foi apropriado pelos alunos.

E é a partir desse modelo de escola, com particular atenção ao programa criado especialmente para aquela população rural, que irei identificar atores que estudaram e/ou ensinaram nessas escolas, para se valer das suas experiências e da sua memória para compor uma página da historiografia da educação rural, mais especificamente da aprendizagem rural no Estado de Sergipe. Há que se considerar ainda que o professor norte-americano Robert King Hall elaborou o programa da escola rural interpreta para o aluno as responsabilidades Nacionais e Internacionais, associando-se as mesmas, o programa tem parte substancial dedicada ao ensino de conhecimento agrícola, caça, pesca etc.” (RBEP, Nº 39, Vol. XIV, Ano 1950, p. 17).

Conforme King Hall, o programa foi pensado para atender exclusivamente a uma população estudantil, aquela que se encontrava no meio rural e que fora matriculada nas escolas construídas no estado de Sergipe no período de 1947 a 1951. Assim, baseando-se nas memórias (narrativas) e nas aprendizagens (programa) dos ex-alunos das escolas rurais, busquei revelar uma história vista de baixo pelos de baixo, contemplando, desta forma, aspectos que até então não foram o centro das discussões das análises, muito menos das interpretações.

O que se pode perceber é que a educação rural vem sendo difundida gradativamente como área de pesquisa e de formação, seja nos cursos de graduação ou na pós-graduação. Este fato foi inicialmente constatado nos estudos de Damasceno e Beserra (2004, p. 78), que afirmam que “tendo mapeado dissertações e teses produzidas nos anos 1980 a 1990 no Brasil, perceberam a pouca produção escrita e o potencial para a produção de estudos sobre a história da educação rural nas diversas regiões brasileiras”. Neste contexto, as referidas autoras chamaram atenção para a importância de novos estudos referentes a essas regiões brasileiras. Da mesma forma que outros pesquisadores, Virgínia Pereira da Silva de Ávila realizou um levantamento em 2013 e constatou que:

Das 5.948 pesquisas de Doutorado em Educação abrigadas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) no período de 2000 a 2009, cento e sessenta e cinco (165) apresentaram como tema a educação rural, o que equivale a 2,77% da produção total, e, desta, grande parte concentrada em diferentes áreas do conhecimento como História, Geografia, Sociologia, Agronomia, Economia, entre outras. (ÁVILA 2013, p. 17, 18).

Neste sentido, fui à busca de dados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), no período de 2013 a 2016, e com o descrito “Escola Rural” aparecem 243 (duzentos e quarente e três) trabalhos. Dos recentes trabalhos sobre educação rural encontrados em circulação na área e que ainda não constam no banco da Capes, destaco a Dissertação de Mestrado em Educação desenvolvido na Universidade Tiradentes (Unit/SE), Aracaju, intitulada *Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947 – 1951)*, de autoria de Rony Rei Nascimento Silva, concluída em 2016. Este trabalho fez uma análise voltada para a compreensão do processo de expansão da escola primária rural em Sergipe, no período de 1947 a 1951. Para tanto, apoiou-se na seleção de documentos (mensagens de governadores, relatórios, decretos, regulamento de ensino, revistas de estatísticas, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e obras de época) e de entrevista com professores que exerceram suas práticas nas escolas rurais dos diferentes territórios do estado de Sergipe.

Assim como Silva (2016), eu também fui motivado pelas experiências do meio rural e acadêmico e trago a público a presente investigação como proposta de construir um conhecimento sobre a memória da educação rural de Sergipe, a partir de 1947. Esse período é marcado pelo fim do “Estado Novo” e comandado pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas, que foi deposto em 1945. Com relação à organização eleitoral, a Constituição Federal de 1946 aboliu as bancadas profissionais criadas pelo presidente deposto, o que possibilitou a realização de eleições em todos os estados brasileiros. Em Sergipe candidatou-se para governador o engenheiro José Rollemberg Leite, que assumiu a administração do Estado de Sergipe em 29 de março de 1947 se deparando com duas grandes missões: a primeira foi começar seu governo de forma democrática e a segunda foi se familiarizar com a nova constituição de Sergipe que foi promulgada em julho do mesmo ano, quatro meses depois da sua posse.

Segundo ARAUJO,

Desde o início adotou o governador sergipano uma política rígida de equilíbrio orçamentário, para deliberar a crise econômico-financeira, do Estado. Por isso mesmo puderam ser realizados serviços de obras de interesse geral. Foram

realizadas obras assistenciais. Mas principalmente no setor educacional. (ARAÚJO, 1970, p. 75).

Conforme expõe Acrísio Torres de Araujo, o Governador do estado de Sergipe realizou serviço de interesse geral, principalmente no setor educacional. A este respeito o governador José Rollemberg Leite, em mensagem de 1951, diz que a sociedade sergipana carecia de incrementos na área educacional. Neste sentido, ele pediu ao encarregado da pasta de educação que fosse ao Rio de Janeiro, então capital da República, com o objetivo de inteirar-se do plano que envolvia a educação rural para todo o país, inclusive aceitar todas as propostas que lá fossem feitas. E assim o fizeram, deste modo ele conseguiu as verbas e todos os incentivos para construir as 218 escolas rurais em Sergipe.

O presidente da República Eurico Gaspar Dutra, em 1947, em mensagem ao Congresso Nacional, divulgou os valores financeiros destinados ao ensino primário.

[...] para o Fundo Nacional de Ensino Primário, a dotação de 31 milhões de cruzeiros, com o fim de se dar início imediato aos acordos previstos pelo convênio nacional de ensino primário. Ao órgão federal orientador dos problemas pedagógicos foi confiada a missão de selecionar os tipos mais apropriados e econômicos de prédios escolares, para as zonas rurais, e de distribuir equitativamente, os novos recursos disponíveis entre as unidades da federação, mediante acordo bilateral. (DUTRA, 1947, p. 158).

Neste contexto, o governo federal conferiu ao Governador de Sergipe, José Rollemberg Leite, um projeto-piloto de expansão das escolas rurais e o representante da educação do Estado de Sergipe, após entendimentos que teve na capital da República e concordando com o convênio bilateral estabelecido entre o governo estadual e o governo federal, passou a ser contemplado com os recursos financeiro e técnico para o ensino primário e a construção de prédios escolares no interior do estado. Assim sendo, o ensino rural no estado de Sergipe buscava inicialmente desenvolver desde a idade escolar uma mentalidade agrícola⁹ e que os professores pudessem adquiri-la através dos novos conhecimentos recebidos em curso intensivo instituído pela Diretoria de Educação. Desta forma, o ensino rural tinha o propósito de contribuir com a fixação do desenvolvimento como também explorar as aptidões especiais no sentido de transferir o currículo primário numa renovação educacional bem exercida. Para tanto, de acordo com Luiz Antonio Barreto.

⁹ Mentalidade agrícola, isto é, de quem sabe que o campo é a esperança atual única do Brasil e de que mesmo que o nosso país, através do ferro-esponja e do petróleo, venha ser uma grande potência industrial, nunca se libertará dos trabalhos agrários e que deles seu povo precisará sempre, porque só a terra cria produtos. A indústria, por muito que faça, apenas o modifica (MENNUCCI, 1934, p. 211).

[...] os cursos ofertados aos professores estabeleciam quatro áreas de ação a que os administradores da educação e os professores deviam dar atenção especial: 1) o desenvolvimento de um currículo mais adequado a partir do meio rural e ir sucessivamente ampliando o horizonte do aluno; 2) o uso de material didático diversificado e apropriado à realidade campesina; 3) a manutenção de um diálogo entre a escola e a comunidade rural; e 4) a preparação e o treinamento de professores. (BARRETO, 2006).

Barreto ainda afirma que:

[...] a formação do professor rural deveria contemplar os seguintes saberes: 1) saberes sobre a vida rural nos seus processos de trabalho e de associação, o que são natureza e seus recursos aproveitáveis pelo homem, quais os princípios científicos que podem orientar e disciplinar seu aproveitamento; 2) saberes curriculares referentes ao ensino da escrita, da leitura e da aritmética, bem como Geografia, História e Ciências; 3) saberes pedagógicos a fim de favorecer a transposição didática e a aprendizagem do aluno; e 4) saberes sobre Relações Públicas, Comunicação, Sociologia, com o objetivo de o professor saber compreender o homem e o meio rural. Além da importância dada para formação dos professores, os alunos careciam também de uma boa escola. (BARRETO, 2006).

O educador Nunes Mendonça (1958, p. 21) por sua vez apontou a necessidade “[...] sem fugir às diretrizes gerais do ensino, sem prejuízo das finalidades essenciais da educação de base, indiferenciada, comum a todos, não perca de vista as necessidades da vida rural e contribua eficazmente para urbanizar o campo”. Desta forma, se cogitava uma escola que priorizasse a leitura e a escrita e que fosse vista como centro utilitário de verdadeira preparação para a vida em função dos interesses locais, e a criança sergipana passasse a contar com os ensinamentos empregados para amar a terra e tornar o seu meio digno pela ajuda de si próprio, tornando-se um colaborador da riqueza comum.

Diante de tal contexto e diante das minhas experiências e das já referidas inquietações sobre a educação rural brasileira, retornei às minhas origens do meio rural e fiquei ainda mais convencido de utilizar a memória e a experiência dos “esquecidos” que de alguma forma estiveram ligados às escolas rurais sergipanas. Homens e mulheres que sempre viveram com suas histórias adormecidas, mas que serviram como fio condutor da pesquisa. Olhar a história não só pelos documentos oficiais, mas poder confrontá-los com as narrativas, como também atentar para outros aspectos e novamente me interrogar sobre o projeto do Inep e seus desdobramentos no meio rural, foi deveras revelador. Neste sentido, os meus objetivos me levaram a entrevistar parte dos ex-alunos/professores em todo o território sergipano. Assim, propus-me como objetivo geral: Compreender como as narrativas dos ex-alunos das referidas

escolas rurais contribuem para a formação da memória e do acervo da educação rural em Sergipe. Para tanto, foi necessário definir os seguintes objetivos específicos: mapear as narrativas de ex-alunos/professores para compor uma amostra documental sobre a educação rural no período de 1947 a 1951; identificar como se deram as práticas educacionais das escolas rurais; bem como analisar, interpretar as tensões entre o instituído e o vivido a fim de perceber a contribuição da memória captada pela metodologia da história oral para a história da educação sergipana.

Desta forma, para realizar o propósito acima mencionado, procurei buscar nas memórias da escolarização as experiências e as representações vividas por ex-alunos de escolas rurais no estado de Sergipe, com o intuito de montar um arsenal memorialístico de narrativas orais com foco na educação rural, contemplando os fragmentos que em um constante movimento de aproximação e distanciamento formam imagens das lembranças de um tempo e de um espaço. Isso porque a memória é um dos bens mais valorizados, pois nos prende ao passado, revela o que somos a partir das nossas referências de família, lugar, culturas. De acordo com Ecléa Bosi (1994, p. 54) “[...] a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”.

Deste modo, o que busco é aliar, congregar as memórias, sejam minhas, sejam dos alunos/professores sergipanos, com um arsenal historiográfico significativo sobre o tema da história da educação rural do Brasil. Com o intuito de desvelar o já referido objeto de estudo, foi necessário operar, sobretudo, com dois conceitos: “Memória” e “Experiência”. O primeiro, para além de servir de conceito, tem se tornado um campo de investigação da história da educação brasileira. Assim como Ecléa Bosi, no parágrafo anterior, bem definiu a importância da Memória com a igreja, com a profissão, com grupos, com a escola. A este respeito Jacques Le Goff, (2006, p. 424) nos chama atenção: “A memória vem sendo utilizada pelas sociedades antes mesmo da escrita, onde o saber era transmitido pelos Guardiões dos Códices da Corte”.

A memória, para além de servir de categoria de análise e/ou conceito, tem se tornado um campo de investigação da história da educação brasileira. Desta maneira, para se conjecturar sobre a memória é preciso que se apreendam aspectos da memória individual a partir de uma compreensão mais clara da vida escolar dos alunos/professores que estudaram nas escolas rurais no período de 1947 a 1951. Como vimos com Le Goff, a história era comunicada pela narração dos “Guardiões dos Códices da Corte”, e ela se compunha também das experiências. Narrar era, sobretudo, comunicar e trocar experiências, passar experiências de uma pessoa para outra,

do pai para o filho, do mais antigo para o mais novo. Assim, essa experiência é socialmente construída e compartilhada.

O modo como me aproximei e captei os conceitos de memória e experiência foi baseado no referencial teórico da História Cultural e Social Inglesa sob o prisma do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que deu voz a homens e mulheres esquecidos nas análises de historiadores marxistas afinados com as teorias estruturalistas. Thompson buscou perceber através da luta de classes a formação de experiências históricas do operariado inglês do século XVIII. Sob a mesma ótica, a experiência se insere nesta pesquisa, uma vez que os entrevistados são sujeitos simples, mas que participaram ativamente da escola rural, fosse na condição de aluno ou na condição de professor. Seguindo o pensamento thompsoniano “[...] a experiência não surge espontaneamente no ser social, mas surge com pensamento por que homens e mulheres são racionais. [...] ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência” (THOMPSON, 1978, p. 16).

Enfatizo, portanto, ao conceito de experiência, pois [...]”, pois me possibilitou chegar perto dos sujeitos entrevistados e captar suas vivências. Assim, busquei me referenciar no grupo de intelectuais ingleses do qual também fazem parte Christopher Hill (1912 – 2003) e Eric Hobsbawm (1917 – 2012). Segundo Raylane Barreto (2014, p. 95), estes pensadores compõem “[...] o rol de historiadores que consolidaram uma História Cultural e Social Inglesa”. Eles formaram o “Grupo de Historiadores do Partido Comunista”. O grupo acabou se tornando um divisor de águas no estudo do “fazer-se” da classe operária inglesa no período entre 1790 e 1832. As histórias, antes contadas somente daqueles que tinham um bom poder aquisitivo (da elite), passaram a dar atenção para as pessoas simples, chamadas de “comuns”, surgindo assim a chamada história vista de baixo, com a qual homens e mulheres que tinham suas histórias ignoradas e/ou silenciadas começaram a ter suas experiências consideradas importantes pela historiografia.

Na concepção de John Edward Christopher Hill (2003) “[...] as elites já eram demasiadamente retratadas, é na revolução inglesa que ele se utiliza com maior frequência desta expectativa para falar da história vista de baixo”. Desta forma, tanto as ideias de Christopher Hill, como também as de Edward Palmer Thompson passaram a dar visibilidade às questões antes não “valorizadas” pelos historiadores, que davam ênfase à história social vista “pelos grandes nomes”, tais como governadores, reis, líderes, imperadores, entre outros.

Segundo Jim Sharpe:

A importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história. (SHARPE, 1992, p. 14).

Neste sentido, Jim Sharpe, motivado pela história da revolução francesa, principalmente quando derrotaram o grande líder Napoleão Bonaparte, escreve a história por uma perspectiva oposta à história das elites, o que segundo este autor “[...] abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de História” (SHARPE, 1992, p. 53-54). Assim como Sharpe, outros historiadores da sua geração comungaram deste “novo” modo de “conceber” a escrita da história. Da mesma forma, Raylane Barreto, pesquisadora brasileira, analisando e escrevendo seu artigo sobre Rafael Samuel, também percebeu na declaração dos historiadores Jules Michelet e Edward Palmer Thompson que “[...] o primeiro entendia que a História deveria dar ‘voz aos sem voz’ e a palavra aos mortos; e o segundo considerava que a História era um ‘ato de reparação’ que salvasse os derrotados da enorme condescendência da posteridade” (BARRETO, 2014, p. 92).

Em 1966 esta abordagem da história, intitulada de “vista de baixo”, começou a vir à tona com mais fervor em decorrência de um artigo publicado por Edward Palmer Thompson: *The history from below*, em *The Times Literary Supplement*. Esse artigo veio expandir os estudos da história para aqueles cujas experiências haviam sido até então negligenciadas pela historiografia tradicional. Desde então o conceito de história vista de baixo entrou na linguagem comum dos historiadores, isso porque sua concepção corrói as teorias do marxismo ortodoxo e adentra nas esferas social e cultural, o que por certo agrega elementos que são importantes para a escrita da história, tais como as experiências vividas de sujeitos simples e suas memórias ocultas.

Assim, percebi que é possível trazer à tona a história oculta das vivências educacionais de alunos que estudaram em escolas rurais sergipanas e compreendê-la através da memória e da oralidade desses sujeitos simples, com vistas a ampliar o espectro da historiografia até então pouco consolidada no estado de Sergipe. Porém, entrar na história de vida de ex-alunos e/ou professores e particularmente na experiência escolar de um sujeito não é tarefa fácil, pois há singularidades, sentimentos, sensações que podem alterar o contato da entrevista, que podem alterar também as representações das expressões narradas. Feita esta ressalva, há que se considerar que as narrativas e os depoimentos orais dos referidos sujeitos das escolas rurais

podem contribuir para a construção de um novo olhar sobre a história da educação. Um olhar com uma versão também legítima dos acontecimentos e que venha possibilitar o seu confronto com os documentos e com a história “oficial”.

Segundo Ecléa Bosi

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito (BOSI, 1994, p. 55).

Desta forma, Bosi deixa claro que a memória, além de conceito analítico, tem se tornado fonte fundamental de investigação, neste caso, do campo da história da educação brasileira. A opção teórico-metodológica se dá pela triangulação que, além das versões narradas, envolve a pesquisa documental e bibliográfica, pois elas se relacionam entre si ao tempo que contribuem para responder ao problema da pesquisa.

Deste modo, o presente estudo recorre às fontes documentais não só para evidenciar o panorama político da educação rural, mas também para analisar e interpretar as tensões entre o instituído e o vivido por meio dos documentos orais (entrevistas). Para tal, segui inicialmente pelos caminhos dos marcos normativos e legislativos presentes na Constituição Federal (CF) de 1934, Títulos II e IV, a qual declara que é competência da união cuidar da assistência pública e da saúde. No artigo 138 da mesma CF, proclama a educação como direito de todos. Desta forma, é importante destacar que a CF de 1946, Capítulo II da Educação e da Cultura, Art. 166, assevera que a “Educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946).

Com base nas supracitadas Constituições Federais da República do Brasil, que possibilitam compreender como a educação rural aparece nas agendas das políticas da educação brasileira, analisei também outros documentos oficiais, como a mensagem do Presidente da República, e ainda na pesquisa documental foram privilegiados: o jornal Diário Oficial do Estado de Sergipe (Does), Mensagens de Governadores, os impressos de circulação estadual, Decretos, Leis, e relatórios administrativos e pedagógicos das escolas rurais. A fim de pesquisá-los foi necessário buscá-los no Arquivo Público de Sergipe (Apes), na Secretaria Estadual de Educação (Seed), em algumas escolas rurais, no Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura

(ITBEC), bem como no acervo do Centro de Memória Oral da Educação Sergipana (Moes)¹⁰, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), e nas produções do Grupo de Pesquisa Sociedade, Educação, História e Memória (GPSEHM).

São privilegiadas todas as fontes já mencionadas, acrescentado a elas os relatórios de aulas práticas do curso de formação de professores para as escolas rurais, relatório de inspeção das escolas em funcionamento, como as supervisões e orientação de técnico agrícola do departamento de educação, dentre outras, que foram utilizadas para compor o *corpus* documental necessário à compreensão da legislação instituída para o desenvolvimento das práticas educativas nas escolas rurais no Estado de Sergipe no período de 1947 a 1951. Os documentos acima mencionados foram analisados pela concepção teórica de documentos/monumentos de Jacques Le Goff, que conceitua o documento como monumento histórico, estabelecendo suas diferenças, correlações e sua importância para o trabalho do historiador.

Nas palavras de Le Goff,

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 535-536).

Parafraseando Le Goff, a história se faz com documentos escritos, mas o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, ele é um produto da sociedade que o fabricou. Ele explicita que “[...] não existe um documento-verdade, todo documento é mentira, cabe ao historiador não fazer papel ingênuo” (LE GOFF, 2006, p. 539). Sendo assim, é indispensável à desconfiança do pesquisador testar a veracidade do documento confrontando-o com a realidade, analisando as suas condições de produção.

Neste sentido, os documentos analisados me permitem entender o meu objeto de estudo: “Narrativas de memória acerca da Educação Rural em Sergipe”. Eis porque é preciso remontar o tempo e estudar os documentos não só como fonte, mas também como ponto de partida para a construção do trabalho historiográfico. Ao ler os documentos, estabeleci um diálogo entre

¹⁰ O Centro de Memória Oral da Educação Sergipana é composto pelo projeto de pesquisa “guarda-chuva” intitulado “Memória Oral da Educação Sergipana”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto.

teoria e evidência, como disse Paul Thompson (1981). Nesta vertente, as fontes não revelam nada por si mesmas, o historiador tem que trabalhar arduamente para permitir que elas encontrem “suas próprias vozes”. Ele ainda nos alerta: “Não a voz do historiador, e sim a sua [dos fatos] própria voz, mesmo que o que podem ‘dizer’ e parte de seu vocabulário sejam determinados pelas perguntas feitas pelo historiador” (THOMPSON, 1981, p. 40). Deste modo, as fontes não podem “falar” enquanto não forem “interrogadas”, pois sem perguntas permanecem mudas.

Após a pesquisa documental foi importante fundamentar-me através da pesquisa bibliográfica, não só para colher informações pertinentes ao problema, mas porque ela ajuda a compor o cenário da escola rural no país, mais particularmente em Sergipe, dando a ver o estado da arte em que as recentes pesquisas realizadas no Brasil pouco têm direcionado o olhar para o papel da memória escolar das instituições destinadas à educação no meio rural, principalmente para a Educação Rural e, neste sentido, as histórias dos alunos que estudaram nestas escolas rurais, no período de sua instalação em Sergipe, revelam-se potentes no que tange à escrita da história.

Dentre os registros bibliográficos que têm sido significativos no que se refere à contribuição para entender os rumos da educação rural no Brasil, priorizei alguns autores, tais como: Anísio Teixeira (*Educação no Brasil*); Sérgio Celani Leite (*Escola rural: urbanização e políticas educacionais*); Rosa Fátima de Souza (*A organização pedagógica da escola primária no Brasil*); Sud Mennucci (*A crise brasileira da educação*); Luiz Antonio Barreto (*Antologia e Personalidades sergipanas*); Miguel André Berger (*O ensino rural e a atuação do intelectual Acrísio Cruz*); Maria Nobre Damasceno e Bernadete Beserra (*Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas*); Jorge Werthein e Juan Diaz (*Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas*); e Flávia Obino Corrêa Werle (*Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*), dentre outros. Seja da forma macro ou microanalítica, eles contribuem para ampliar a percepção dos horizontes acerca do tema.

Por isso, no tocante ao procedimento metodológico, procurei preservar a expressão “história oral” para o método que consiste em utilizar uma técnica específica para as palavras gravadas. Toda e qualquer expressão “fonte oral” vai ser diferente de fontes escritas. Assim, pautado na história oral, concordando com o inglês Paul Thompson ao escrever *A voz do passado*, que colocou em evidência a história oral na condição de método para incentivar os historiadores a se perguntarem sobre o que estão fazendo e por que estão trabalhando tal objeto,

procurei saber de quem era a voz do passado ao que poderia dar sentido e outros significados para a História de Educação Rural Sergipana.

Mas uma pergunta, entretanto, vem sendo feita por pesquisadores e que aqui eu considero: quais as implicações de uso de fontes orais na escrita da sociedade? Nesta seara é importante levar em consideração o diálogo entre Paul Thompson e Philippe Joutard acerca da origem e da representatividade da história oral. O surgimento da história oral se justifica pela ausência de documentação escrita ou quando ocorre o conflito entre oralidade e escritura. Thompson afirma que foi grande o número de historiadores que pouco se preocuparam em discutir problemas do passado com algum espírito de contestação ao sistema social e político, pois este perfil foi aceito pela história até o final do século XIX. Foi um perfil de historiadores decorrente de um enfoque despreocupado com as vidas das pessoas comuns. O francês Philippe Joutard concorda com Thompson, ele levou em consideração a história, pois ela se constitui como ciência no século XIX, pela tradição beneditina “por parte de historiadores como: Niebuhr e Von Ranke, que exercitaram o espírito crítico contra a tradição oral” (SILVA; ROLKOUSKI, 2004 p. 3).

Para Paul Thompson, uma das mais ricas possibilidades do trabalho com a história oral se encontrava “[...] no desenvolvimento de uma história mais socialmente consciente e democrática”. Ainda Thompson, no livro *A voz do passado*, afirma que “uma das mais profundas lições da história oral é a singularidade, tanto quanto a representatividade, de cada história de vida. Há algumas delas que são tão excepcionais que têm que ser gravadas” (THOMPSON, 1992, p. 174). Com esta metodologia adquiri vários conhecimentos considerados valiosos. Por isso a necessidade de “ouvir contar” os personagens que estudaram nas escolas rurais do Estado de Sergipe. De acordo com Ecléa Bosi, (1995): “[...] lembrar não é reviver, como um sonho ou até mesmo um devaneio do pensamento, mas um trabalho de reflexão, de compreensão do agora a partir do outrora, é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”.

Desta forma, a metodologia da história oral conduziu o balizamento que estabeleceu o ordenamento dos procedimentos deste trabalho de pesquisa e me possibilitou mergulhar nas memórias de pessoas diferentes, com opiniões também diferentes, mas que têm a experiência vivida no meio e na escola rural, a qual é interesse para o meu tema de pesquisa. O modelo de entrevista e a forma de localização dos sujeitos da pesquisa podem ser vistos no item 1.1 da pesquisa de campo. A partir de estudos de Verena Alberti (2005) ficou claro que esta aliança permitiu abrir caminhos para compreender como as narrativas de história de vida de

alunos/professores que estudaram/ensinaram nas escolas rurais podem contribuir com a Memória Oral da Educação Sergipana.

Segundo Verena Alberti

Como em toda relação, quando se inicia uma entrevista, entrevistado e entrevistadores se avaliam mutuamente e começam a formular uma ideia do interlocutor. Como o outro se comporta, como fala, como reage, como expressa sua disposição em estar ali fazendo parte daquela relação, tudo isso são informações para que entrevistado e entrevistadores tenham impressões e ideias sobre aquele com quem dialogam sobre o mesmo assunto. (ALBERTI, 2005, p. 101).

Neste sentido, um aspecto diretamente relacionado com a realização das entrevistas é a constituição da memória e da organização de parte de um acervo da história oral no estado de Sergipe, pois há uma carência de programas de história oral capaz de receber material de pesquisadores individuais ou organizar as fontes arquivadas e torná-las acessíveis não só a um público específico, mas para um público em geral. O que está em destaque é a carência de pesquisas desenvolvidas com a metodologia da história oral. Assim sendo, a memória, seja individual, seja coletiva, vai além da história vivida, pois ao entrevistar os sujeitos suas lembranças narradas transformam o que foi vivido e constituem alguma visão que se aproxima do objeto estudado. Assim, este movimento é carregado do conhecimento e movido no encontro entre espaço e tempo.

Nesta perspectiva, Barreto, Santos e Mesquita afirmam que:

Ao retomar e recriar representações de um determinado real, a memória introduz o passado no presente, atualizando o passado, sem necessariamente modificá-lo. O tempo passado trazido à tona, ao tempo presente, tem função prospectiva de lançar-se ao futuro. Portanto, a ação inscrita no movimento da memória traz em si uma dimensão prática e interessada em agir e não simplesmente de conhecer e entender o passado. O que se busca, utilizando a metodologia da história oral, é justamente conhecer do que a memória é capaz ao se projetar. (BARRETO; MESQUITA; SANTOS, 2013, p. 11).

Sendo assim, o principal aspecto que defendemos nesta pesquisa é a especificidade da entrevista de história oral, pois, conforme Alberti (2005), “[...] só é possível recuperar o vivido pelo viés do concebido”, que por sua vez são as categorias de apreensão do real. Assim, percebe-se que diferente de outras formas de coleta de informações, a entrevista deve estar inserida no projeto de pesquisa e ser precedida de uma investigação cuidadosa do entrevistado; além disso,

ela deve ser baseada num roteiro sistematizado com perguntas que contemplem os objetivos da pesquisa.

Neste sentido, Joaquim Guimarães afirma que:

A natureza do fascínio se revela na vivacidade do passado e pelas formas de elaboração do real, bem como pela possibilidade de revivê-lo pela experiência do entrevistado. Por isso, diversos autores a nomeiam de história (ou memória) “viva”, pois a entrevista revela frações do passado centradas nas narrativas. Isso porque a memória do entrevistado dá significado ao vivido, além de trazer, para o tempo presente, a presença do passado, em conformidade com as suas formas de apropriação e significação. (GUIMARÃES, 2014, p. 37).

Ainda conforme Guimarães (2014, p. 37), a metodologia da história oral permite se apropriar de recorte ou seleção de partes que compõem o todo, pelas vozes e versões dos indivíduos. Neste contexto, se encontra a importância de “ouvir contar” as narrativas de quem viveu e assim poder estabelecer mediações entre o geral e particular. Ou como melhor explicou Verena Alberti:

[...] ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2005, p. 19).

Desta forma, me aproprio das ideias de Alberti quando ela mostra a importância de procurar compreender o passado através dos indivíduos que nele viveram e como esse passado é apreendido e interpretado por eles. Em conformidade com Verena Alberti, para compreender as representações das narrativas e das experiências escolares dos alunos (as) e/ou professoras que estudaram ou ensinaram nas escolas rurais, iniciei a pesquisa com três procedimentos pré-determinados.

No primeiro, selecionei os sujeitos da minha investigação a partir do critério ano de nascimento entre 1939 e 1944. Isso porque os nascidos nessas datas estudariam nas E. R. no período de 1947 a 1951. Assim foram vinte um (21) nomes, no mínimo dois nomes em cada território que poderiam ter sido alunos ou professores das escolas rurais sergipanas no período entre 1947 e 1951. Como cheguei até eles? Através de uma busca ativa nos arquivos e registros armazenados no acervo do Projeto Memória Oral da Educação Sergipana (Moes). Nele foram

encontradas cento e quarenta e cinco (145) entrevistas de professores (as) sergipanos (as) que lecionaram entre os anos 1930 e 1970. O quadro a seguir dá a ver o nome dos entrevistados pelo Moes, e que poderiam servir para o meu trabalho dissertativo, pois poderiam ter estudado em E. R.

Quadro 1 – Nome das professoras, dos territórios e dos municípios em que trabalharam

Nome	Ano de nascimento	Território	Município
1 - Risoneuma Soares Feitosa	1945	Sul	Umbaúba
2 - Antônio Barros Vasconcelos,	1942	Sul	Boquim
3 - Amariles Gomes Moura	1943	Sul	Boquim
4 - Josefina Simões D. Araújo	1945	Agreste	Areia Branca
5 - Maria do Carmo Mota Carvalho	1940	Leste	Capela
6 - Maria Beatriz de Araujo	1942	Leste	Carmópolis
7 - Selma Maria da Silva	1940	Leste	Pirambu
8 - Helena Mateus Barbosa	1944	B. S. F	Telha
9 - Maria Lídia de Melo	1939	B. S. F	Cedro de S. João
10 - Tereza Vasconcelos Melo	1940	B.S.F	Ilha das Flores
11 - Jardelina da Silva Bispo	1945	B. S. F	Pacatuba
12 - Claudinete Andrade Dantas	1944	Médio Sertão	N. S. de Lourdes
13 - Djalma Gomes de Andrade	1942	Médio Sertão	N. S. de Lourdes
14 - Maria Iolanda A. de Andrade	1939	Médio Sertão	N. S. das Dores
15 - Maria Lima dos Santos Aragão	1942	Alto Sertão	Gararu
16 - Ivanilde Lima dos Santos	1937	Alto Sertão	N. S. da Glória
17 - Maria Alves Pereira,	1939	Alto Sertão	Porto da Folha
18 - Maria Dagmar Menezes	1930	Alto Sertão	N. S da Glória
19 - Acinete Almeida	1932	Centro Sul	Salgado
20 - Maria do Carmo Fontes Silva	1934	Centro Sul	Riachão do Dantas
21 - Maria Luiza Barbosa		Alto Sertão	Poço Redondo

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir dos dados coletados no acervo do Centro de Memória Oral da Educação Sergipana.

Tais entrevistas que já haviam sido realizadas pelos pesquisadores do Moes, apesar de serem ricas em informações, pouco puderam me ajudar acerca do meu objeto, isso porque as professoras anteriormente mencionadas nas entrevistas concedidas não revelavam o que me interessava. Neste sentido, apenas cinco entrevistas puderam contribuir. Das cinco entrevistas: duas foram do território Alto Sertão Sergipano: (1) Dona Maria Luiza Barbosa, que nasceu no município Poço Redondo e trabalhou na Escola Rural do município de Poço Redondo, (2) Dona Maria Dagmar Menezes, que nasceu no município de Nossa Senhora da Glória e trabalhou na Escola Rural Alto da Glória; e duas do território Sul: (1) Dona Acinete Bispo Almeida, que nasceu no município de Umbaúba e trabalhou na Escola Rural do povoado Água Fria,

município de Salgado, e retornou para continuar suas atividades docentes na Escola Rural de Umbaúba, (2) Dona Elienalda de Souza Reis, que trabalhou na Escola Rural do povoado Convento, no município de Indiaroba; e a quinta entrevistada foi do território Centro-Sul: Dona Maria do Carmo Fontes Silva, que ensinou na Escola Rural do povoado Carnaíbas, no município de Riachão do Dantas. Por isso encabecei uma série de novas entrevistas com aqueles que haviam estudado em escolas rurais.

O segundo passo foi fazer uma busca nas mensagens do governador José Rollemberg Leite. Encontrei uma mensagem de 1951, na qual ele se dirige ao povo sergipano para apresentar uma espécie de balanço da sua administração, e encaminha este documento para a Assembleia Legislativa Estadual. Nessa mensagem, José Rollemberg Leite enumera algumas realizações e destaca as seguintes obras: duas (02) escolas normais rurais; sete (07) grupos escolares rurais; duas (02) casas para funcionários no posto fiscal; seis (06) postos de higiene no interior do estado; um (01) posto de puericultura em Aracaju; e duzentas e dezoito (218) escolas rurais espalhadas em todo o estado de Sergipe.

Por esse documento, seria possível afirmar que o ensino tipicamente rural foi difundido em quase todo o estado, e elevou consideravelmente o número de matrículas de 23.613, em 1947, para 29.634, em 1950. O ensino primário rural no estado marcava assim numericamente uma época de renovação da vida educativa dos sergipanos. A rede escolar rural elevava-se ao número de mais 218 escolas construídas e entregues. Além dessas, estavam 20 unidades em vias de conclusão.

Tabela 2 – Escolas rurais construídas por território (1947 a 1951)

Territórios Sergipanos	Grande Aracaju	Leste	Baixo São Francisco	Agreste	Baixo Sertão	Alto Sertão	Centro-Sul	Sul	Total
	33	23	29	29	16	14	29	35	218

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador a partir de mensagem do governador, ano 1951.

A implantação do projeto de construção e funcionamento das 218 escolas rurais contemplou todo o território do estado de Sergipe. A distribuição das escolas no espaço geográfico foi conforme a densidade demográfica de cada território¹¹. Assim sendo, cada

¹¹ O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. A recente criação de Territórios de Planejamento em alguns estados brasileiros incorporou no processo de divisão aspectos culturais até então desconsiderados como dimensão para a regionalização. Em Sergipe, este novo padrão de regionalização foi instituído pelo Decreto nº

território recebeu um número maior ou menor de escolas construídas conforme o número de habitantes em idade escolar, mas os documentos não podem responder por si só. Neste sentido, é importante destacar que a construção dessas escolas rurais não aconteceu por acaso, todo empenho relativo à expansão do ensino primário e as condições de melhoramento e funcionamento das escolas no Plano de Desenvolvimento do Ensino Primário (PDEP) aconteceu depois de um diagnóstico realizado pelo Inep juntamente com o IBGE sobre a realidade do ensino brasileiro e apresentado ao Dr. Murilo Braga, diretor do Inep, que de posse dos dados estatísticos referentes ao período de 1942 a 1944, constatou que a rede de ensino até então não tinha capacidade para receber todas as crianças em idade escolar. Assim, os dirigentes do MEC e Inep abraçaram o já citado projeto de implantação das escolas rurais em todo o território nacional.

Com a relação dos nomes das escolas rurais e sua localização em mãos, precisei apenas organizar um roteiro de viagem para *in loco* encontrar e entrevistar os sujeitos da pesquisa. Vale ressaltar que algumas indagações surgiram da crítica aos documentos, tais como: Será que as escolas realmente funcionaram? As que estavam em fase de construção foram finalizadas? E as escolas normais rurais funcionaram, formaram professores, eles de fato trabalharam nessas escolas? Houve alguma dessas escolas normais rurais que foi preterida em função de outra? Os alunos lembrar-se-iam do seu período estudantil? Eles me concederiam uma entrevista? Independentemente das respostas que podem ser dadas nas entrevistas a estas perguntas, elas me serviram para, de certa forma, perseguir o que Le Goff chamou de estranhamento de documentos.

E por fim o terceiro passo foi, com quase tudo pensado, quando acessei o site da Plataforma Brasil por dois motivos: primeiro para cadastrar o projeto de pesquisa no Comitê de Ética da Unit, isso só foi possível pela orientação e cooperação da equipe do referido Comitê, pois foram várias idas e vindas para concluir o processo de cadastramento do projeto na plataforma, que contou com a impressão do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que dispõe sobre os direitos e deveres dos entrevistados, bem como o esclarecimento sobre o uso das entrevistas para fins acadêmicos. Com todo instrumental pronto, ficou possível seguir rigorosamente as fases para efetivação das entrevistas.

1.1 A pesquisa de campo, no campo

Iniciei as visitas pelo território da Grande Aracaju, no Povoado Calumbi, município de Nossa Senhora do Socorro, onde foi difícil localizar a escola rural. Procurei identificar algum aluno que estudou naquela escola entre os anos de 1947 e 1951, encontrei e entrevistei 1) Dona Maria Gedalva Silva dos Santos, 72 anos. No Povoado Cedro, município de Laranjeiras, constatei que não mais existia a escola rural, essa deu lugar a um Posto de Saúde, mas entrevistei 2) o Sr. José Domingos dos Santos, 72 anos, que foi aluno da Escola Rural do Cedro. Ainda no território da Grande Aracaju, no Povoado Cabrita, município de São Cristóvão, encontrei e entrevistei 3) Dona Maria Isabel da Cruz Santos, 72 anos; 4) o Sr. João Francisco Nascimento, 71 anos; 5) e a Professora Sizenard Souza de Araújo, 88 anos.

No território Centro-Sul, no Povoado Salobra, município de Simão Dias, entrevistei 6) o Sr. João Balbino Santos 75 anos. No povoado Sobrado, município de Lagarto, foi entrevistada 7) Dona Luzinete Caetano Pereira, 72 anos. Já no território Sul, no Povoado Água Fria, município de Salgado, entrevistei 8) o Sr. José dos Santos Monteiro 73 anos. No povoado Lagoa Grande, município de Arauá, entrevistei 9) Dona Josefa Cardoso dos Santos, 67 anos. Na cidade de Pedrinhas entrevistei 10) Dona Zilda Farias Lopes, 73 anos. Aproveitei uma entrevista já realizada anteriormente com 11) o Sr. Luiz Antonio Barreto (*in memoriam*), que também foi aluno da Escola Rural Nº 149, em Pedrinhas. É importante registrar que a entrevista foi concedida em março de 2012.

No território Leste, no povoado Patioba, município de Japaratuba, entrevistei 12) Dona Maria Matilde de Melo, 73 anos. No mesmo território, no povoado Pedras, município de Capela, entrevistei 13) o Sr. Manoel Carlos dos Santos, 72 anos, e a esposa, 14) Dona Otília dos Santos, 71 anos, que estudaram na escola rural do referido povoado. Ainda no mesmo território, no povoado Miranda, município de Capela, entrevistei 15) Dona Maria da Conceição dos Santos, 73 anos. Já no território do Baixo São Francisco, no povoado Cruz da Donzela, município de Malhada dos Bois, entrevistei 16) o Senhor Manoel Vieira Melo, 72 anos; no povoado Espinheiro, município de Japoatã, entrevistei 17) Dona Maria Pureza Silva Santos, 72 anos, que foi aluna e depois professora. Ainda na região do Baixo Sertão, no povoado Brejão dos Negros, entrevistei 18) Dona Maria José Teles de Menezes, 76 anos; e 19) Dona Agnália Ferreira Alves (Dadá), 67 anos, que estudaram na escola rural do referido povoado.

No território do Médio Sertão, no povoado Bravo Urubu, município de Nossa Senhora das Dores, entrevistei 20) o Sr. Antonio Vieira Dantas, 71 anos. Foi no povoado Lagoa Redonda, município de Itabi, que entrevistei 21) Dona Maria Lúcia dos Santos Costa, 72 anos. No Alto Sertão, povoado Quixaba, município de Nossa Senhora da Glória, entrevistei 22) Dona Joana Silva Santana, 81 anos. Na região do Agreste sergipano, no município de Malhador,

entrevistei 23) o Senhor José Arnaldo de Jesus, 75 anos, que estudou na Escola Rural do povoado Malhador, no município Riachuelo; e no município de Itabaiana entrevistei 24) Dona Zeferina Santos, 72 anos, que estudou na Escola Rural do povoado Mangabeira.

Selecionei do acervo Moes as entrevistas de: 25) Dona Maria Dagmar Menezes, 86 anos, que trabalhou na Escola Rural Alto da Glória, no município de Nossa Senhora da Glória; 26) Dona Maria Luísa Barbosa da Silva, 66 anos, que estudou para ser professora da Escola Rural no município de Poço Redondo; 27) Acinete Almeida Bispo, 84 anos, que foi professora da escola rural povoado Água Fria, no município de Salgado, e também lecionou no município de Umbaúba; 28) Maria do Carmo Fontes Silva, 82 anos, que ensinou na Escola Rural povoado Carnaíba, município de Riachão do Dantas; 29) Elienalda de Souza Reis, 86 anos, trabalhou na Escola Rural do povoado Convento, no Município de Indiaroba; e, por último, foi do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), na pasta função E² Volume 278 dos relatórios de aulas prática dos alunos, que peguei aleatoriamente o relatório da aluna 30) Maria José Nascimento. Totalizando assim 30 sujeitos que contribuíram para esta pesquisa.

Como já sinalizado, as trinta (30) narrativas foram utilizadas como fonte a fim de compreender as memórias e sua relação com a educação rural, bem como viabilizar sua contribuição para constituição da memória oral da educação rural em Sergipe. Conforme Paul Thompson (1994, p. 197): “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. Por isso a escolha da metodologia da História Oral.

O meu roteiro, ainda que seja básico, procurou cuidadosamente enfocar as primeiras questões relativas à temática e as demais perguntas foram elaboradas para contemplar os objetivos propostos na pesquisa. O referido roteiro encontra-se no Apêndice 1. Ele foi elaborado com perguntas abertas. Nele contemplei, inicialmente, aspectos relacionados à identificação pessoal e social, como: nome, idade, profissão dos pais, quantos irmãos, e também foram explorados aspectos sobre a trajetória de vida escolar, principalmente na primeira fase de escolarização. Assim foram feitos os seguintes questionamentos: Com quantos anos foi matriculado? Quem matriculou? Onde se localizava essa escola? Como era a primeira professora? Tinha uniforme? Qual a disciplina que mais gostava? A disciplina Práticas Agrícolas tinha prova? Tinha um técnico para orientar? Quando passava de ano, mudavam-se as práticas agrícolas? Depois da escola rural continuou estudando em outras escolas? Qual a importância da educação para vida do ser humano? E, por outro lado, o roteiro também serviu para aqueles personagens que por ventura foram surgindo no decorrer do processo da pesquisa,

uma vez que aqueles personagens encontrados poderiam ter sido apenas professoras e não terem sido alunos da escola rural e vice-versa.

No levantamento de dados procurei seguir a mesma ordem do roteiro para todos os entrevistados, e assim as narrativas serviram para medir os dois constructos, “memória e experiência”, a partir do vivido nas escolas rurais de Sergipe. Foi nesta direção, com este esquema, que busquei compor e entender a história a fim de interpretar o instituído e o vivido pelos ex-alunos das escolas rurais do estado de Sergipe. Tais entrevistas se encontram armazenadas no acervo que constitui o Centro de Memória Oral da Educação Sergipana.

Deste modo, nosso cenário de estudo é protagonizado pelos 30 alunos e/ou professores. Isso porque tais sujeitos, embora considerados anônimos, de vida comum, trazem consigo uma experiência escolar adormecida em suas memórias e que é capaz de revelar muito de si e sobre a história da educação local. As entrevistas totalizam mais de seis (06) horas de gravações em áudio e vídeo, devidamente transcritas em Microsoft Word.

Este procedimento metodológico me possibilitou compreender como as narrativas de alunos que estudaram nas escolas rurais nos idos de 1947 a 1951 podem contribuir para a memória oral da educação de Sergipe. Sob esta perspectiva e com intuito de dar a ver a pesquisa realizada, estruturei a dissertação em quatro seções. Na primeira seção, intitulada “Memórias de um itinerário escolar: do rural ao urbano”, são apresentados o encontro com o tema, objetivo geral e objetivos específicos, recorte espacial e cronológico, escolha do referencial teórico e metodológico e definição dos conceitos que serviram para análises, bem como situar os lugares de pesquisa e a tipologia das fontes.

A segunda seção foi intitulada “Em busca de ‘doadores da memória’: o percurso da pesquisa como chave para a construção do objeto histórico”. Aqui o objetivo foi revelar, para além do contexto histórico em que nasceu o projeto do ruralismo pedagógico, o caminho percorrido para buscar mapear as narrativas dos sujeitos de memória. A ideia foi explicitar os procedimentos da pesquisa que envolvem a pesquisa de campo e a metodologia da história oral.

Na terceira seção, “Das experiências e suas memórias: as narrativas como objeto da história da educação rural”, tomo como objeto de análise as narrativas acerca da memória da educação rural em Sergipe, o que se buscou nessa seção foi identificar como se deram as práticas educativas nas escolas rurais sergipanas. O que se fez foi atentar para as representações das experiências escolares com vistas a organizar um repertório memorialístico da educação rural, com o intuito de tencionar e interpretar o vivido nas escolas rurais. Neste sentido, procurou-se revelar similitudes e divergências que ocorreram entre a norma e a experiência vivida e que compõem a história, neste caso, da educação rural em Sergipe.

Na quarta seção, “Considerações finais”, foram contemplados os principais aspectos da investigação e as ponderações que advêm do processo de pesquisa. Deste modo, o que pretendi foi revelar como as narrativas dos ex-alunos e/ou professores das escolas rurais contribuem para a formação da memória da Educação Rural em Sergipe.

2 EM BUSCA DE “DOADORES DA MEMÓRIA”: O PERCURSO DA PESQUISA COMO CHAVE PARA A CONSTRUÇÃO DO OBJETO HISTÓRICO

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Mesmo com o risco de repetir algumas ideias, vale ressaltar que o objeto imediato do conhecimento histórico compreende fatos ou evidências dotados de existência real, mas que só se torna confiável seguindo os procedimentos metodológicos que devem ser a preocupação dos pesquisadores. Baseando-me nesta premissa, esta seção tem o objetivo de mapear as narrativas de ex-alunos para compor uma amostra documental sobre a educação rural no período de 1947 a 1951. Para tanto sistematizei esta seção em três (03) tópicos: no primeiro busco a partir das referências bibliográficas traçar uma contextualização da educação rural brasileira, destacando os tipos de classificações e surgimento de termos que envolvem educação rural. No tópico seguinte trato a partir da implantação das escolas primárias rurais em Sergipe. E no último tópico descrevo o percurso, como encontrei os personagens da pesquisa, e introduzo também as narrativas compostas por trinta (30) sujeitos que estudaram e/ou ensinaram nas escolas rurais do estado de Sergipe no referido período.

2.1 Classificação dos tipos de Escolas e surgimento do termo Educação Rural

A educação tipicamente brasileira passou por várias concepções de ensino ao longo da história, na medida em que seus projetos educacionais iam sendo discutidos, tornavam-se um grande desafio para os governos, para os pesquisadores e para a própria sociedade ao defender seus ideais. Na América, o filósofo e pedagogo John Dewey se destacou como defensor da ideia de escola nova, para ele a educação era uma necessidade social e as pessoas deveriam ser aperfeiçoadas para dar continuidade às suas ideias e conhecimentos. Nesta direção, um grupo de educadores brasileiros, envolvidos com as ideias de Dewey, se aliou e promulgou o *Manifesto dos pioneiros da escola nova*. Nesse momento o ensino público no Brasil sinalizava vários problemas, tais como o alto índice de analfabetismo e a inexistência de uma educação de

base comum. Com o intuito de solucionar tais problemas, eles defendiam a unicidade da educação, uma escola nova, obrigatória, pública, laica, igual para todos, como dever do Estado, bem como a eliminação do dualismo escolar.

Este movimento, nas décadas seguintes, reflete nas ações governamentais e nas políticas públicas pensadas pelos pioneiros do movimento escolanovista, entre os quais estavam Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Sampaio Dória. Assim, foi nos Governos Vargas (1930 – 1954) que, pela primeira vez, um conjunto de ideias condutoras da educação permitiram as primeiras configurações do que poderia ser chamado de um sistema nacional de educação. Lançado em 1932, o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* foi, sobretudo, um documento de política educativa no qual, para além da defesa da Escola Nova, estava a causa/luta maior da/pela escola pública laica, sendo esta responsabilidade do Estado.

Por certo as reformas educacionais ocorridas na Primeira República se preocuparam com a melhoria da educação, não apenas quantitativa, mas também qualitativamente, uma vez que surge o ensino graduado, bem como os primeiros “grupos escolares” ou “escolas modelo”. De acordo com Rosa Fátima de Souza (2009, p. 261) a “[...] escola primária como instituição moderna e universal de socialização da infância ocorreu no processo de constituição dos Estados-nações durante o século XIX”. Segundo ela:

A educação apontada como causa do atraso brasileiro foi advogada também como a solução para os problemas nacionais. Ela foi vista como elemento propulsor do desenvolvimento econômico-social e do progresso, instrumento indispensável para a consolidação do regime republicano e como meio para assegurar a ordem social e a democracia. Em suma, caberia à escola primária a missão patriótica de edificar a nação por meio da educação integral – entendida como educação física, intelectual e moral, o que implicava não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social (obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades), virtudes morais e valores cívicos necessários à formação da nacionalidade. (SOUZA, 2009, p. 262).

Ainda com referência às primeiras décadas do século XX, a população sofria muito com as mudanças ocorridas no mundo, a exemplo da Primeira Guerra Mundial que, de certa forma, refletiu no cenário brasileiro. Os problemas econômicos, políticos culturais e sociais, relacionados entre si, impactaram na educação escolar, é daí a importância do projeto republicano em que a educação não só ganha espaço, mas se transforma em principal argumento político e social. Com tudo isso, a compreensão da organização e como se deu a classificação das escolas primárias no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, só foi possível ao analisar

os trabalhos publicados por Rosa Fátima de Souza (2012). Notadamente se percebe que “o Estado de São Paulo foi o pioneiro na organização escolar e na implantação do grupo escolar, que por sua vez tinha um traçado arquitetônico diferenciado do modelo da escola isolada”. No tocante à Escola Rural, a autora esclarece como aconteceu a classificação da escola primária no estado de São Paulo no século XX, e apresenta a Lei que primeiro tratou do termo Escolas Rurais.

De acordo com a autora supracitada, a Lei nº 1.579, de 19 de dezembro de 1917, assim estabelece:

Essas escolas eram definidas da seguinte maneira: São rurais as localizadas nas propriedades agrícolas, nos núcleos coloniais e nos centros fabris distantes de sede de municípios. As escolas distritais são as situadas em bairros ou sede de distrito de paz. As escolas urbanas (ou de sede) são as criadas em sede de município. Conforme apontado, o programa de ensino das escolas isoladas foi simplificado em 1917, mas a diferença dessas escolas em relação às escolas isoladas rurais e urbanas ficou limitada ao critério de localização espacial, isto é, se estavam situadas em áreas rurais ou em áreas urbanas. (SOUZA, 2012a, p. 45).

Esta classificação recai sobre as escolas de bairro, de distrito de paz e de sede de municípios. Na mudança do século XIX para o século XX, a direção das políticas de expansão do ensino primário no estado de São Paulo apresentava uma clara preferência pela instalação dos grupos escolares nos centros urbanos. Ainda segundo Souza (2012), nesse estado, durante a Primeira República, existiram vários tipos de escolas primárias: cursos noturnos, escolas ambulantes, escolas isoladas, escolas modelo, escolas preliminares, intermediárias e provisórias, escolas reunidas e grupos escolares. Para as áreas rurais, o tipo predominante de estabelecimento de ensino primário foi a escola isolada, regida por um professor, ensinando, em uma mesma sala, alunos de diferentes níveis de adiantamento. A década de 1920 foi um período de grandes iniciativas. Mesmo com a ocorrência de muitas reformas, ainda não existia uma organização sistematizada do ensino público.

Neste sentido, somente na década de 1940 se percebe que o ensino rural foi sendo organizado. A título de exemplo, o Governador de São Paulo à época, Jânio Quadros, mostrou a conceituação e o escopo do ensino típico rural em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em março de 1957. Para ele,

O ensino típico rural é uma modalidade de ensino especializado para a criança da roça. Além de programa próprio, relativo ao aprendizado das atividades agrícolas e higiene rural, caracteriza-se por ser ministrado nos grupos rurais

mediante um sistema de estudo teórico-prático, que leva o estudante a comparecer à escola nos dois períodos, da manhã e da tarde. Reveste-se esse ensino, por esse fato, de rico conteúdo educativo, como curso de preparação da criança e do adolescente, para as atividades rurais e o convívio social da zona agrícola, em que reside. (SÃO PAULO, 1957 apud SOUZA, 2012, p. 63).

Desta forma, além da mensagem esclarecedora do Governador Jânio Quadros, Rosa Fátima de Souza não só revela os equívocos de nomenclaturas relacionados às escolas rurais, como também a situa no tempo histórico e local. Outro aspecto a ser considerado trata da importância da educação no meio rural, que foi suscitada (como já anunciado na seção I) pelo intenso deslocamento da população do campo para os centros urbanos, ocorrido nos anos 1910/1920. Assim, nesta direção esclarece Sérgio Celani Leite (2002), no livro *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*, que “[...] quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava processo de industrialização mais amplo”, o poder público começou a pensar e incluir na sua agenda a discussão sobre a educação no meio rural, visto que o êxodo que vinha ocorrendo estava comprometendo negativamente o meio rural em prol de um processo de industrialização urbana. Como exemplos deste incremento industrial, pode-se citar a instalação de importantes polos industriais em São Paulo, bem como a implantação de fábricas têxteis e da companhia Belgo-Mineira em Minas Gerais, para a exploração siderúrgica.

De acordo com Sérgio Celani Leite:

O Estado Novo por intermédio de Vargas, deu prioridade máxima à industrialização e ao intervencionismo estatal da produção. Ele criou, por exemplo, o Código de Minas, o Instituto Brasileiro do Café-IBC, o Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA, a Superintendência da Moeda e do Crédito-SUMOC. E outros órgãos. Porém, o mais expressivo foi a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, em Volta Redonda. (LEITE, 2002, p. 60).

Apesar de essa industrialização ter sido “[...] influenciada pela política café com leite”, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, a maioria dessas populações era eminentemente rural. Neste sentido, é perfeitamente compreensível que o processo crescente de industrialização suscitasse aos idealizadores do movimento ruralista pedagógico apoio à sua proposta. Com vistas à permanência do homem no campo, à manutenção da riqueza agrícola e à tentativa de conter a explosão dos problemas sociais urbanos como desemprego, falta de habitação, contribuindo para o surgimento das palafitas, falta de saneamento básico, proliferação das doenças nas cidades, dentre outros problemas sociais.

Entre os principais representantes do grupo que encabeçou o chamado movimento ruralista pedagógico estavam: Alberto Torres, Carneiro Leão, Sud Mennucci e Noêmia Cruz. Conforme Souza:

No Estado de São Paulo destaca-se nesse grupo a atuação de Sud Mennucci. Na defesa da escola rural, o grupo ruralista, cujo representante mais conhecido em São Paulo foi Sud Mennucci, advoga a necessidade de adequação da escola ao meio implicando o reconhecimento da diversidade regional do estado – as cidades, o campo, o litoral. Os educadores identificados a esse grupo criticavam o modelo único de escola primária existente no estado, concebido nos moldes de uma escola citadina alicerçada nos valores e na cultura urbana. Essa escola não servia ao homem do campo. Inadequada totalmente ao meio concorria, tão somente, para o êxodo rural. Dessa maneira, eles viam na criação da Escola Rural a possibilidade de fixação do homem no campo. Imbuídos da crença nas vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país, defendiam a formação de professores para a educação rural, programas de ensino apropriados às necessidades e interesses da população do campo e a ampliação das finalidades sociais da escola para esse meio. (SOUZA, 2009, p. 150).

Neste sentido, foi possível perceber que o ruralismo pedagógico surgiu como uma tentativa de constituir a educação tipicamente do campo, pois ela representava o Brasil de forma original, e por isso o convencimento de se levar para o campo uma educação específica que proporcionasse uma mudança de mentalidade que recairia numa valorização do seu meio. Para tanto, pensaram no currículo, no calendário escolar e na formação dos professores, diferente dos moldes da escola urbana, uma vez que pensaram as especificidades do campo, o que implicava o conhecimento e o domínio no manuseio agrícola desde o plantio à colheita.

Preocupados com os rumos da população rural, os idealizadores desta corrente pedagógica passaram a elaborar propostas de adequação entre educação e trabalho no campo, a fim de beneficiar a maioria da população que vivia no meio rural e que, no início do século XX, totalizava aproximadamente 80% e 84% de toda a população brasileira, conforme a Tabela 1 (p. 20), pois o campo e a cidade eram vistos como espaços geográficos antagônicos, não só do ponto de vista espacial, mas também do econômico e político. Sud Mennucci, no seu texto *A crise brasileira da educação*, afirmava que “a forma com que eram feitas as leis brasileiras não contemplava a população rural” (MENNUCCI, 1934). Ao contrário, até parecia que desejavam o fim dessa população rural.

Desta maneira, Sud Mennucci destaca que:

Na elaboração das leis, na constituição de nossa disciplina social, é sempre a cidade que leva a melhor. Toda a organização de nossos serviços públicos ou

de utilidade coletiva é feita e processada à revelia da zona rural e como se ela não existisse. E os nossos reformadores estão tão fortemente imbuídos desse conceito fundamental da “polis” que nem se quer chegam a percebê-lo (MENNUCCI, 1934, p. 52-53).

Duas razões podem ter levado Sud Mennucci a encabeçar e defender o movimento ruralismo pedagógico: a primeira é que além de ser geógrafo, sociólogo e jornalista, iniciou sua carreira no magistério lecionando numa escola rural; e a segunda razão estava atrelada à sua posição política em defesa do ensino rural para a manutenção das origens e especificidades dos homens e crianças do campo, dotando-os dos conhecimentos necessários e potencialidades das atividades da vida rural. Desta forma, sempre se manifestou contrário aos argumentos que vinham de cima para baixo e introjetados para a população rural. Ele defendia a formação diferenciada entre o meio urbano e o rural.

Por certo, o meio urbano, dada as condições materiais, era considerado melhor em termos de serviço e qualidade de vida, sobretudo se comparado às condições do meio rural, o que pode ser visto nos objetivos do 8º Congresso Brasileiro de Educação (CBE),¹² que constitui em “desenvolver a personalidade, formar o sentimento de solidariedade humana e ajustar o estudante ao ambiente regional em que vive. A ideia era que Educar é fixar o homem a terra que vive”. (ABE, 1944, p. 182). Esses objetivos educacionais, pautados sob o produtivíssimo, seriam responsáveis por retirar essa população rural da dita ignorância. Haja vista que a educação no meio rural tinha um papel fundamental no que diz respeito ao projeto de modernizar o campo por meio da educação, onde valores capitalistas, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, foram ali inseridos para modernizar a população camponesa. Neste contexto político, econômico e social e diante de problemas urbanos, do crescimento populacional das cidades e devido ao avanço de mobilizações no campo, esta modernização deveria ser respaldada por ideias de dignificação do trabalho rural, e assim a educação mais que nunca visava o slogan “educar para o trabalho”.

O ambiente era de contestação e agitação das ideologias políticas com relação à mentalidade dos trabalhadores, já não eram apenas os políticos que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar elementar e o analfabetismo, o problema passava a ser tratado com entusiasmo por educadores “de profissão”. Conforme o professor Jorge Nagle, no livro *Educação e sociedade na República*, havia entusiasmo pela educação, isto é, “a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, será

¹² O 8º Congresso Brasileiro de Educação (CBE) ocorreu em julho de 1942, na Cidade de Goiânia, e sua temática principal foi Educação primária fundamental. Publicação: *Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo, Estudo, Sociedade e Agricultura*, 4 de julho de 1942, p. 5-27.

possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 1974, p. 100). Conjecturando com Nagle (1974), o que faltava era vontade política para combater o analfabetismo e o caminho que os educadores apontaram na expansão das unidades de ensino, uma vez que o índice de crianças com idade escolar fora da escola era alto.

Conforme a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), Março/Abril de 1946, mostra que:

Se examinarmos detidamente o movimento de matrícula nos Municípios, verificaremos que a situação do ensino primário é realmente grave e difícil. Cerca de vinte Municípios apresentam “déficit” superior a 90%: isto é, mais de 90% das crianças em idade escolar não estão matriculadas no curso primário; em 142 municípios. Esse “déficit” varia de 80 a 90%; em 24.5. O “déficit” oscila entre 70 e 80%; em 220, entre 60 e 70%; 180, entre 50 e 60%; abaixo de 50%, contamos 675 Municípios; desconhecemos a situação dos restantes. Quase poder-se-ia avançar que excluídos os grandes centros urbanos, o sistema escolar primário fica restrito aos núcleos de razoável densidade de população, ou seja, às vilas e aos povoados. As zonas tipicamente rurais só por exceção conhecem o mestre-escola mantido pelos cofres públicos. (RBEP, Vol. VII, nº 21, 1946, p. 419-420).

De acordo com um inquérito feito e publicado nesta revista (RBEP), de 28.302 prédios escolares existentes em 1941, apenas 4.927 pertenciam aos poderes públicos; e desses apenas 7% haviam sido construídos especialmente para fins escolares. Diante dos assustadores dados estatísticos que apontavam para o alto índice de crianças brasileiras na idade escolar sem acesso à escola, o Presidente da República não viu outra saída a não ser enfrentar o problema junto aos governadores estaduais para atender a esta demanda excluída do sistema educacional. Foi então que em 1946 lançou um programa de construção de escolas primárias rurais a serem criadas por todo o território nacional.

Neste sentido, o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, encaminha mensagem para o Congresso Nacional autorizando o Poder Executivo a cooperar financeiramente com os estados e municípios na ampliação e melhoria da rede de ensino primário, secundário e normal na zona rural, conforme está na Lei nº 50, de 11 de agosto de 1947.

O presidente da república, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, pelo Ministério da Educação e Saúde, autorizado à cooperar financeiramente com os Estados, Municípios, Distrito Federal e particulares, na ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal nas zonas rurais e nas sedes de município ou distrito onde haja carência de recursos educacionais. Parágrafo único. A cooperação far-se-

á mediante acordo firmado entre as partes, e ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cabe a sua celebração e fiscalização;

Art. 2º O Poder Executivo expedirá as instruções necessárias à perfeita execução da presente Lei, revogadas as disposições em contrário Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1947; 126º da Independência e 59º da República (DUTRA, Mensagem, 1947).

Sendo assim, aproveitando o momento de autorização financeira do poder executivo para cooperar com os estados e municípios, o Inep estabeleceu a forma de aplicação do Fundo, nos termos seguintes: 1) A importância correspondente a 70% de cada auxílio federal será destinada exclusivamente para construções escolares. Os projetos deverão ter aprovação do Ministério da Educação. As obras serão executadas pela autoridade administrativa de cada estado interessado, correndo as despesas, no todo ou em parte, por conta do recurso federal concedido. 2) A importância correspondente a 25% de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação. 3) A importância correspondente a 5% de cada auxílio federal, converter-se-á em bolsas de estudo, destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal dos serviços de inspeção e orientação do ensino primário a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

O projeto de construção das escolas rurais foi coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), sob a direção de Murilo Braga, que distribuiu os recursos aos estados e determinou as diretrizes básicas para as construções e funcionamento das escolas em todo o território brasileiro.

Lembra-nos Luiz Antonio Barreto, no livro intitulado *Antologia*, que:

Gilberto Freire chegou a fazer até apologia da casa de palha, a que chamou de casa vegetal. Segundo ele, o que a criança brasileira precisava era de uma sala de aula em cada canto do país, com capacidade necessária, condições de higiene, moradia para o professor continuar na escola no sentido de oferecer-lhe as condições de bem-estar e fixação no meio comunitário. (BARRETO, 2006, p. 98).

Por certo, com tais ações a situação da educação no Brasil apresentou melhorias significativas nos meados do século XX, quando ocorreu uma queda significativa da taxa de analfabetismo, principalmente ao integrar a modalidade da educação rural de ensino. A partir daí a educação brasileira inaugura uma nova fase na justificativa de melhor se adequar às necessidades da população rural, principalmente no interior do estado de Sergipe.

2.2 Inep e a implantação das escolas rurais em Sergipe

Como já ressaltado, em meados do século XX a educação brasileira passou por muitos diagnósticos sob a perspectiva dos “ideais pedagógicos” e que foram temas de destaque nas discussões do 8º Congresso Brasileiro de Educação (CBE), em que se pleiteou uma escola que despertasse e formasse consciência cívica e trabalhista e que fizesse desaparecer a humilhação e o desprestígio impregnado no trabalho rural desde os primórdios da sociedade brasileira. Nesse 8º CBE predominou uma acalorada discussão sobre as ideias do “Ruralismo Pedagógico”, no qual os congressistas clamavam pela substituição da escola desintegradora que provocou o êxodo da população rural, por uma escola cujo objetivo fosse o ajustamento do indivíduo ao meio rural, sendo a escola organizada em função da produção que pudesse fixar o homem no campo.

Assim como no restante do país, na educação sergipana ocorreram muitas mudanças e transformações. É o que podemos observar através da mensagem do governador José Rollemberg Leite:

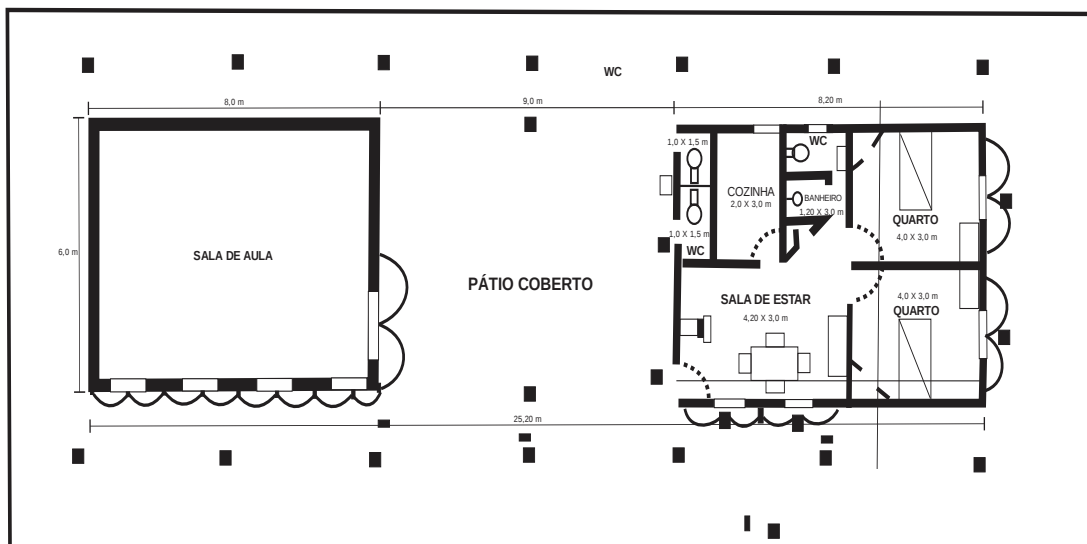
Desde o começo do meu governo, já o Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, propunha ao Estado de Sergipe, a aceitação de acordos, em face dos quais nos fossem concedidos auxílio para construção de prédios escolares destinados ao ensino primário e normal [...] os sergipanos precisavam e precisam de escolas e novas aspirações da vida social, reclamavam soluções prontas ou mesmo revolucionárias. Procurou então o governo, através de entendimentos e várias missões cometidas ao dirigente do ensino de nossa terra, para a capital da república aceitar as bases dos acordos referidos e a obrigatoriedade de sua execução. (LEITE, 1951, p. 18-19).

Examinando o material coletado para a pesquisa, constatei a existência de dois longos períodos com características particulares que compreendi a partir da criação e funcionamento do Inep, considerando esse um divisor de águas: o primeiro antes do Inep, e o segundo depois de sua criação. Além destes aspectos, a leitura de material específico relacionado à educação rural me levou a pensar na seguinte questão: A implantação das escolas rurais seguiu fielmente as orientações preconizadas pelo MEC/Inep? Para respondê-la, procurei examinar várias fontes, principalmente revistas do Inep, portarias, mensagens; e o que encontrei inicialmente foi a planta baixa no padrão arquitetônico das escolas primárias rurais preconizadas pelo projeto do Inep.

As escolas rurais em termos arquitetônicos possuíam características que mesmo não sendo majestosas, colocavam a escola em destaque em relação às escolas isoladas, superando-as em qualidade e quantidade. Nesse propósito, o prédio foi projetado para imprimir um espírito

de civilização, de ordem e de higiene, como pode-se observar pela imagem da planta baixa, apresentada a seguir:

Figura 1 – Planta baixa da escola rural



Fonte: As obras de plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947 – 1951), *Revista Fiscal*, 1949.

A planta baixa apresentada foi retirada do texto *As obras de plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947 – 1951)*, que apresenta as dimensões da escola rural proposta pelo Inep, com as seguintes especificidades: uma sala de aula com capacidade para 40 alunos medindo 8,00 m de comprimento x 6,00 m de largura, e uma área coberta para o recreio das crianças, medindo 9,00 m de comprimento x 6,00 m de largura, mas também a residência do professor, com 8,20 m de comprimento x 6,00 m de largura, abrigando dois quartos com 4,00 m de comprimento x 3,00 m de largura, uma sala de estar medindo 4,20 m de comprimento x 3,00 m de largura, banheiro medindo 1,20 m de largura x 3,0 m de comprimento, cozinha medindo 2,00 m de largura x 3,00 m de comprimento e dois wc (masculino e feminino) medindo 1,20 m de largura x 1,50 m de comprimento cada um, como pode ser visto, as dimensões internas e a área construída. Para realização das práticas agrícolas foram pensados os espaços entre o prédio e o muro da escola com vistas a consociá-los às práticas escolares, “cada escola deveria ter no mínimo 10.000,00 metros quadrados” (DOES, 1946, Nº 9.786). Vale ressaltar que as referidas escolas rurais foram financiadas pelo Ministério da Educação e Saúde e obedeciam a um padrão arquitetônico estabelecido para todos os estados.

Neste sentido, o texto *Formação de professores para escolas rurais em Sergipe 1947 a 1951*, de Pereira Santos e Almeida Filho (2013, p. 3), cita o *Jornal Diário Oficial do Estado de*

Sergipe, Ano XXVIII, Aracaju, quarta-feira 11 de setembro de 1946, Nº 9.786, que trata das “Normas para construção de escolas primárias rurais”. Este documento apresenta as condições para a escolha do terreno em que as escolas rurais deveriam ser construídas:

As escolas devem ser construídas em zonas saneadas, em terrenos limpos, porém arborizados em ponto de fácil acesso, local deve ser aprazível com boa ventilação com ausência de ruídos ou nocivos de insetos, mas com acesso fácil para pedestres, não ter servido de depósitos de sobras de indústria ou resíduos domésticos, adubos vegetais ou animais. (DOES apud SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2013, p. 3).

O mesmo documento recomendava que os terrenos, deviam ser escolhidos a partir das orientações seguir:

O terreno deveria ficar a uma distância mínima de 200 metros de cocheira ou currais, de máquinas de beneficiamentos, de rios ou terrenos pantanosos, como também, deveria ficar ainda afastado de casas comerciais, de mercado ou feiras livres, hospitais, postos de saúde, capelas ou delegacias, cemitério e margem das estações ou linha férrea. O terreno deveria ter no mínimo 10.000,00 quadrados, com o lado de acesso voltado para o quadrante SE-SO; O terreno sempre que possível, deveria apresentar condições de facilidade de abastecimento de água potável, ou por nascente ou por rios; Preferencialmente deve ser escolhido aquele, que mais próximo ficar da rede de esgoto que possa utilizá-lo para tal fim. Em caso contrário será admissível a construção dos tipos de fossas recomendados pelo D.N.S. Poços absorventes e fossas septas, situadas ao lado do prédio da escola com capacidade para 50 pessoas, se não for ainda possível atender essa exigência, permite-se que a construção das instalações sanitárias a uma distância mínima de 10 metros do prédio e 20 metros a qualquer poço ou manancial d’água serviço desde que a fossa fique a sua Jusante, em relação ao movimento do lençol freático (DOES, 1946, Nº 9.786).

Desta forma, o *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Ano XXIX, Aracaju, 1º de fevereiro de 1947, Portaria nº 27 de 30 de janeiro de 1947, publicou que

O Diretor Geral do departamento de Educação do Estado de Sergipe, atendendo à solicitação do Sr. Diretor do departamento de Obras Públicas, contida em ofício nº 23 de 22 de Janeiro, designa o professor Acrísio Cruz, Técnico deste departamento, para mapear os locais para construção das escolas rurais, sob a orientação do Inep. (DOES, Mensagem, 1947).

Nesse ínterim o Ministro da Educação e Cultura, Clementino Mariani, argumentava que Sergipe poderia servir de campo de trabalho do Ministério da Educação, pois era um estado ideal para uma experiência pedagógica, por ser de pequena extensão territorial e de fácil acesso às populações rurais. Por outro lado o índice de analfabetismo era muito grande conforme

mostra o IBGE. A este respeito o IBGE, através do censo demográfico 1940/1950, mostra que o estado de Sergipe na década de 1940 apresentava 1,3 da população brasileira, e na década 1950 essa população diminuiu para 1,2 em relação à população do Brasil. O estado de Sergipe, além de ser o menor era o menos populoso do país. Conforme se pode visualizar na Tabela 3.

Tabela 3 – Grau elementar

Faixa etária	5 a 9 anos		10 a 14 anos	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1ª Série	1.825	1.894	4.140	4.617
2ª Série	447	492	3.180	3.724
3ª Série	62	68	1.242	1.748
4ª Série	2	1	81	98

Fonte: IBGE, 1950.

Ainda conforme o recenseamento de 1950:

Sergipe contava com 644.361 habitantes, dos quais somente 33,63% sabiam ler e escrever. Da população de dez anos e acima desta faixa etária (441.478 habitantes) que não sabia ler e escrever, 79,49% estavam na zona rural e dedicavam-se às atividades agropecuárias (IBGE, 1950).

Sensibilizado com tal situação da população rural, o governador José Rollemberg Leite fez uso da Lei Nº 29, Decretos 10.119 e 10.120, para abrir crédito especial de Cr\$ 2.540,000,00, sendo que Cr\$ 140.000,00 eram para o pagamento da quota estadual destinada a auxiliar a construção de escolas rurais. Assim ele investiu inicialmente na construção das referidas unidades escolares. Conforme Cláusula II do Decreto firmado em 28/11/1946 entre o Estado e a Construtora Vitória Comercial LTDA.

Na sessão do Departamento de Obras Públicas foi lançado o seguinte edital: de concorrência para a construção de 28 edifícios para escolas rurais em Salgado, Estância, Indiaroba, Riachão do Dantas, Tobias Barreto, Itabaianinha, Cristinápolis, Arauá, Boquim, Simão Dias, Irapiranga, Ribeirópolis, Campo do Brito, Itabaiana, Frei Paulo, Riachuelo, Divina Pastora, N.S. das Dôres, N.S. da Glória, Muribeca, Japoatã, Parapitinga, Neópolis, Aquidabã, Canhoba, Gararu, Pôrto da Fôlha e Inajaroba. O diretor geral do Departamento de Obras Públicas, faz ciente a quem interessar possa que, com o prazo de 20 dias, a contar desta data, fica aberta concorrência pública para a construção dos edifícios acima mencionados, de acordo com o projeto, especificações deste Departamento e cláusulas abaixo. (iv DOES, 6/9/1946).

Na supracitada mensagem pode-se observar a relação entre os municípios onde seriam construídas as primeiras escolas primárias tipicamente rurais do estado de Sergipe, mas

encontramos no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no Fundo E2 Volume 257, o 1º acordo firmado entre a Diretoria de Educação de Sergipe e o Inep. Nesse acordo consta uma relação indicando o município e a localidade em que foram construídas as primeiras 28 escolas rurais no estado de Sergipe, como mostra o quadro a seguir, que difere em dois municípios daqueles propostos: Lagarto e Propriá.

Quadro 2 – Primeiras escolas rurais construídas em Sergipe (1947)

Nº	Escola Rural /Povoado	Denominação das Escolas ¹³	Município
01	Urubu	Escola rural “Urubu”	Aquidabã
02	Casa Caiada	Escola rural “Casa Caiada”	Araúá
03	Faz. Santo Antônio	Escola rural “Santo Antônio”	Boquim
04	Cercado	Escola rural “Cercado”	Campo do Brito
05	Umbaúba	Escola rural “Umbaúba”	Cristinápolis
06	Cana Brava	Escola rural “Cana Brava”	Divina Pastora
07	Praia Boa viagem /Praia do Saco	Escola rural “Praia da Boa Viagem”	Estância
08	Carira	Escola rural “Carira”	Frei Paulo
09	Oiteiros	Escola Rural “Oiteiros”	Gararu
10	Botequim	Escola rural “Botequim”	Santa Luzia do Itanhí
11	Camaçari	Escola rural “Camaçari”	Irapiranga/Itaporanga
12	Pôsto agrícola	Escola rural “Pôsto Agrícola”	Itabaiana
13	Geru	Escola rural “Geru”	Itabaianinha
14	Tatu	Escola rural “Tatu”	Japoatã
15	Catita	Escola rural “Catita”	Lagarto
16	Visgueiro	Escola rural “Visgueiro”	Muribeca
17	Quixaba	Escola rural “Quixaba”	N. S. da Glória
18	Volta	Escola rural “Volta”	N. Sra. das Dores
19	Carrapicho	Escola rural “Carrapicho”	Neópolis
20	Serrão	Escola rural “Serrão”	Parapitinga/Ilha da Flores
21	Ilha do Ouro	Escola rural “Ilha do Ouro”	Porto da Folha
22	Amparo	Escola rural “Amparo”	Propriá
23	Tanque Novo	Escola rural “Tanque Novo”	Riachão do Dantas
24	Malhador	Escola rural “Malhador”	Riachuelo
25	Sítio	Escola rural “Sítio”	Ribeirópolis
26	Água Fria	Escola rural “Água Fria”	Salgado
27	Mata do Peru	Escola rural “Mata do Peru”	Simão dias
28	Campo Pequeno	Escola rural “Campo Pequeno”	Tobias Barreto

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Fundo E2 Volume 278, Arquivo Público do Estado de Sergipe.

¹³ Dissertação de Rony Rey do Nascimento Silva intitulada *Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947 – 1951)*, 2016.

Assim se percebe que na mensagem anterior consta uma relação das primeiras escolas a serem construídas, e aparecem os municípios Indiaroba e Canhoba, já no Quadro 1, na relação das escolas construídas constam em seus lugares os municípios Propriá e Lagarto. As 28 escolas que foram construídas em quase todos os territórios do estado já representaram um aumento considerável para a rede pública, como se pode visualizar na relação do primeiro acordo. O segundo acordo foi firmado em 23 de setembro de 1947, conforme Termo Aditivo ao referido contrato. Nele o Estado de Sergipe autoriza Cr\$ 2.400,000,00 para o pagamento de despesas com a construção de mais 40 escolas rurais, conforme consta no *Diário Oficial* de 12 de dezembro de 1947 e no Arquivo Público do Estado de Sergipe, no Fundo E2, Volume 257. O Quadro 3, a seguir, apresenta a relação das 40 escolas espalhadas por vários povoados dos municípios sergipanos:

Quadro 3 – Escolas rurais construídas, conforme 2º acordo (1948)

Nº	Escola Rural/Povoado	Município
01	Escola Rural “Colônia Pintos”	São Cristovão
02	Escola Rural “Mucambo”	Frei Paulo
03	Escola Rural “Marcação”	Rosário do Catete
04	Escola Rural “Oiteiros”	Maroim
05	Escola Rural “Alto da Gloria”	N. S. da Gloria
06	Escola Rural “Feira Nova”	N. S. das Dores
07	Escola Rural “Telha”	Propriá
08	Escola Rural “Tamanduá”	Aquidabã
09	Escola Rural “Ilha das Flores”	Parapitinga
10	Escola Rural “Bomfim”	Divina Pastora
11	Escola Rural “Malhada dos Bois”	Muribeca
12	Escola Rural “Mucambo”	Porto da Folha
13	Escola Rural “Miranda”	Capela
14	Escola Rural “Forjes”	Japaratuba
15	Escola Rural “Lagoa Seca”	Capela
16	Escola Rural “São Domingos”	Campo do Brito
17	Escola Rural “Espinheiro”	Japoatã
18	Escola Rural “Pindoba”	Neópolis
19	Escola Rural “Bravo Urubu”	N. S. das Dores
20	Escola Rural “Serra”	Itabaiana
21	Escola Rural “Camboatá”	Divina Pastora
22	Escola Rural “Bananeira”	Darcilena
23	Escola Rural “Areia Branca”	Riachuelo
24	Escola Rural “Lagoa Grande”	Siriri
25	Escola Rural “Pedras”	Capela
26	Escola Rural “Sucupira”	N. S. das Dores
27	Escola Rural “Gandu”	Itabaiana
28	Escola Rural “Sobrado”	Cotinguiba
29	Escola Rural “Sobrado”	Lagarto
30	Escola Rural “Olhos D’ Água”	Boquim
31	Escola Rural “Pirunga”	Capela
32	Escola Rural “Coruba”	Carmópolis
33	Escola Rural “Quem dera”	Aquidabã
34	Escola Rural “Itabi”	Gararu

35	Escola Rural “Descoberta”	Frei Paulo
36	Escola Rural “Terra Dura”	Itabaiana
37	Escola Rural “Matapuã”	Itabaiana
38	Escola Rural “Invernada”	Cotinguiba
39	Escola Rural “Sape”	Irapiranga
40	Escola Rural “Romão”	Boquim

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Fundo E² Volume 278, Arquivo Público do Estado de Sergipe.

O Diretor do departamento de educação do Estado de Sergipe, no dia 25 de novembro de 1948, faz uso do Decreto nº 10.373, juntamente com a Secretaria da Justiça e Interior, e autoriza a abertura de crédito especial para atender às despesas com a construção de mais 20 escolas rurais, pois além das 88 escolas rurais já construídas, o governador, atendendo à demanda e aproveitando as verbas do FNDE, planejou a construção de mais 100 escolas rurais. Assim ele publicou oficialmente uma mensagem no *Diário Oficial de Sergipe*.

A rede escolar primária foi ampliada consideravelmente, embora, para isso o Estado assumisse maiores encargos monetários. [...]. Se não nos faltarem os recursos ainda no primeiro período letivo dêste ano funcionarão 148 escolas rurais, já estando construídas dentro de mais 15 dias 100 destas unidades didáticas. O trabalho de construções se vem desenvolvendo com muita celeridade, o que tem colocado na vanguarda dos que, em todo o país, recebem, agradecidos, a importante colaboração do Governo Federal, em defesa das populações rurais. (SERGIPE, 1949, p. XIII).

Além das escolas construídas conforme os acordos acima mencionados, a mensagem publicada no *Diário Oficial do Estado de Sergipe* revela o empenho que o governador e os diretores da educação sergipana vinham mostrando em construir e prometer a inauguração de 100 escolas rurais nos 15 dias seguintes. Nos documentos que pesquisei encontrei referência aos anos de 1948, 1949, 1950 e 1951, neles constam que foram entregues oficialmente 147 unidades de ensino, sendo quatorze (14) em 1948; setenta (70) unidades em 1949; cinquenta (50) unidades em 1950; e treze (13) unidades em 1951. Conforme a relação nos quadros a seguir:

Quadro 4 – Entrega das escolas rurais em 1949

Nº	Data	Nome da Escola Rural	Município
01	7 de maio	Escola Rural do “Entroncamento”	Ribeirópolis
02	2 de julho	Escola Rural “Lages”	Itabaianinha
03	4 de julho	Escola Rural “Zangue”	Itabaiana
04	2 de agosto	Escola rural “Buti”	Laranjeiras
05	6 de agosto	Escola Rural “Altos Verdes”	Frei Paulo
06	22 de agosto	Escola Rural “Pedreiras”	São Cristóvão
07	28 de agosto	Escola Rural “Mata”	Maruim
08	18 de setembro	Escola Rural “Caititu”	Maruim
09	18 de setembro	Escola Rural “Curral dos Bois”	Japaratuba

10	19 de setembro	Escola Rural “Cristina”	Cristinápolis
11	19 de setembro	Escola Rural “Lagoa Seca”	Cristinápolis
12	19 de setembro	Escola Rural “Poço Verde”	Tobias Barreto
13	5 de outubro	Escola Rural “Sítio Novos”	Canhoba
14	7 de outubro	Escola rural “Siririzinho”	Rosário do Catete
15	15 de outubro	Escola Rural “Bom Jesus”	Laranjeiras
16	15 de outubro	Escola Rural “Macedônia”	Salgado
17	15 de outubro	Escola Rural “Terra Caída”	Indiaroba
18	15 de outubro	Escola Rural “Rio das Vacas”	Lagarto
19	20 de outubro	Escola Rural “Estação”	Salgado
20	25 de outubro	Escola Rural “Itaperoa”	Siriri
21	25 de outubro	Escola Rural “Moita Redonda”	Aquidabã
22	28 de outubro	Escola rural “Moita Redondo”	Aquidabã
23	29 de outubro	Escola Rural “Telha”	Lagarto
24	24 de novembro	Escola Rural “Triunfo”	Simão Dias
25	25 de novembro	Escola rural “N. S. de Lourdes”	Canhoba
26	2 de dezembro	Escola Rural “Escorial”	Canhoba
27	2 de dezembro	Escola Rural “Tapera”	Rosário do Catete
28	2 de dezembro	Escola rural “Curralinho”	Riachão do Dantas
29	7 de dezembro	Escola Rural “Bica”	Itabaianinha
30	14 de dezembro	Escola Rural “São José”	Tobias Barreto
31	23 de dezembro	Escola Rural “Saúde”	Neópolis
32	23 de dezembro	Escola Rural “Mata”	Siriri
33	23 de dezembro	Escola Rural “Angico”	N. S. da Glória
34	23 de dezembro	Escola Rural “Monte Alegre”	N. S. da Glória
35	15 de janeiro	Escola Rural “Patioba”	Japaratuba
36	15 de janeiro	Escola Rural “Terra Dura”	Itabaiana
37	20 de janeiro	Escola Rural “Samambaia”	Tobias Barreto
38	13 de março	Escola Rural “São José”	Japaratuba
39	22 de janeiro	Escola Rural “Curituba”	Porto da Folha
40	16 de março	Escola Rural “Serra do Machado”	Ribeirópolis
41	15 de janeiro	Escola Rural “Cardos”	Japoatã
42	16 de março	Escola Rural “Convento”	Indiaroba
43	16 de março	Escola Rural “Pontal”	Indiaroba
44	16 de março	Escola Rural “Alecrim”	Riachuelo
45	16 de março	Escola Rural “Calumbi”	Cotinguiba
46	16 de março	Escola Rural “Tinga”	Itaporanga
47	16 de março	Escola Rural “Salobra”	Simão Dias
48	16 de março	Escola Rural “Água Bonita”	Itaporanga
49	16 de março	Escola Rural “Crasto”	Santa Luzia
50	5 de março	Escola Rural “Ladeiras”	Japoatã
51	9 de março	Escola Rural “Barro Preto”	Riachão do Dantas
52	25 de março	Escola Rural “Macambira”	Campo do Brito
53	7 de março	Escola Rural “Palmares”	Riachão do Dantas
54	5 de março	Escola Rural “Taíoca de Fora”	Cotinguiba
55	21 de março	Escola Rural “Ilha”	Itabaianinha
56	22 de março	Escola Rural “Jabeberi”	Tobias Barreto
57	25 de março	Escola Rural “Pinhão”	Campo do Brito
58	4 de fevereiro	Escola Rural “Cruz da Donzela”	Darcilena
59	9 de fevereiro	Escola Rural “Flexeiras”	Santo Amaro
60	14 de fevereiro	Escola Rural “Pedra Mole”	Campo do Brito
61	7 de maio	Escola Rural “Saco das Varas	Muribeca
62	7 de maio	Escola rural “Miranda”	São Cristovão
63	7 de maio	Escola Rural “Poço dos Bois”	Darcilena
64	7 de maio	Escola Rural “Areias”	Santo Amaro
65	8 de maio	Escola Rural “Lagoa Redonda”	Gararu
66	16 de maio	Escola Rural “Pedrinhas”	Araúá
67	16 de maio	Escola Rural “Lagoa do Barbosa”	Estancia

68	16 de maio	Escola Rural “Boa Vista”	Estancia
69	27 de maio	Escola Rural “Alagadiço”	Frei Paulo
70	7 de junho	Escola Rural “Lagoa de Dentro”	Araúá

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Fundo E² Volume 32 e 41. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Quadro 5 – Entrega das escolas rurais em 1950

Nº	Data de entrega	Nome da Escola Rural	Município
01	9 de janeiro	Escola rural “Cajazeira”	Santa Luzia do Itanhhy
02	13 de março	Escola Rural “Brejão”	Parapitinga
03	19 de abril	Escola rural “Mata”	Gararu
04	19 de abril	Escola Rural “Monte Castelo”	Estancia
05	20 de abril	Escola Rural “Cumbe”	N. S. das Dores
06	20 de abril	Escola Rural “Campo Grande”	N. S. das Dores
07	25 de abril	Escola Rural “Campo Grande”	Aquidabã
08	2 de maio	Escola Rural “Saco”	Propriá
09	2 de maio	Escola Rural “Evaristo”	Rosário
10	2 de maio	Escola Rural “Bom Sucesso”	Simão Dias
11	6 de maio	Escola Rural “Jacaré”	Simão dias
12	10 de maio	Escola Rural “Turma”	Salgado
13	10 de maio	Escola Rural “Mato Verde”	Simão Dias
14	17 de maio	Escola Rural “Segredo”	Aquidabã
15	17 de maio	Escola Rural “Tanque”	N. S. da Gloria
16	17 de maio	Escola Rural “Itaperoa”	Itaporanga
17	29 de maio	Escola Rural “Oiteiros”	Cotinguiba
18	1 de julho	Escola Rural “Intrudo”	Carmopolis
19	1 de julho	Escola Rural “Gentio”	Maruim
20	3 de julho	Escola Rural “Bom Jardim”	Itabaiana
21	17 de julho	Escola Rural “Lopes”	Itabaianinha
22	17 de julho	Escola Rural “Vermelho”	Itabaianinha
23	17 de julho	Escola Rural “Campo Grande”	Itabaianinha
24	9 de agosto	Escola Rural “Canta Galo”	Capela
25	9 de agosto	Escola Rural “Olhos D’ Água	Lagarto
26	18 de agosto	Escola Rural “Pedras”	Muribeca
27	22 de agosto	Escola Rural “Camboatá”	Araúá
28	1 de setembro	Escola Rural “Malícia”	Santa Luzia do Intanhhy
29	20 de setembro	Escola Rural “Brejo”	Lagarto
30	20 de setembro	Escola Rural “Tamanduá”	Capela
31	20 de setembro	Escola Rural “Pindaíba”	Capela
32	20 de setembro	Escola Rural Barriga”	Tobias Barreto
33	21 de setembro	Escola Rural “Guimardia”	Maruim
34	21 de setembro	Escola Rural “Zanguê”	Rosário do catete
35	21 de setembro	Escola Rural “Maribondo”	Japaratuba
36	22 de setembro	Escola Rural “Lagoa da Volta”	Porto da Folha
37	27 de setembro	Escola Rural “Jurema”	Riachuelo
38	29 de setembro	Escola Rural “Planta”	Santo Amaro das Brotas
39	30 de setembro	Escola Rural “Saco Torto”	Riachuelo
40	30 de setembro	Escola Rural “Jacaré”	Darcilena
41	14 de outubro	Escola Rural “Pedras”	Propriá
42	26 de outubro	Escola Rural “Bonfim”	Riachão do Dantas
43	10 de novembro	Escola Rural “Rio das Pedras”	Itabaiana
44	28 de novembro	Escola Rural “Volta”	Riachão do Dantas
45	28 de novembro	Escola Rural “Meia Légua”	Boquim
46	28 de novembro	Escola Rural “lagoa do Pinhão”	Ribeirópolis
47	29 de novembro	Escola Rural “Cabeça Da Anta”	Boquim
48	22 de dezembro	Escola Rural “São Mateus”	Gararu

49	26 de dezembro	Escola Rural “Bolandeira”	Araúá
50	26 de dezembro	Escola Rural “Curral dos Bois”	Simão Dias

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Fundo E² Volume 32 e 41. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

Quadro 6 – Entrega das escolas rurais em 1951

Nº	Data de Entrega	Nome da Escola Rural	Município
01	15 de janeiro	Escola Rural “Garangau”	Campo do Brito
02	23 de janeiro	Escola Rural “Bom Pastor”	Cotinguiba
03	23 de janeiro	Escola Rural “Ribeira”	Itabaiana
04	24 de janeiro	Escola Rural “Saquinho”	Tobias Barreto”
05	24 de janeiro	Escola Rural “Capunga”	Itabaiana
06	27 de janeiro	Escola Rural “Cajaíba”	Itabaiana
07	10 de fevereiro	Escola Rural “Areias”	Divina Pastora
08	14 de fevereiro	Escola Rural “Poxica”	Itabaianinha
09	14 de fevereiro	Escola Rural “Pilões”	Itabaianinha
10	23 de fevereiro	Escola Rural “Santo Antônio”	Lagarto
11	23 de fevereiro	Escola Rural “Pedra Branca”	N. S. das Dores
12	24 de fevereiro	Escola Rural “Pilar”	Laranjeiras
13	24 de fevereiro	Escola Rural “Areias”	Itabaiana
14	6 de março	Escola Rural “Gado Bravo”	N. S. das Dores
15	6 de março	Escola Rural “Castanhal”	Siriri
16	15 de março	Escola Rural “Pau da Onça”	Itabaianinha
17	20 de março	Escola Rural “Taboca”	Cotinguiba
18	27 de março	Escola Rural “Papel”	Aquidabã
19	27 de março	Escola Rural “Cruzes”	N. S. das Dores
20	07 de abril	Escola Rural “Gado Bravo do Sul”	N. S. das Dores
21	07 de abril	Escola Rural “Sapé”	N. S. das Dores
22	07 de abril	Escola Rural “Genipapo”	Lagarto
23	18 de abril	Escola Rural “Lagoa dos Porcos”	N. S. das Dores
24	18 de abril	Escola Rural “Balde”	Laranjeiras
25	25 de abril	Escola Rural “Poço Ferreiro”	Riachuelo
26	04 de maio	Escola Rural “Carnaíba”	Riachão do Dantas
27	08 de maio	Escola Rural “Barroão”	Riachuelo
28	11 de maio	Escola Rural “Feijão”	São Cristovão
29	22 de maio	Escola Rural “Aleixo”	N. S. das Dores
30	22 de maio	Escola Rural “Floresta”	N. S. das Dores
31	20 de agosto	Escola Rural “Cabrita”	N. S. das Dores

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Fundo E² Volume 41. Arquivo Público do Estado de Sergipe.

O trabalho de construções das unidades de ensino sem dúvida foi se desenvolvendo paulatinamente em concomitância com os acordos firmados para cada lote de construção, o que colocou em destaque os que, em todo o país, receberam recursos e colaboração do governo federal. Neste sentido, o Inep coordenou a construção de escolas primárias de arquitetura simples, conforme se pode visualizar na foto a seguir, em que consta o Professor Acrísio Cruz observando a Escola Rural do povoado Lagoa de Dentro, no município de Araúá/SE em 1949.

Figura 2 – Professor Acrísio Cruz admirando a Escola Rural em Araúá



Fonte: Acervo fotográfico de Luiz Antonio Barreto.

A partir da imagem pode-se perceber que a construção da escola rural seguiu o modelo da planta baixa apresentada anteriormente. Imediatamente dá a ver alguns elementos da estrutura física do prédio, uma arquitetura envolvendo a cultura escolar, os modos como a escola permitiu a efetivação das práticas educativas, seja no interior da sala de aula, seja nas práticas agrícolas, mesmo com uma estrutura simples, mas que demonstra ter sido um local em que se aprendeu muitas coisas. Sobre isso, Dona Josefa Cardoso dos Santos, 67 anos, ex-aluna dessa escola rural, rememora:

A escola só tinha duas salas, tinha uma cantina de fazer as merendas, não tinha água nesse tempo, a gente ia buscar água nas fontes para beber porque não tinha água, e fazer as merendas, que a gente fazia mesmo, não tinha nem servente. A professora todo dia tirava de duas em duas para fazer as merendas naquele tempo a escola era boa [...]. (Josefa Cardoso dos Santos, 2016).

O professor americano Robert King Hall, da Universidade de Colúmbia (Nova York), assessor do Inep, elogiou o projeto e o entusiasmo do Estado de Sergipe e com este combustível o estado passou a receber recursos e assistência das Políticas Públicas, o que possibilitou, além da construção das escolas, a organização e a programação do ensino rural de acordo com o departamento de educação estadual. Neste propósito, engendrou esforços construtivos e o Programa de Educação Rural não parou, além de ser o pioneiro no estado, sua repercussão foi além-fronteiras com destaque nacional e internacional.

Com relação ao referido Programa de Educação Rural, o que busquei perceber foi como a organização administrativa do Estado de Sergipe seguiu as diretrizes estabelecidas pelo poder central (MEC/Inep). Neste sentido, Silva (2014) analisou e entendeu que no estado de Sergipe a expansão e o financiamento para a criação da escola primária tipicamente rural se deu de forma mais acentuada no período do Governo José Rollemberg Leite (1947 a 1951). Fato que no texto *Personalidades sergipanas* (2007), Luiz Antonio Barreto, historiador local, “considerou ser uma verdadeira revolução no ensino público primário, com a construção de mais de 200 escolas rurais por todo interior do estado”.

Sendo assim, o governador José Rollemberg Leite e o diretor do Departamento de Educação, Acrísio Cruz, foram reconhecidos como os primeiros a desenvolver um projeto de tão grande envergadura seguindo as orientações preconizadas pelo Programa de Educação Rural do MEC/Inep no estado de Sergipe. Assim, empreendera uma verdadeira revolução modelar no Brasil, quando construiu entre 1947 e 1951 um total de 218 escolas rurais espalhadas em todos os territórios do estado, deixando, no final do seu governo, 20 unidades escolares em construção, a saber:

Quadro 7 – Relação das escolas rurais em construção

Nº	Nome da Escola Rural	Município
01	Sapé	N. S. das Dores
02	Lagoa dos Porcos	N. S. das Dores
03	Gado Bravo do Sul	N. S. das Dores
04	Cruzes	N. S. das Dores
05	Floresta	N. S. das Dores
06	Feijão (Quissamã)	São Cristovão
07	Cabrita	São Cristovão
09	Pau da Onça	Itabaianinha
10	Mangabeira	Itabaiana
11	Areias	Itabaiana
12	Taboca	Cotinguiba
13	Genipapo	Lagarto
15	Barrocão	Riachuelo
16	Poço Terreiro	Riachuelo
17	Pilar	Laranjeiras
18	Cedro	Laranjeiras
19	Queimadas	Ribeirópolis
20	Cana Brava	Riachão do Dantas

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir da Mensagem do governador José Rollemberg Leite, 1951.

Desta maneira, o governador José Rollemberg Leite teve seu nome associado, por décadas seguidas, ao ensino público sergipano. Da mesma forma, se destacou também o professor Acrísio Cruz, que além da ação administrativa como diretor do Departamento de

Educação, como autor de livros didáticos, representou o pensamento ruralista pedagógico em Sergipe em várias ocasiões, inclusive em fóruns especializados, nos quais chamava a atenção para os avanços da educação sergipana.

Luiz Antonio Barreto assim sintetiza:

A construção de mais de duas centenas de escolas rurais, da Escola Murilo Braga, de formação de professores em Itabaiana, e da criação das duas primeiras escolas superiores, a de Química e a de Economia, e ainda o apoio financeiro e material para a fundação de mais duas escolas, a de Direito e a de Filosofia (BARRETO, 2003, p. 16).

Os gestores sergipanos, seja o governador do estado ou o diretor do departamento de educação, tiveram em suas mãos o porte de uma obra definitiva, destinada a atender ao segmento da população mais simples, os excluídos, que viviam na zona rural em condições diferentes dos centros urbanos, onde o ensino seguia lentamente seu curso histórico, privilegiando uns e deixando outros sem acesso à escola. Por certo, o projeto do Inep foi a mola propulsora de tais construções, mas não se pode deixar de contemplar a historiografia da educação sergipana e o peso dos atores sociais envolvidos no processo.

Ao considerar as escolas construídas e principalmente o que se queria com elas em todo o estado, o passo seguinte rumo à concretização da pesquisa foi, na medida do possível, enveredar pelas estradas de Sergipe em busca de memórias que pudessem me relatar o que e como se ensinavam nessas instituições educativas. A ideia era não só localizar os ex-alunos, professores, mas que suas narrativas me respondessem sobre qual a relação entre o prescrito e o vivido na escola tipicamente rural. Foi com este intuito que iniciei a minha viagem de pesquisa com todo material previamente separado e uma boa companhia das colegas, o que me ajudou a persistir na longa viagem rumo ao passado (des)conhecido.

2.3 Em busca de memórias da Educação Rural de Sergipe

A presença de um interlocutor nos torna mais próximo do passado, como se pudéssemos estabelecer uma continuidade com aquilo que já não volta mais [...]. Mas concordamos todos que a impossibilidade de restabelecer o vivido é coisa dada. Não existe filme sem cortes, edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado (ALBERTI, 2004, p. 15).

O que serve de estímulo para desenvolver uma investigação mais cuidadosa e para compreender as memórias e experiências das trajetórias de vida dos personagens da pesquisa por lentes “vistas de baixo” em torno da educação rural do estado de Sergipe? Nesta direção e com o intuito de mapear as narrativas dos sujeitos que estudaram/trabalharam nas escolas rurais sergipanas, comecei pela seguinte interrogação: como descobrir onde possíveis entrevistados poderiam estar? Para encontrar os sujeitos personagens da pesquisa que tivessem e pudessem contar as suas experiências de vida pessoal e escolar, fiz uma viagem inusitada por todos os territórios do estado de Sergipe em busca destes interlocutores.

O meu percurso em busca dos personagens da pesquisa começou no dia 26 de janeiro de 2016, na procura de localizar os alunos que estudaram nas escolas rurais no período de 1947 a 1951. Inicialmente eu e mais duas colegas de curso, Laísa Dias Santos e Luzianne dos Santos, visitamos o povoado Calumbi, município de Nossa Senhora do Socorro/SE, no território da Grande Aracaju. Era pouco mais de onze horas (11h00) quando localizamos a Escola Rural do povoado Calumbi. Bem próximo a ela, percebemos uma senhora sentada em cadeira de plástico, embaixo de uma árvore com um pano no colo, como se tivesse fazendo algum remendo de roupa. Aproximei-me dela e cumprimentei-a. Ela, de forma humorada e acolhedora, nos recebeu. Identificamo-nos e falamos sobre nosso objetivo.

Dona Maria informou que tinha 74 anos, falou sobre a escola rural, lembrando-se de muitas coisas desde a sua fundação. Falou muito da primeira professora, lembrou-se de alguns nomes de colegas da época. Mas para formalizar a entrevista, ela disse que não concordava. E disse ela, “posso falar tudo que lembro, mas não aceito gravar a entrevistada, mas posso indicar o nome de colegas que estudaram na minha época, posso indicar o nome de Gedalva que mora ali em frente à escola, mais não diga que fui eu quem disse”. Como já era perto de meio-dia fomos almoçar no restaurante do próprio povoado e ao retornar fomos à casa de Dona Maria Gedalva Silva dos Anjos, 72 anos, que também nos recebeu muito bem e nos convidou a entrar e sentar, concedendo a entrevista que foi conduzida por mim com o auxílio das colegas. Ela assim narra sobre sua trajetória escolar:

Minha mãe é Luzinete dos Santos, profissão além de dona de casa, ela ia para maré catar caranguejos, sururu, ostras. Era a forma que ajudava no orçamento de casa. [...] Tenho seis (06) irmãos. Comecei a estudar em 1951 com sete (07) anos de idade na Escola Rural do povoado Calumbi. [...] Minha primeira professora foi D. Helena, era magrinha branca. [...] A época morava no Sítio Porto e saía todos os dias a pé entre sol ou chuva na estrada esburacada mais ou menos uma légua (seis quilômetros) sempre acompanhada. (Maria Gedalva Silva dos Anjos, 2016).

Depois da entrevista com Dona Gedalva, viajamos para Laranjeiras a fim localizar a escola rural do povoado Mussuca e também a escola rural do povoado Cedro. A escola rural do povoado Mussuca fica localizada na entrada do povoado, e nos documentos da escola consta que foi fundada bem depois do período estudado (1947 – 1951), logo me chamou atenção e procurei saber do Senhor José Augusto dos Santos, 89 anos, morador antigo e que estudou na escola rural da fazenda Pilar, município de Laranjeiras. José Augusto dos Santos lembra-se de que o governador José Rollemberg Leite tirou a escola rural do Pilar para uma escola nova no povoado Mussuca, pois ali estava concentrando o maior número da população e também de crianças em idade escolar. Seguimos para o povoado Cedro, procuramos localizar algum aluno que estudou na escola rural entre 1947 e 1951. Naquele dia chuvoso foi difícil encontrar alguma casa aberta, mas em frente ao posto de saúde do povoado Cedro fomos informados que o senhor conhecido como “Chió” estudou na escola. Prontamente descobrimos onde ficava a casa dele e fomos até lá, onde nos recebeu convidando-nos para entrar, pois a chuva estava muito forte. Apresentamo-nos e ele disse que frequentou a escola como assistente por poucos dias, não tinha matrícula e informou que o terreno doado para construção da escola foi de seu pai.

O senhor Chió lembrou-se e disse que um primo, José Domingos dos Santos, estudou na escola. Logo pedimos o endereço e um ponto de referência para localizá-lo e marcar a entrevista, prontamente Chió foi dando todas as informações para facilitar o nosso encontro com seu primo José Domingos. Fomos até sua casa, mas ele não estava, encontramos com a esposa dele, que nos informou que para “pegá-lo em casa era muito difícil, pois ele sai muito cedo e só volta à tarde”. Marcamos com a esposa para a semana seguinte, retornamos conforme o combinado e desta feita encontramos o Sr. José Domingos dos Santos, 72 anos, que já tinha conhecimento do nosso objetivo e deste modo concedeu a entrevista:

Sou filho de João Batista Santos e Maria dos Santos, meu pai trabalhava de saverista. [...] Tive sete irmão. [...] Fui matriculado com sete anos na Escola Rural povoado Cedro, só tinha essa escola. [...] quem matriculou foi a professora Matilde. [...] Lembro que a escola tinha uma sala para os alunos e tinha a casa da professora com dois quartos, sala, cozinha, banheiro (José Domingos dos Santos, 2016).

Ao estabelecer uma rota prévia e, de certa forma, vir me dotando de táticas para encontrar possíveis entrevistados, o processo foi parecendo mais simples, embora dispendioso. Neste sentido, o próximo destino foi a cidade de Malhador, território do Agreste sergipano. Esta visita foi previamente agendada, a partir de uma conversa numa quarta-feira, dia 27 de janeiro, à noite, na feira do conjunto Santa Lúcia. Falávamos sobre futebol, política e

despretensiosamente entrou o assunto sobre educação rural no estado de Sergipe, um dos vendedores, Sr. José Ailton, deu uma risada e já foi dizendo: “Ah, você precisa conhecer seu Armando, ele sabe tudo, ô véio inteligente... pronto, o filho dele tá ali naquela banca”, e apontou para José Arnaldo. Logo me dirigi, me apresentei e perguntei se o pai dele estudou na escola rural de Malhador. Arnaldo ficou abismado, abriu os olhos e disse: “[...] ouvi muitas vezes meu pai falar dessas escolas rurais e dizia até o nome da primeira professora, ele sabe muitas coisas dessas escolas”. Pedi então para ele perguntar ao pai se de fato estudou e se lembrava da escola.

Assim, na semana seguinte, Arnaldo confirmou que seu pai, José Armando de Jesus, 75 anos, de fato foi aluno. Logo, agendamos a visita para uma terça-feira, dia 2 de fevereiro de 2016. Ao chegar à cidade de Malhador, o filho José Arnaldo estava de moto me aguardando para me levar até o sítio, pois o local da entrevista não tem estrada para carros, por isso a motocicleta foi o transporte que nos conduziu até o sítio da família. Ao chegar ao sítio, o Sr. José Armando não me conhecia, mas já estava esperado e com muita cordialidade me recebeu e convidou para entrar. A entrevista foi realizada nos fundos da casa, num galpão de criar galinhas. Neste espaço tem uma mesa grande com quatro cadeiras, lugar em que o entrevistado se sente à vontade para receber vizinhos e amigos. A entrevista seguiu as perguntas conforme o roteiro prévio. José Armando de Jesus, ex-aluno da escola rural do povoado Malhador, no município de Riachuelo, território Agreste sergipano, relembra que iniciou os estudos na escola rural em 1948, e diz:

A professora Carmelita veio de Aracaju. [...] Os métodos que eram usados na Escola Rural era assim: a gente chegava bom dia! Bom dia professora! Ela: bom dia! Quando era depois: sente-se, e ia dar assim, uma aula, assim, de educação sobre Deus. Nesse tempo não falava muito em Cristo, não. Era Deus, o Criador. Dizia: olhe, não pegue o lápis, nesse tempo não tinha caneta, era lápis. Olhe, não pegue o lápis, nem a borracha, porque Deus está vendo. Aí “os menino achava” que era mesmo, que aquilo ali Deus tava vendo. Mas quando é hoje ninguém está achando que é Deus, não é? (José Armando de Jesus, 2016).

O fato curioso é que observei que o entrevistado, embora afirmasse que tinha pouca leitura pedagógica, mostrou um vasto conhecimento não só de Malhador quando ainda era povoado de Riachuelo, mas lembrou-se de como e por que se deu emancipação do município, lembrou-se da forma que os governadores do estado de Sergipe administravam, pois acompanhava os noticiários diariamente no rádio e televisão, fez vários telecursos, até um de Inglês, mas tudo isso se deve ao fato da experiência adquirida no Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Ele é sindicalizado e fez parte da diretoria do sindicato, e na

época conseguiu uma boa parte do terreno que dividiu em lotes para cada filho. A outra parte José Armando tem e cuida há mais de 40 anos.

No dia seguinte, 3 de fevereiro de 2016, ao amanhecer, eu e agora já com meu irmão Marcio Carneiro de Almeida, viajamos para os territórios sergipanos Sul e Centro-Sul. Era mais ou menos nove horas quando paramos no povoado Água Fria, município de Salgado, território Sul do estado. Procuramos saber onde foi construída a escola rural, mas poucos moradores sabiam informar. Fomos encaminhados por um morador para procurar um senhor conhecido como Zezé, “que mora lá naquela oficina da esquina, pois ele é morador antigo, nasceu e se criou aqui no povoado, eu já ouvi ele dizer que estudou nessa escola rural daqui do povoado”. Encontramos o Sr. “Zezé” numa oficina de carros, ele aparentava ter mais ou menos 70 anos, e em conversa perguntei se ele tinha conhecimento da Escola Rural, ao que respondeu que sim. Nos informou ainda o local e até descreveu como era e onde foi construída a escola, e num gesto de reprovação ele disse, “eu vi hoje, só existe os restos das paredes abandonada e se destruindo pelo tempo”.

No ensejo, perguntamos se ele foi aluno daquela escola, respondeu que frequentou poucos dias apenas como assistente e indicou o nome de três colegas que foram de fato estudantes da Escola Rural. Agradecemos e fomos ao encontro do senhor José dos Santos Monteiro, 73 anos, que não se encontrava em casa, mas o filho Marcos Monteiro informou que seu pai tinha viajado para a cidade de Salgado para fazer pagamentos. Após a conversa mostrando o porquê da visita, Marcos entendeu do que se tratava e prontamente marcamos o encontro com o Sr. José Monteiro para depois do almoço.

Ao retornar por volta das 16h00, conforme nosso entendimento o Senhor José Monteiro já estava nos aguardando. Após os cumprimentos convidou-nos para entrar e sentar. Perguntei se tinha estudado na escola rural, confirmou que de fato estudou e concedeu a entrevista.

Meu pai José Monteiro Filho e minha mãe Efigênia Valentina dos Santos, ambos são lavrador. [...] Tive treze irmãos. [...] comecei ir pra escola pra mais de seis anos, era uma escola tipo pequena, tinha uma sala, uma sala assim, dos alunos, e tinha outro quartinho assim, particular, deve ser da professora, não é? [...] A professora era boa com a gente, ela era franzina, baixa. Não era forte não, era franzina, ela se chamava, Edinete, não é? Como é, meu Deus? Mas rapaz, eu conversei nesse instante. Nós falamos nesse instante, Ah! Alcinete (José dos Santos Monteiro, 2016).

Ele fez boas referências à sua professora Alcinete e informou que algum tempo depois ela voltou para sua terra natal Umbaúba. Dali do povoado Água Fria, seguimos a viagem no mesmo dia 3 de fevereiro de 2016, desta vez para o povoado Colônia Treze, no município de

Lagarto, território Centro-Sul do estado de Sergipe. Ao tomar informações numa mercearia, o proprietário disse que nasceu e se criou naquele povoado, mas não sabia nada sobre escola rural. “Mas o professor João Balbino sabe tudo sobre a educação do município, sempre que vem alunos da universidade, vai logo para casa dele”. O moço da mercearia me levou até a casa do professor, fui apresentado e o “Professor” João Balbino Santos, 75 anos, já foi convidando para entrar e dizendo: “o sol está muito quente”. Apresentamos o objetivo da visita e da pesquisa, e logo ele já foi dizendo que estudou na Escola Rural do povoado Salobra, município de Simão Dias, e assim rememora:

Meu pai João Balbino do Santos e minha mãe, Josefa Maria de Jesus. [...] meu pai lavrador e minha mãe, doméstica, para aposentar foi um castigo. [...] Tive vinte e um irmãos. [...] Entrei na escola com sete anos. [...] Minha mãe matriculou porque meu pai estava na roça. A primeira escola foi na casa de Maria Peru, era uma mulher muito religiosa, depois fui para escola na casa de Mariana no povoado Jaqueira, depois surgiu a escola de Liá, era um grupo, novo, aí o pessoal se interessou pra vim pra cá, que era um negócio moderno, ninguém sabia o que era um grupo. [...] Dona Maria Liá, veio de Simão Dias, mulher formada professora, agente estudou com ela. (João Balbino dos Santos, 2016).

O fato curioso e que me chamou atenção foi que o Sr. João Balbino não terminou o primário, mas tem uma vasta experiência e conhecimentos de mundo. Ele mostrou sete livros digitados, em capa dura e nas cores azul, verde, vermelho e preto, que ele mesmo escreveu. Observei que cada livro tratava de um assunto específico como: no livro de capa azul, “História de sua vida”, conta com detalhes sobre local onde nasceu, trabalhos dos seus pais, sobre cada um dos irmãos e sobre a primeira escola em que estudou. Essa era na casa da professora conhecida como Maria do Peru. Ele lembrou também que quando construíram o prédio novo da Escola Rural, ele e todas as crianças da redondeza foram estudar lá. No livro ele descreve o tipo da escola como sendo composta por duas salas, um salão grande reservado para as aulas, a outra sala servia de residência da professora, “moça nova, branca de cabelos loiros bonitos”. Ela era de Simão Dias e vinha em companhia do seu irmão, ambos passavam a semana na escola.

Nesse livro, o senhor Balbino escreveu sobre um período de muita dificuldade financeira que seus pais enfrentaram. Passou muita “fome”, pois em 1953 houve uma temporada de muita seca no estado.

Como bem destacou Cácia Valeria de Rezende:

O fenômeno da seca pode ser definido como uma situação climática anormal que provoca a falência das safras agrícolas, atingindo, na maioria dos casos, também a pecuária [...] As marcas das secas percorreram/percorrem a história da região nordeste e produziram danos irremediáveis, como a morte de milhares de sertanejos. (BRASIL, SUDENE, 1981, p. 9 apud REZENDE, 2013, p. 39).

Já não suportando a situação de muita necessidade, seus pais resolveram deixar tudo para trás no povoado Salobra e mudar-se para o município de Boquim/SE. Como não existia transporte motorizado que pudesse levar a família, eles não encontraram outra forma a não ser ir caminhando e levando seus pertences. Já no livro de capa vermelha, o Senhor João Balbino registrou tudo que aprendeu nos cursos sobre defensivos agrícolas que participou nas cidades de Feira de Santana/BA e Arapiraca/AL. Na escrita ele mostra que ao chegar ao povoado Colônia Treze, município de Lagarto, era muito novo, e o povoado estava se formando, mas se empolgou ao falar como era bem organizada a cooperativa, e esse foi o motivo que o estimulou a fazer vários cursos para “proteger” a produção daquela comunidade. Ele afirmou que quando retornou dos cursos e se apresentou à cooperativa, foi bem recebido e que repassou tudo o que aprendeu para os pequenos cooperados que plantavam e cuidavam da produção na área em que moravam.

No mesmo dia 3 de fevereiro de 2016, após a entrevista do Senhor Balbino, eu e meu irmão fomos para o povoado Sobrado, município de Lagarto, no mesmo território Centro-Sul, e o primeiro passo foi localizar a Escola Rural no município. Foi fácil, pois essa fica na “beira da pista”, lado direito para quem vai de Salgado para Lagarto, mas observamos que no muro da escola consta um nome “novo”. Isso no início me deixou confuso. Pois próximo à escola tem uma casa grande, de quatro águas, estilo casa de fazenda, e foi lá que procurei informações sobre aquela escola, se de fato era nova. Logo o rapaz que nos recebeu respondeu que aquela escola é muito antiga, “eu era menino ela já existia”.

Aproveitei o ensejo para saber se naquela localidade tinha alguém que estudou na escola no período de 1947 a 1951 e logo uma moça que estava ao lado do rapaz chamou a mãe que foi professora da referida escola. Dona Luzinete Caetano Pereira, 72 anos, naquele momento estava cuidando dos afazeres da casa, mas deixou tudo e veio atender aos visitantes. Nos cumprimentou e convidou para entrar. Falei sobre o meu propósito, ela entendeu e já foi dizendo “fui professora muitos anos e me aposentei como professora, mas também fui aluna”, e foi contando a história do período em que estudou. Aceitou ser entrevistada nos moldes do projeto. Assim, Luzinete Caetano narrou:

Meu pai, Raimundo Severo Caetano, minha Mãe, Laura Maria da Conceição Caetano. [...] Agricultores. [...] tive sete irmão. [...] fui matriculada com sete anos na escola rural nº 90. [...] essa escola tinha duas partes, no meio era hora que a gente chegava, outra parte do morador da escola, professora, esposo e filhos, e da outra era a sala de aula, só isso (Luzinete Caetano Pereira, 2016).

Era 7 de fevereiro de 2016 quando fui para Japaratuba, território Leste sergipano, e foi no povoado Patioba que localizamos a Escola Rural. Observamos uma pintura recente com as cores vivas, no padrão das cores do município, e paramos em um bar onde havia uma concentração de foliões animados, ouvindo as músicas próprias do carnaval. Foi ali que perguntei ao dono do bar se ele conhecia algum morador ou familiar que estudou naquela escola da década de 40 ou 50. Ele pensou, pensou, mas não se lembrou de ninguém. Ao sair do barzinho, avistei do outro lado da rua uma moça simpática que era a líder comunitária do povoado, conhecida como “Mel” e coincidentemente foi minha aluna no Curso de Serviço Social no polo de Carmópolis. Foi um encontro com beijos e abraços em pleno carnaval na frente do barzinho e chegou a chamar atenção dos jovens carnavalescos que ali se encontravam.

Meu propósito, entretanto, ela entendeu, naquele encontro acalorado, e disse “Professor o senhor aqui é novidade”, e perguntou “o que está fazendo?” Eu logo fui dizendo o objetivo da minha visita e que além daquele povoado eu tinha uma missão de visitar mais três territórios sergipanos. Ela, muito satisfeita, já foi dizendo: “minha mãe e minha tia estudaram naquela escola rural”, e me convidou para ir à sua residência. Chegando lá me convidou para entrar, apresentou sua genitora Dona Maria Matilde Melo, 73 anos, e os familiares que estavam presentes. Dona Matilde permitiu a entrevista. Ela disse que a escola e a professora eram boas, mas só ia à escola para se livrar das atividades da roça, e não aprendeu nada, a não ser assinar o nome. Continuou a narrar:

Meu pai é Anorino Barbosa de Melo, minha Mãe é Maria Clara de Jesus. [...] Ele Braçal, tive oito irmão. [...] Fui matriculada com oito anos na Escola Rural Povoado Patioba. Escola boa, tinha salão da gente ficar, tinha o lugar do recreio e tinha a sala da professora morar. Ela era da minha cor, fortinha. (Maria Matilde de Melo, 2016).

Agradei a todos que me receberam bem, reforcei o meu abraço na ex-aluna “Mel”, e segui minha viagem para Capela. Ao chegar ao município de Capela, procurei um velho amigo, o Sr. José dos Santos Cunha, na sua chácara que fica localizada no povoado Miranda. Quando me apresentei ele abriu os olhos e disse: “rapaz, você não fica velho, venha pra cá” e me convidou para entrar e almoçar. Chamando a esposa, perguntou “lembra desse rapaz?”; ela ficou pensando e disse: “é aquele da Sucam?”; “Isso mesmo”, confirmou José Cunha.

Conversamos muito sobre as lembranças do passado, entre uma conversa e outra, falei sobre a minha pesquisa sobre as escolas rurais. Logo ele foi falando sobre as escolas rurais que conhece e professores que ensinaram, inclusive ele que foi aluno em 1963 da professora Gedalva, ela ensinou na escola rural do povoado Miranda. Essa professora hoje mora no povoado Terra Dura, do mesmo município de Capela.

Zé Cunha perguntou: “e essas viagens?”, “Você vai e volta para Aracaju todos os dias?”. Respondi que sim. Logo ele disse: “não, você vai ficar aqui o tempo que precisar”, e junto à esposa, Dona “Diva”, me convidou para tirar as coisas da mala do carro. Foi na casa do Senhor José Cunha que fixei algumas noites, por dois motivos: primeiro é que Capela fica bem localizada em relação aos territórios Baixo São Francisco, Médio Sertão e Alto Sertão; e o segundo motivo está relacionado à amizade adquirida quando trabalhei na Superintendência de Campanha de Saúde Pública (Sucam) e que naquele momento estava revivendo.

Assim, depois do almoço localizei a Escola Rural do povoado Miranda, da qual só constam as colunas em pé, pois está toda em destroços. Observei duas grandes árvores na frente da escola, logo observei do outro lado da rua algumas pessoas sentadas conversando, me aproximei e me identifiquei, perguntei se conheciam alguém que estudou naquela Escola Rural, a resposta foi não. Na mesma rua, mais à frente, estava sentado um casal de idosos, me aproximei, cumprimentei-os e perguntei se tinham estudado naquela escola rural. Logo o senhor respondeu: “eu e ela estudamos”, ao que perguntei em que ano eles estudaram. Falei do meu propósito ali naquela comunidade, e logo o esposo foi dizendo: “não lembro muita coisa, mas estou à disposição”; “O que eu lembrar vou dizendo”. Dona Conceição disse: “eu também, o que eu lembrar, vou dizendo”, repetindo as palavras do esposo. Realizei a entrevista ainda com barulho das músicas do carnaval. Coincidentemente estava havendo uma concentração dos festejos carnavalescos, com muitos foliões fantasiados, aguardando um trio elétrico que não demorou muito a chegar. No momento da entrevista ressoava o som das músicas tocadas no trio elétrico. Ainda assim ela rememorou:

Meu pai é Antidio José dos Santos e minha Mãe é Maria José dos Santos. Ele Carpinteiro. [...] Tive dez irmãos. [...] Fui matriculada com sete anos na Escola Rural Povoado Miranda. A escola tinha um compartimento da professora morar, tinha um galpão para o recreio e tinha sala de ensinar. (Maria da Conceição Santos, 2016).

Depois da entrevista já passava das 15h00, voltamos para a chácara de Zé Cunha, como é conhecido na região. No dia seguinte, 8 de fevereiro de 2016, viajei para o território Baixo São Francisco. Eram oito horas da manhã quando cheguei ao povoado Cruz da Donzela, BR

101 Km 22, no município de Malhada dos Bois/SE. Para encontrar a escola rural foi um processo árduo, pois perguntei ao funcionário de um restaurante na beira da BR-101, bem próximo ao Posto da Polícia Rodoviária Federal, e no restaurante do povoado ninguém soube informar. Ao sair do restaurante, no lado de fora tinha um senhor já idoso vendendo amendoim, perguntei e ele disse “olha eu moro aqui no povoado, mas eu sou de Penedo/AL, mas tem Eraldo que é meu amigo e eu já vi ele falar dessa escola quando ele estudava”. Perguntei a idade de Eraldo, o senhor respondeu “é quem eu, mais ou menos setenta anos”; perguntei o endereço, ele disse “é do lado da Igreja Católica, todo mundo conhece ele”.

Fui ao encontro do referido senhor e não o encontrei. Já estava saindo do povoado quando parei em um prostíbulo e perguntei às moças, elas não sabiam nada da escola, mas uma disse: “ali tinha uma escola, apontando para o campo de futebol, não sei se é essa que o senhor procura”. Mais à frente avistei uma escola particular, que estava fechada, mas tinha duas professoras preparando material para o carnaval das crianças no dia seguinte. Aproximei-me da escola e perguntei às professoras sobre a escola rural do povoado, logo uma respondeu: “o meu pai e meu tio estudaram lá”, confirmou também que a escola já não existe e que foi transformada no campo de futebol do povoado. Perguntei pelo seu pai, ela respondeu que estava na casa do tio e já foi passando o endereço da casa do tio. Fomos ao encontro do Senhor Manuel, chegando lá me apresentei, fui bem recebido, ele já tinha conhecimento da minha presença no povoado, falei sobre o meu propósito e solicitei a entrevista que foi concedida. Ele narrou:

Meu pai é Apolinário e minha mãe é, Emília Vieira dos Santos. Ele Lavrador. [...] Tive quatorze irmãos. [...] Fui matriculado com sete anos na escola rural povoado Cruz da Donzela, que fica na entrada de Malhada dos Bois e Neópolis. [...] A escola era dividida em partes, uma parte era a casinha da professora, outra, sala de aula e o salão separado, a escola era boa a professora era especial, ela tinha assim, um metro e meio, era formada e já tinha ensinado em outra escola. (Manoel Vieira Cruz, 2016).

No mesmo dia, 8 de fevereiro de 2016, segui para o povoado Espinheiro, município de Japoatã. Tentei localizar a escola rural, mas não foi possível, parei na margem da pista onde uma senhora estava com um carrinho de mão vendendo refrigerante, água, água de coco, e perguntei se conhecia a escola rural, respondeu não conhecer, perguntei se naquele povoado tinha alguma pessoa com idade de 70 a 74 anos, logo ela indicou três pessoas. Fui ao encontro delas e a primeira disse que nunca estudou; a segunda estudou na casa da professora; a terceira sim, estudou na Escola Rural. Dona Maria Pureza Silva Santos, 72 anos. Apresentei-me e falei o porquê estava ali na casa dela, fui convidado a entrar e sentar. Saiu de lá de dentro uma moça,

filha de Dona Pureza, que queria saber o assunto. Expliquei e ela já foi dizendo que é professora e está fazendo uma pós-graduação, com um gesto de aprovação disse: “mãe agora a senhora vai ficar famosa”. Dona Pureza aceitou fazer a entrevista, mas pediu licença e foi pentear os cabelos, voltou dizendo: “agora estou pronta”.

Sou filha de Francisco Jonas da Silva e Julia Francelina dos Santos, ele lavrador, ela costureira, comecei a ir pra escola com sete anos, minha mãe matriculou na Escola Rural Professor Acrísio Cruz, essa escola tinha um salão que recebia os alunos, tinha área para o recreio e tinha a casa da professora, tinha também um depósito para guardar material, a professora era bem magrinha chamava-se Santinha, ela era de Aracaju, passava a semana e voltava, ela falava em outras escolas que trabalhou. (Maria Pureza Silva Santos, 2016).

Entrevista realizada, agradecemos a contribuição para a construção da memória da educação rural em Sergipe. Retornamos para a chácara do senhor José Cunha e no dia seguinte, 9 de fevereiro de 2016, “peguei a estrada” com destino aos territórios Médio e Alto Sertão. Passamos no povoado Pedras, município de Capela/SE, e na margem da pista avistei uma escola abandonada. Procurei informações numa casa vizinha à escola, um senhor se apresentou como Gileno e disse: “aquela escola é muito antiga, eu tenho 64 anos e a escola já existia, e funcionou até pouco tempo, uns dois anos, agora como pode ver está abandonada”. Percebi que o morador não estudou no período de 1947 a 1951, então perguntei se ali no povoado tinha algum morador que estudou quando a escola foi construída, ele respondeu: “tem poucos. [...] tem Sr. Manoel, que mora ali, depois do campo”. Fui até a casa do Sr. Manoel, ele, um pouco desconfiado, chamou a esposa, Dona Otília, e logo veio um dos filhos. Expliquei sobre a pesquisa, fui convidado a entrar, o filho ficou curioso, pois ele é professor da Faculdade Pio Décimo, com este entendimento os pais ficaram à vontade e permitiram ser entrevistados. Manoel Carlos dos Santos, narra:

Meu pai é, Leandro Carlos dos Santos e Maria Etelvina de Jesus. Meu pai Lavrador, tive oito irmão, fui matriculado com oito anos na escola rural povoado Pedras, a professora era de Aracaju ou de Capela? Era de Capela era filha de Nicinha e casou com o filho de finado Inácio (Manoel Carlos Dos Santos, 2016).

Entrevistamos dona Otília dos Santos, esposa do Sr. Manoel Carlos dos Santos, assim informou: “Meus pais, João Olímpio dos Santos e Maria Ana dos Santos, tive oito irmão, fui matriculada pela minha mãe com sete anos na escola rural do povoado Pedras, a primeira professora não lembro se foi dona Zuleide ou Alaíde” (Otília dos Santos, 2016).

Ainda no dia 9 de fevereiro de 2016 seguimos viagem para o povoado Bravo Urubu, município de Nossa Senhora das Dores, no território Médio Sertão. Localizei a escola rural, que estava fechada, com características de abandono. Perguntei aos vizinhos se conheciam moradores que estudaram naquela escola no período de 1947 a 1951, a resposta foi negativa. Nas proximidades da escola rural, do outro lado da pista, tinha um senhor sentado numa cadeira de balanço embaixo de uma árvore bem frondosa, me aproximei e perguntei se ele conhecia alguém que tivesse estudado naquela escola rural, ao que ele respondeu: “eu estudei, mas faz muito tempo, a escola era nova”. Logo me apresentei, expus meu objetivo e ele prontamente aceitou a entrevista. O senhor Antonio Vieira Dantas rememorou:

Meu pai se chama José Vieira Dantas e minha mãe é Maria Vieira Dantas, a profissão dele é exator, minha mãe trabalhava na roça. Meu pai me matriculou com sete anos na escola rural, só tinha essa escola aqui no povoado Bravo Urubu, até hoje, essa escola tem uma sala grande que é da gente estudar, a outra sala tem dois quartos um banheiro, para professora morar. A minha professora era dona Terezinha, e vocês deve conhecer ela é de Aracaju, é a mãe de Nazaré Carvalho, que foi repórter da TV Sergipe, foi Vereadora em Aracaju, a minha professora ainda hoje é viva, Dona Terezinha foi a melhor professora que teve aqui, ela foi quem me ensinou, a escola também era boa tinha plantações de verduras que a gente fazia, todo aluno fazia sua leirinha, tinha merenda (Antonio Vieira Dantas, 2016).

Encerrada a entrevista, agradei pela colaboração significativa que as lembranças do Sr. Antonio nos trouxeram através de sua boa memória e segui para o povoado Sucupira, do mesmo município. Chegando ao povoado encontrei, na margem da pista, uma escola rural. Nessa escola observei as janelas abertas, chamei, e saíram dois jovens aparentando ter idade mais ou menos entre 16 ou 17 anos. Assustados, um deles, o mais forte, perguntou: “tá procurando o que coroa?”. Logo informei que era um pesquisador procurando saber sobre os alunos que estudaram naquela escola. Eles responderam que não conheciam. Segui então para o território Alto Sertão e foi no povoado Quixaba, no município de Nossa Senhora da Glória, que procurei localizar a escola rural, mas um morador informou, apontado para um campo de futebol: “ó ali, era a escola”.

Já estava retornando quando avistei um homem montado a cavalo e perguntei se conhecia alguém que estudou na escola rural entre 1947 e 1951, e ele respondeu: “aqui no povoado é difícil gente nessa idade”, mas disse: “minha tia estudou e foi professora, hoje está viva e mora lá na rua” [cidade], então pedi o endereço. Chegando à casa de Dona Joana Silva Santana, 81 anos, me apresentei e falei sobre o propósito, ela convidou a entrar e disse: “aqui já veio gente de São Paulo, saber sobre esse assunto, eu acho que é pra fazer um livro”. Dona

Joana aceitou a entrevista, e disse que tem uma filha que trabalha na Universidade Tiradentes, mas não lembrava o setor. Ela rememorou:

Meu pai é Cesário Gomes da Silva e minha mãe é Josefa Carolina Silva. Meu pai era agricultor e minha mãe, doméstica. Tive 13 irmão, meu pai me matriculou na Escola Rural Povoado Quixaba com 13 anos, a escola tinha um salão, depois do salão tinha um galpão, e no outro salão tinha a residência da professora, tudo pertencia ao mesmo prédio. Na casa da professora tinha uma sala, um quarto, uma cozinha, que era onde ela ficava, era porque ela morava na cidade, então ficava a semana na escola. A escola era boa a professora era muito educada, ela só tinha o primário 4ª série, porque naquela época não tinha professor formado, era difícil (Joana Silva Santana, 2016).

Agradei a entrevista e as lembranças narradas por Dona Joana, que certamente são muito importantes para a Memória Coletiva da Educação Rural do Estado de Sergipe. Assim, retornei para o ponto de apoio, na chácara de Zé Cunha, em Capela. No dia seguinte, 10 de fevereiro de 2016, retornamos ao território Alto Sertão para os municípios de Porto da Folha e Itabi/SE. Estávamos trafegando numa rodovia estadual depois de Monte Alegre, nas proximidades do povoado Lagoa Redonda onde tem uma bifurcação, os que seguem à esquerda viajam para Poço Redondo e Canindé do São Francisco. Não foi o nosso caso, para chegar ao nosso destino dobramos à direita com sentido aos municípios de Porto da Folha e Itabi. Depois que dobrei à direita, parei na segunda casa para tomar informações, estavam quatro moças sentadas na área da casa, me pareceu uma residência ou um restaurante pela exposição das mesas. Desci do carro e perguntei se o caminho para o povoado Caibeiro estava certo, uma olhou pra outra e disse: “não, não conheço, mas do que se trata?”, expliquei sobre o objetivo da minha viagem, uma levantou a voz e disse: “lá na frente seguindo direto é o povoado Lagoa Rancho, é um dos maiores povoados de Porto da Folha”, nesse momento outra jovem disse: “se você fosse pra barragem eu ia com vocês!”.

Até ali eu não tinha percebido que aquele ambiente se tratava de um prostíbulo, uma vez percebido agradei e segui a minha viagem. Mais à frente parei na porteira de uma fazenda e chamei. Logo apareceu lá na varanda da casa uma senhora que gritou: “pode entrar”, então fui até a frente da casa e reconheci que aquela mulher alta, branca, de olhos esverdeados, que me recebeu, se tratava da esposa de “Tonhão”, prefeito do município de Monte Alegre. Ela e os filhos me receberam com muita simpatia e me convidaram para almoçar, convite negado, pois tinha uma missão grande para aquele dia. Perguntei onde ficava o Povoado Caibeiro, ela respondeu e com muita precisão disse: “o senhor pode marcar daqui a sete (07) quilômetros pode entrar à direita que já está no povoado”. De fato.

Quando cheguei ao povoado, fui à casa do Senhor Antônio; ele, a esposa e duas filhas estavam em casa, me convidaram para entrar. Perguntei se eles tinham estudado na escola rural, respondeu que estudou no Mobral, agradei a atenção e voltei pela mesma estrada e assim aprendi na prática que nem sempre as pistas levam ao resultado esperado. Voltando, me encontrei esmorecido, cansado após enfrentar o calor do sertão e uma estrada esburacada, o que também é computado no ofício do pesquisador. Pistas erradas, esforço que não leva a nada, mas a sensação de que o melhor está sendo feito. Foi no povoado Jurema, município de Monte Alegre, que observei uma escola rural que estava com as portas abertas, parei e chamei, fui recebido por um casal e o homem, embora assustado, perguntou do que se tratava. Respondi que era um estudo sobre as escolas rurais, eles aparentemente ficaram mais tranquilos e ele disse “aqui teve aula, mas parou já tem uns três anos, eu moro aqui, não é invasão, trabalhei de vigia na construtora que foi embora e depois fiquei vigiando, a prefeitura nunca pagou nada pelo meu trabalho”. Perguntei se conhecia alguém que estudou naquela escola, logo ele disse: “descendo aqui na pista, lá na frente desse mesmo lado, numa casa recuada o senhor vai encontrar Dona Lúcia, é a professora mais conhecida daqui do povoado, todo mundo estudou com ela”.

Assim foi feito. Paramos na casa de Dona Maria Lúcia Santos da Costa, 72 anos, chamei na cancela lá de dentro e uma voz mandou entrar. Era o genro da Dona Lúcia, entrei e me apresentei, ele chamou a sogra que me recebeu e convidou a entrar. Logo apresentou o esposo, os filhos que estavam no momento. Falei sobre a minha pesquisa e informou:

Meu pai é Pedro José dos Santos, minha mãe é Maria José dos Santos, profissão de meu pai e minha mãe é Lavrador. Tive dois irmãos um irmão e uma irmã, minha mãe me matriculou com sete anos na Escola Rural povoado Lagoa Grande município de Itabi. A escola era uma sala, uma área para os recreios e uma casinha lá no fundo onde a professora se alojava, ela não era tão gorda nem tão magra, não era formada naquele tempo a formatura era de 4ª série (Maria Lucia Santos da Costa, 2016).

Agradei pela contribuição que ela trouxe à Memória Oral da Educação Rural do estado de Sergipe. Após viajar em média de 220 km em busca de memórias, retornamos para a chácara do senhor José Cunha. Um dia depois, 11 de fevereiro de 2016, viajamos para o município de Itabaiana, território Agreste sergipano, e foi no povoado Mangabeira que encontramos Dona Joseferina de Andrade, 72 anos, que estudou na Escola Rural. Não foi difícil localizar a escola, pois eu já a tinha visitado em momentos festivos como “Dia das Crianças”, São João e Natal. Nesse dia de Natal eu me vesti de Papai Noel, tudo isso porque minha esposa era professora da

escola e eu tinha uma boa relação com a equipe pedagógica. Localizei Dona Joseferina, ela mora vizinho à escola, por isso não foi difícil entrevistá-la. Ela narrou:

Meu pai é Pedro José dos Santos, minha mãe é Maria Rosa de Jesus, ambos são Lavrador, sou filha única e minha mãe matriculou com dez anos na escola que era casa da professora, depois fui matriculada na escola rural Mangabeira aqui vizinho, nessa escola tinha classe, tinha lugar do recreio, a professora dormia, a escola era boa, a professora ensinava direitinho (Joseferina Santos De Andrade, 2016).

Depois da entrevista agradei e segui para minha casa em Aracaju, estava ali encerrando parte do encontro com os meus personagens. Dias depois, no condomínio onde moro, quando descia no elevador em uma conversa sobre educação, com Felipe, meu vizinho, um jovem de mais ou menos 20 anos, estudante da Universidade Federal de Sergipe (UFS), ele disse que na entrada do lugar onde morou, no interior, tem uma escola rural. Perguntei qual o interior, respondeu povoado Brejão dos Negros, no município de Brejo Grande, “e já ouvi meus pais falando sobre essa escola”. Ao sair do elevador marcamos para continuar a conversa que muito me interessaria em outro momento. Dois dias depois, voltamos a conversar sobre o assunto, ele me passou toda a descrição do povoado e como chegar até lá. Obtive boas referências do povoado e da população, inclusive nomes de duas pessoas que podiam contribuir, pois elas são moradoras antigas e nasceram no povoado Brejão. Com estas informações que recebi do meu vizinho, me organizei para viajar e visitar *in loco* o povoado Brejão dos Negros. Mais uma pista inusitada e que, enquanto pesquisador, não deixei escapar.

Dias depois, era 21 de abril de 2016, coincidentemente um feriado nacional, momento em que todo pesquisador que trabalha aproveita para realizar sua pesquisa, quando viajei para o território Baixo São Francisco. Foi no povoado Brejão que localizei a Escola Rural na entrada do povoado, mas se tratava de uma Escola Municipal Rural. Próximo à referida escola, no barzinho da esquina, estavam duas senhoras sentadas conversando, uma estava chupando manga quando me aproximei, cumprimentei com “boa tarde”, as duas responderam, perguntei: “aqui no povoado tem ou já teve alguma escola rural?” Logo Dona Agnália Ferreira Alves, 67 anos, conhecida como Dona Dadá, pensou um pouco olhando para a amiga que aparentemente tem 70 anos de idade, e disse: “Olha, o povo chama essa de escola rural, apontando para escola municipal rural povoado Brejo Grande, mas pelo tempo que o senhor procura, tinha uma escola muito antigamente ali na outra rua”, apontando com o dedo e pedindo afirmação da amiga, e disse: “eu estudei lá”.

Logo perguntei: “em que ano a senhora estudou?” Respondeu que não se lembrava o ano, mas era menina quando começou a estudar, com sete (07) anos de idade. Aproveitei o ensejo e falei do meu propósito, falei sobre o conhecimento com Felipe, que mora em Aracaju, logo ela disse: “olha a casa dele aqui, é meu vizinho, aqui todo mundo se conhece e ainda somos parentes”. Ela terminou de chupar a manga e permitiu ser entrevistada. Agnália Ferreira Alves narrou:

Meu pai é Vercelino Ferreira Ferro e minha mãe é Maria Canuca dos Santos. Tive seis irmãos, minha mãe me matriculou na Escola Rural com seis anos, a escola tinha uma sala, a outra sala era o lugar que professora morava, e tinha um galpãozinho do recreio, a escola era boa, a professora era morena, cabelos pretos, era filha da terra, era formada, hoje ela mora em Aracaju (Agnália Ferreira Alves, 2016).

Ao terminar a entrevista agradei e perguntei onde morava Dona Maria Teles, e dali fui à casa da segunda indicada por Felipe. Chegando lá toquei a campainha, Dona Maria Teles, 76 anos, estava na cozinha. Bati palmas, ela veio atender, me apresentei e falei do meu objetivo, ela me convidou para entrar e sentar. Se tratava de uma tia do pai de Felipe que logo aceitou a entrevista e assim lembrou:

Meu pai é Manoel Abraão e minha mãe Antônia, profissão dos dois braçal. Tive sete irmãos, minha mãe matriculou com doze anos na Escola Rural aqui no Povoado, a escola era parte da sala, o galpão era para o recreio e outra sala para professora morar, a professora era alta, branca, corpulenta, cabelos lisos, pretos, formada em Penedo (Maria José Teles de Menezes, 2016).

Descreveu sobre o local e funcionamento da escola rural, mas quando se lembrou de que só existe um pedacinho das paredes ela mudou a expressão, dizendo: “agora é uma casa do estado, mas a escola não tem mais”. Agradei pela colaboração para minha pesquisa ao rememorar das experiências vividas na condição de aluna da Escola Rural do povoado Brejão dos Negros, município de Pacatuba/SE.

Era 3 de maio de 2016 quando viajei para o povoado Cabrita, município de São Cristóvão, no território da Grande Aracaju. Por que escolhi a escola da Cabrita? Em uma das visitas ao Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), pesquisando nos documentos, encontrei o nome da escola na relação e localização das escolas rurais construídas em 1948. Ao chegar ao povoado perguntei onde ficava localizada a escola, logo fui informado e ao chegar à referida escola fui recebido por uma moça simpática que faz a segurança escolar, a qual me encaminhou à diretoria. Lá eu me apresentei e fui bem recebido pela diretora da escola que,

após uma proveitosa conversa, disponibilizou toda a documentação da escola. Nela encontrei a data de inauguração oficial da escola e entre uma conversa e outra pude conhecer o servente da escola, Jorge, que nasceu e reside até hoje no povoado, ele disse que sua mãe estudou e trabalhou na escola e fiquei interessado em conhecer a sua genitora. Jorge logo se prontificou a me levar, saímos juntos e visitamos duas tias dele, Dona Rita e Dona Isabel. Ao sair da casa das tias, ele me apresentou um amigo da família, Sr. João Francisco, que afirmou ter estudado na escola rural. Os três apresentados foram alunos no período de 1947 a 1951. Inicialmente, entrevistei Dona Isabel, 72 anos, que rememorou:

Sou filha de Manoel da Cruz e Laurinda Virgens Fontes, meu pai trabalhava na roça e minha mãe no brejo, cortava tabua para fazer esteiras e vender nas feiras. Tive cinco irmão, comecei estudar no povoado Tabua, com sete anos fui estudar na Escola Rural aqui do povoado Cabrita com a professora Sigenal, a escola era assim, tinha a casa que a professora morava assim na frente, tinha um galpão e a escola da gente (Maria Isabel da Cruz dos Santos, 2016).

Ainda no mesmo território, no povoado Cabrita, município de São Cristóvão, entrevistamos o ex-aluno Sr. João Francisco Nascimento, 72 anos, que narrou:

Sou filho de Leonor do Nascimento e Antonio Francisco, funcionário público. Tive 22 irmãos. Comecei estudar com sete anos aqui na escola rural, a escola tem um salão do povo estudar e tem outra sala que é o escritório da professora e outra área do recreio. Nós plantava tudo, alface, pimentão maxixe, quiabo, quem tomava conta já morreu era o finado Clotilde, ele fazia as leiras e a gente plantava, a professora era Dona Sigenara (João Francisco do Nascimento, 2016).

A terceira entrevista seria com Dona Rita, mas quando chegamos na sua casa, ela havia viajado para Aracaju. Logo tomei informações da Professora Sizenard Souza de Araújo, 88 anos, fui informado que ela é residente a Rua Rio Grande do Sul, s/n, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE. Fui ao seu encontro, ela concedeu a entrevista e rememorou sua formação e suas práticas professorais na Escola Rural do povoado Pedra Branca, no município de Laranjeiras.

Meu pai é Manoel de Souza Neri. E minha mãe, Maria Rosa Neri. Ele era lavrador, né? Eu nasci no 13 de outubro de 1927, num povoado na cidade de Siriri, numa chácara do meu pai, onde vivi lá até seis anos. Quando cheguei à idade de seis anos tive que vim morar em Capela para estudar o primário. Fiz o primário no Grupo Escolar Coelho Campo, em Capela, depois que tirei o primário fui removida para o Colégio Imaculada Conceição, das freiras, tendo como diretora irmã Dimirábelis, e como secretária, irmã das Neves. Lá passei os anos até me formar como professora do colégio, em companhia das irmãs. Lembro-me de alguns colegas, como Alaíde Teles Barreto, Berenice Barreto

Nero, Zuleide Nascimento, Valdina Barreto. Não lembro de muita colega não. Tive cinco irmãos. A escola era ótima, eu achava pela educação que eu recebia das mestras, das freiras na época. Elas ensinavam muitas matérias boas, principalmente o Catolicismo. Ela comandava a gente todos os dias para assistir às missas na Igreja Nossa Senhora da Purificação, em Capela. Fica perto (Sizenard Souza De Araujo, 2016).

A minha última viagem foi dia 16 de junho de 2016, de Aracaju para o povoado Lagoa Grande, entre os municípios de Arauá e Pedrinhas. Era uma quinta-feira com muita chuva. Não foi fácil encontrar a escola rural do povoado Lagoa Grande por dois motivos: o primeiro é que a escola, além de passar por várias reformas, mudou o nome; e o segundo é que a população não a conhece como escola rural, mas, de acordo com o provérbio popular “quem tem boca vai a Roma”, saí perguntando aqui, ali, até localizar a referida escola. Confesso que fiquei uns dez minutos me perguntando: será que estou no mesmo local que o Professor Acrísio Cruz visitou e tirou fotos? Quando entrei na escola encontrei um clima de interação da equipe pedagógica com os alunos, todos empenhados na decoração da escola para os festejos juninos. Enquanto uns pegavam as palhas de coqueiro, outros iam amarrando na parede.

Segundo a professora “os festejos juninos estão muito perto”. Perguntei à diretora se nos arquivos da escola existiam alguns registros da época da inauguração, ela respondeu que não tinha nenhum documento dessa época, mas se lembrou de que existia uma placa muito antiga na parede e me levou para mostrá-la. Naquele momento a placa estava coberta por uma faixa de pano bem colorida decorando a sala de aula, mas ela permitiu e ajudou a levantar a faixa para encontrarmos a placa, mas não tinha condições de ler uma só palavra, pois ela estava encoberta de tintas que pintaram a escola e não tiveram o cuidado de protegê-la. Prontamente botei a mão na massa e com uma escova, pano e álcool consegui tirar parte da sujeira e deixar em condições de compreender a mensagem: “Esta escola, inaugurada a 29 de Outubro de 1948, foi construída com recursos concedidos pelo Governo Federal sendo Presidente da República o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Educação e Saúde, Dr. Clemente Mariani e Governador o Dr. José Rolembert Leite”.

Figura 3 – Placa de inauguração da Escola Rural do povoado Lagoa de Dentro



Fonte: Arquivo da Escola Rural do povoado Lagoa de Dentro.

Confesso que fiquei emocionado por dois motivos; o primeiro, ao ver a mensagem que tem na placa, é um registro oficial com a data que inaugurou a escola. O outro motivo foi estar no mesmo local que o professor Acrísio Cruz esteve há mais de 60 anos. Confesso que fiquei muito satisfeito. Ali mesmo procurei informações sobre alunos que estudaram na época da inauguração em 1948, logo a professora indicou alguns nomes como os de “Rosa de Laíde”, “Ceíça de Peloco” e o nome de “Zefinha”, visitamos todas. A primeira, Rosa de Laíde, estudou em 1963, fora do meu marco temporal; a segunda, Ceíça de Peloco, não aceitou ser entrevistada, não quis que houvesse gravação; a terceira, Dona Josefa Cardoso dos Santos, 67 anos, não só foi entrevistada como me convidou para almoçar, ofereceu frutas para trazer e eu levei comigo uma vasilha cheia de Jabuticaba. A ex-aluna rememorou o que, embora esteja fora do marco temporal, serviu de referência para perceber as continuidades no ensino rural.

Meu pai era Manoel Antônio dos Santos trabalhava de lavrador, e minha mãe, Luzia Sizenando dos Santos, trabalhava em casa e na roça, tive 19 irmãos, fui matriculada na escola rural com 13 anos. A escola só tinha duas salas, tinha uma cantina de fazer as merendas, não tinha água nesse tempo, a gente ia buscar água nas fontes para beber porque não tinha água, e fazer as merendas, que a gente fazia mesmo, não tinha nem servente, a professora todo dia tirava de duas em duas para fazer as merendas naquele tempo (Josefa Cardoso Dos Santos, 2016).

Agradei pelo acolhimento e segui para a cidade de Pedrinhas. Lá chegando, o tempo ainda estava chuvoso, fui me informando onde se localizava a escola rural e não tive sucesso nas respostas. Mas quando perguntei sobre a escola mais antiga da cidade logo indicaram a

escola estadual que foi construída há muitos anos. Fui até a escola e encontrei os professores e alunos envolvidos com a organização dos festejos juninos, me identifiquei, apresentei o meu objetivo naquela unidade de ensino e fui encaminhado para sala da Diretoria. Perguntei sobre a história da escola, a diretora disse que se trata de escola rural, mas não sabe o ano em que foi construída, sabia que foi no período de governo de José Rollemberg Leite, e disse: “quem sabe muito sobre a escola é Zilda que estudou e tem muito material da época que estudou, ela é verdadeiro arquivo vivo”.

Assim, não pensei duas vezes e fui localizar a residência de Dona Zilda Farias Lopes, 73 anos. Por sorte ela se encontrava em casa, me apresentei, expliquei o objetivo da visita, ela convidou-me para entrar e sentar. Travamos uma boa conversa sobre a escola e quanto mais conversávamos, mais surgiam assuntos. Ela se expressava com ar de felicidade, comentou sobre os colegas da turma em que estudou na escola rural e destacou o nome de Luiz Antonio Barreto, fazendo elogios pela sua inteligência. Pediu licença e foi pegar uma série de livros adotados na escola, como: *Aritmética progressiva*, de Antônio Trajano, e o livro *Crestomatia: excertos escolhidos em prosa e versos*, de autoria de Radagasio Taborda, trouxe também alguns cadernos com atividades de Matemática, Geografia, História, Ciência, etc. Assim, ficaríamos muito mais tempo, se a tarde não tivesse passado tão rápido e precisássemos gravar aquela lembrança. Seguindo o roteiro da entrevista em um ar de felicidade, ela disse: “meu filho sabe o que estou estudando?”, e apontando para uma sanfona que estava no sofá, “olhe ali, agora depois de professora aposentada estou estudando e já aprendi algumas músicas”, levantou pegou a sanfona botou na posição e tocou umas quatro músicas. Quanto dei conta do tempo já era ao cair da tarde e antes que eu agradecesse ela já foi dizendo que “foi uma tarde muito boa”, pois lembrou-se de muitas coisas que só foram boas, e com uma expressão de despedida, mas como se dissesse volte outro dia, volte mais vezes. Eu, contemplado pelas experiências e também pela memória de Dona Zilda, não tive como resistir a um abraço de agradecimento.

No mês de março de 2012, quando comecei os meus estudos sobre o rural, entrevistei o professor e historiador local Luiz Antonio Barreto, em verdade já havia mantido um contato pessoalmente com ele para tratar de assunto relacionado à minha pesquisa sobre escola rural. Naquele momento o professor me recebeu, mas não foi possível realizar a entrevista. Logo ele agendou para o dia 12 de março, as 14 horas, no Instituto Tobias Barreto de Educação Cultura, momento em que ele revelou:

[...] a escola rural surgiu nesse contexto como uma alternativa, agora, uma alternativa que precisou da coragem do governador, porque era um modelo de

construção, era a utilização de uma área produtiva, de uma área rural, para justificar a escola. [...] A escola rural era um produto novo. Depois o seguinte, não havia bem plano pedagógico, havia uma responsabilidade da professora em dominar um conhecimento que ela pudesse distribuir de acordo com a idade de cada aluno. Não era uma coisa fora disso, era uma coisa muito vinculada à capacidade da professora de, a partir de um conhecimento que ela detinha, ela travar um diálogo permanente com os alunos. Imagine estudantes de todas as idades, grandes e pequenos, num banco numa sala, ouvindo a professora. Então, aprende aquilo que foi transmitido, mas, não havia nenhum manejo pedagógico que você pudesse sentir como próprio daquele ambiente. Pelo menos eu não guardei absolutamente nada nesse sentido. Achei até da comparação com a escola isolada, eu estudei numa delas, também a professora estava viva até pouco tempo, eu visitei a casa dela em Pedrinhas, senhora Paroquiza ou Letícia. Havia mais uma disposição para ensinar através das ciências, através do conhecimento já sistematizado. Por exemplo, a gente era obrigado a aprender as 40 capitais da Europa, então já havia um sentido de trabalhar com a história a partir do conhecimento do mundo. Era aquele negócio antigo, o aluno tinha a possibilidade de entrar em contato com o mundo através da história. (Luiz Antonio Barreto, 2012).

No arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), na Pacotilha Fundo E² Volume 278, dos Cursos Intensivos de Educação Rural para os professores rurais que iam reger as escolas rurais recém-construídas, encontram-se mais de 300 nomes de alunos que fizeram o curso intensivo com duração de 56 dias, sendo ministradas 56 aulas teóricas e 24 aulas práticas. Entre os nomes dos alunos que concluíram o referido curso selecionei aleatoriamente o relatório de aula prática de Agricultura no Aviário D. Pedro II, Aracaju, dia 13 de fevereiro de 1948, da aluna Maria José Nascimento que aqui transcrevo:

Aos treze dias deste mês, as três e meia horas da tarde, eu e minhas colegas, fomos assistir à aula prática de Agricultura, dada pelo Prof. Dr. José Ribeiro Filho, no Aviário D. Pedro II nesta cidade. Foi muito interessante e ao mesmo tempo muito proveitosa essa aula, o nosso professor foi nos guiando e nos conduziu ao galinheiro industrial, especificando-nos os nomes e os modos por que são criadas as aves neste lugar. O galinheiro industrial é constituído de poleiros com paus abaulados, ninhos, alçapões funcionando automaticamente, havia no galinheiro comedouro e bebedouros apropriados, o comedouro com uma divisão, evitando assim que as galinhas deixem cair nos alimentos, suas fezes, bem assim e o bebedouro, com pau roliço móvel pelo mesmo motivo. Para saber se a galinha é boa parideira coloca-se os dedos entre os quais, quanto maior for o espaço, melhor será a galinha na produção. A galinha Rodes de raça mista produz ovos e boa carne, cada galinha tem seu número preso no pé para o localizador saber o seu rendimento anual. Passamos depois para o segundo galinheiro, onde estavam as galinhas de raça “*Legtion*” que são as mais poedeiras que existem, esses galinheiros são semelhantes aos primeiros que descrevi, os alimentos das galinhas são rações compostas de todas as substâncias alimentícias que são chamadas rações balanceadas. Depois de vermos os galinheiros seguimos para sala de incubação, nessa sala há dois tipos de criadeiras, assim como dois tipos de chocadeiras ou incubadora que substituem perfeitamente as galinhas. Depois de 21 dias que é

o tempo em o pinto sai da casca damos o nome de eclosão. Os avos para serem postos nas chocadeiras devem ter no mínimo 10 dias pesando cada ovo 60 gramas, o que se verifica facilmente com o aparelho denominado classificador que se determina a medir os ovos que vão para chocadeira. Na sala de incubação há um termômetro para avaliar a temperatura da chocadeira que deve ter 103 graus, durante a incubação, há também um hidrômetro para controlar a Umidade da chocadeira. Depois de fazermos um estudo geral sobre essa parte do aviário, nosso professor nos levou para conhecermos e estudarmos a Horta, descemos uma ladeira e chegamos ao local onde estava plantando a Horta, esta é grande e bem tratada, em um dos seus lados corre um pequeno riacho, cujas águas são aproveitadas para irrigação das plantas, os aparelhos mais comuns são: a) irrigadores grossos e finos; b) baliza; c) pá; d) ancinho; e) gadanho; f) Sancho. Os irrigadores com crivo grosso servem para plantas grandes, e com crivo finos para as sementeiras. As balizas servem para fazer os alinhamentos, os enxadões ou Enxadecos, servem para cavar terrenos compactos, pá deitada para transporte da terra, ancinho para cavar os canteiros e juntar lixo, gadanho e diferente do ancinho por os dentes são menores e com maior espaço, sacho serve para pequenas capinas e como também abrir pequenos suíços. Passamos depois a ver as diversa hortaliças que poderiam ser lançadas no terreno após a devida preparação. Hortaliça: pimentão é uma hortaliça que não se faz sem meio definitivo e sim por mio de canteiros. A couve, tem três operações: semeio; repicagem; e canteiros. A repicagem se faz por meio de uma tabua furada com espaço de 10 cm. Quanto ao tomate, põe-se um tutor ou espaçadamente, espaçamento do tomate 80 cm, por fileira e 40 cm de um pé para o outro. A cenoura é planta definitiva, faz o semeio de 20 cm em 20 cm depois faz-se o debate deixando 10 cm, em cada pé. Conclusão, depois do exposto, vê-se claramente a eficiência destas aulas que nos habilitam a afastar o véu da ignorância dos nossos alunos tornando interessante, um assunto que ate então não tinha sido levado a efeito, sendo assim ficam familiarizados com os manejos daquilo que, para o futuro lhe será de grande utilidade, o cultivo do campo (Maria José Nascimento, 1948¹⁴).¹⁵

Tal tipo de relatório, por certo é uma fonte de extrema importância para que se compreenda os propósitos do Ensino Rural bem como as representações que dele se tinha. Já no Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura, no acevo do Centro de Memória Oral da Educação de Sergipe, entre as entrevistas realizadas com professores que atuaram nas escolas primárias do estado de Sergipe e que nasceram entre 1920 e 1960, encontram-se as professoras Maria do Carmo Fontes Silva, que trabalhou na Escola Rural do povoado Carnaíba, município de Riachão do Dantas; Elienalda de Souza Reis, que trabalhou na Escola Rural do povoado Convento, no Município de Indiaroba; Maria Dagmar Menezes, que foi professora na Escola Rural Alto da Glória, município de N. Sr.^a da Glória; Maria Luiza Barbosa e Acinete Bispo, que tiveram atuação docente em escolas tipicamente rurais.

¹⁴ Apes, E² V 278.

¹⁵ Ver Anexo 1.

Maria do Carmo Fontes Silva nasceu em 10 de junho de 1934, no sul da Bahia, em um povoado que se chamava Macuco e hoje chama-se Buerarema. Foi professora da Escola Rural do povoado Carnaíba, município de Riachão do Dantas, Centro-Sul de Sergipe, e narrou sobre sua vida de aluna e como se tornou professora:

Filha de Auxilino de Andrade Fontes e Otilia da Silva Fontes. [...] Pai, era agricultor. Tive seis irmãs e dois irmãos, fui matriculada com oito anos em uma escola particular lá na Bahia. [...] foi professora Aurelina que marcou ela era ótima, ela era uma pessoa que gostava, era dedicada ao ensino das matérias, tinha Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. Ela ensinava caligrafia, ela tinha lá uns cavaletes, ela passava uma folha, aí mostrava uma figura lá, aí mandava a gente falar daquela figura. Vamos dizer o pôr do sol, falar sobre o pôr do sol, o peixe, aí a gente tinha tudo que explicar sobre aquela figura que ela botou ali, era o Português, ela corrigia bem o Português da gente pra não escrever errado, chamava atenção pra não fazer uma palavra errada, porque a gente trocava muito a letra né? Hoje não que ninguém não troca mais, que hoje o ensino é diferente. Ela era professora do Estado. A escola era, era um salão, aí tinha a sala um banheiro e tinha uma sala e tinha na casa dela que era chamada de Escola Rural. Tinha todas as séries, da primeira à quarta série em uma sala. No quadro negro na escola dela, ela dividia o quadro porque sempre era os menores tinham que fazer uma cópia de lição que ela fazia lá no quadro, depois ela passava uma coisa decorativa pra gente pra poder sobrar tempo pra os outros, aí enquanto a gente estava estudando aquelas palavras que ela mandou a gente decorar ela estava com a outra turma, dividia assim. Cantava o hino nacional, rezava. Ela ensinava Religião, a gente não saía da escola sem rezar, não entrava na escola, ficava fora só entrava de fila pra num organizado assim, organizava uma fila pra gente entrar, pra sair também ela colocava a mão na porta pra não passar a turma de uma vez, só passava de um a um, era organizada ela. Mas Matemática de antigamente era conta, tinha fração, Português ela ensinava os verbos, a gente tinha que aprender de có aí passava aquela, hoje é o verbo ter, o verbo ser, o verbo, aí ia ensinando, cada dia ensinava um quadrinho daqueles verbos, mas ela ensinava bem. No recreio, a gente brincava de roda, de correr... de era essas brincadeiras. Tinha prova, era tipo questionário que ela fazia as perguntas aí depois, ela colocava lá as notas, agora no final do ano tinha a prova final, era uma prova grande, agora era todas as matérias naquela prova, era uma prova com umas vinte e cinco, trinta perguntas de cada matéria colocava um pouco mais em uma prova só. Ciência aprendia o corpo humano, ela ensinava os pássaros... ah era essas coisas. Na quarta série a gente estudava assim, as cinco matérias, Português, Geografia, História, Matemática e Ciências, em História do Brasil estudava os primeiros habitantes do Brasil, aí ensinava sobre as guerras, a qual foi a primeira guerra, as guerras essas coisas a gente via em história. Nós tinha que responder, era decorativo, pra ver quem aprendeu. Se errasse aí é era na hora que a gente tomava bolo na mão, deixava trancado, tinha recreio, deixava sem recreio, na hora do recreio não saía, aí pra aprender, pra aprender pra amanhã você não fazer o que você fez. Terminei a quarta série com mais ou menos 14 anos e parei de estudar. Aí depois apareceu um chefe político de Riachão aqui, me trouxe pra Riachão eu já tinha 19 anos. (Maria do Carmo Fontes Silva, 2012).¹⁶

¹⁶ Disponível no acervo do Centro Memória Oral da Educação Sergipana.

Elienalda de Souza Reis foi professora da Escola Rural do povoado Convento, no Município Indiaroba/SE, e ainda reside no mesmo povoado Convento, território Sul do Estado. Nasceu no ano de 1922, seu pai é José Ângelo Simiano dos Reis e a mãe Erotides de Souza Vale. A sua mãe era costureira e seu pai pescador, teve 17 irmãos, mais faleceram 12. Elienalda começou a estudar com 13 anos. Ela revelou que no período em que estudava quando chegava da escola

[...] pela noite então mamãe nos chamava pra saber o que era que nós fizemos no colégio, na escola, nós escrevia cópia, escrevia ela dava ditado, dava as lições de cor, qualquer livro mais dava de cor, já levava já de casa decorado aquela lição e dava de cor pra ela, aí ela quem assistia nós as lição de cor. A professora Zena Alves da Costa apelide Laura, na casa dela mesma. [...] Eu fui ser professora, proveniente de política, meu marido era político, tinha aqueles políticos que ia lá para casa e eu fazia comida, Zeca da Boa Vista, era prefeito, não saía nunca da prefeitura de Indiaroba. Ele era um grande usineiro de Sergipe, ele, se acabou-se em nada. Me levou, porque o meu esposo não sabia ler, eles queriam darem um emprego a ele, mas ele não sabia ler nem escrever, então me deram para mim, como professora, devia ter uns 20 anos, era mais ou menos isso. Eu comecei a ensinar, aqui no povoado do Convento, chamava-se escola rural, mas era do Estado, aonde eu ensinava, um salão e a casa da professora do outro lado. Fizeram a casa da professora, tinha o salão de ensinar, na frente mais para lá, tinha a casa, fizeram a casa para a professora ficar. (Elienalda de Souza Reis, 2011).¹⁷

Maria Dagmar Menezes foi professora da Escola Rural Alto da Glória, no município de Nossa Senhora da Glória, território Alto Sertão onde ainda reside. Sobre sua vida ela assim narrou:

Nasci em 9 de maio de 1930. Pais José Filho de Menezes e Maria da Graça de Menezes [...] lavradores, tive oito irmãs e um irmão [...] mãe, o nome da sua primeira professora, foi Esmeralda Reis. Depois quando eu passei para essa particular já era Leonora Sobral, eu sei que era uma escola pública. Era uma escola estadual, mais não sei o nome, eu iniciei como professora ensinando a cobrir letra, pegando na mão. Depois fazer aquelas frases, por exemplo: “O Brasil é um país rico”; Aí todo mundo escrevia embaixo, “Deus ama os pobres”. E era assim, minha filha. Quando iniciei o magistério na Escola Rural Alto da Glória, já foi com um quadro, tinha tudo! Giz, cadeira, tinha tudo! Tinha mapas e outras materiais, eu vinha pegar na Secretaria de Educação! (Maria Dagmar Menezes, 2012).¹⁸

¹⁷ Disponível no acervo do Centro Memória Oral da Educação Sergipana.

¹⁸ Disponível no acervo do Centro Memória Oral da Educação Sergipana

Já Maria Luísa Barbosa da Silva, no povoado Sebastião Marques, município de Poço Redondo, território do Alto Sertão sergipano, narrou sobre as condições do ensino rural que experienciou na condição de professora:

Na escola rural só tinha uma mesinha assim de um metro, e tudo era banco. Não tinha negócio de carteira, nem cadeira. Você botava o caderno na perna e escrevia, porque não tinha carteira pra colocar os livros e escrever. Lá perto de me aposentar foi que apareceu essas carteiras, mas era sempre em banco. Os meninos pequenos viviam se mexendo no banco sem conforto e pesado, aí virou em cima do meu pé (Maria Luísa Barbosa da Silva, 2012).

Acinete Almeida Bispo, 80 anos, nasceu em 5 de junho de 1932 em Umbaúba/SE. Foi professora na Escola Rural no povoado Água Fria, município de Salgado, território Sul de Sergipe. Sobre isso expõe Joaquim Guimarães:

Suas primeiras experiências e saberes escolares foram apropriados aos sete anos de idade, com a professora Mari Albuquerque, em uma Escola Isolada de um povoado da cidade de Salgado. Para dar continuidade ao ensino primário, nossa personagem mudou-se para o Povoado Saco, no município de Itaporanga d'Ajuda/SE, onde concluiu o primário. Aos treze anos, foi convidada pela sua professora, Maria do Carmo, para auxiliá-la com a turma e seu alunado. Assim, se gestou em Acinete o desejo de ser professora. Foi nomeada como professora da Escola Estadual Rural, no povoado Água Fria, situado no município de Salgado, sendo removida em seguida, em 1968, para o município de Umbaúba, onde além de ser professora do Grupo Escolar Dr. Antonio Garcia Filho, foi vereadora, presidente do Sindicato de Mulheres Trabalhadoras do Campo e secretária da Junta de Serviço Militar, até se aposentar, aos 60 anos de idade (GUIMARÃES, 2014).

Tais entrevistados serviram de interlocutores entre mim e o passado da Escola Rural Sergipana. Entretanto, suas narrativas não foram consideradas verdadeiras, pois elas são passíveis de lapsos, esquecimentos, trocas, equívocos, projeções e uma série de coisas que a memória traz e que necessariamente não importa, porque o que importa aqui é o representado que essas entrevistas me servem e mediam, conforme as experiências na escola rural, e mais por isso elas se constituem fontes que podem ser aliadas aos documentos oficiais e documentos escritos. Neste sentido, o que interessou não foi o fato de selecionar e analisar suas narrativas e perceber ou não a verossimilhança do que praticaram e aqui confirmaram, o que interessou foram as experiências de vida que trazem na memória e o fato de externarem aqui suas lembranças, suas representações e de terem construído suas histórias a partir do que aprenderam na escola rural.

Ademais essas narrativas, além de revelarem as peculiaridades e singularidades de um pesquisador dentro do seu processo de busca de fontes para escrever a história que se propõe, revelam também quais são os instrumentos dos quais o pesquisador pode se valer para encontrar-se, da melhor forma possível, com o objeto de estudo. Como pôde ser percebido, algumas escolhas foram aqui evidenciadas, como, por exemplo, a escolha do local onde ficar, a data para a pesquisa em se tratando de alguém que trabalha e só tem nos feriados os momentos de fazer a sua pesquisa, revela também como tive que me expor perguntando a um e outro onde poderia encontrar os entrevistados, bem como revela o desprendimento quando recebi um não ou mesmo quando um possível entrevistado indicou outra pessoa, que indica outra pessoa. E assim, embora em determinado momento desestimulado, persisti porque a senti na prática, o quão plural é a prática, se comparada aos manuais de metodologia.

A pesquisa de campo também revela outras pessoas que, de peito aberto, recebem e aceitam conceder a entrevista e dar as informações desejadas. Se por um lado me entristeci quando recebi um não, por outro lado fiquei muito satisfeito quando recebi um sim, e isso é um ponto positivo da metodologia da história oral. Com este percurso eu pude fazer um mapeamento, embora pequeno, mas muito representativo, daqueles que estudaram nas escolas rurais e a partir dessas entrevistas pude entender uma história vista de baixo, uma história local na qual contemplo alguns personagens, todos eles sem nenhuma projeção do cenário intelectual, nem mesmo no educacional, mas que de certa forma colocaram suas lembranças e memórias em prol da pesquisa acadêmica.

A minha experiência de certa forma facilitou a aproximação e o diálogo com as pessoas do interior, principalmente com os sertanejos, que no primeiro momento são muito desconfiados e observadores. Lembro-me que a cada lugarejo que visitei sempre tinha um amigo, seja colega de trabalho, da ex-Sucam, seja ex-aluno quando fui professor do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), de 2002 a 2010, em todo o estado de Sergipe. No percurso desta pesquisa tive a oportunidade de rever ex-alunos, que se tornaram professores, alguns da rede estadual, outros da rede municipal de educação. Sempre que encontrava um ou outro colega ou ex-aluno percebia um brilho no olhar, e o saudoso cumprimento sempre vinha acompanhado de um forte abraço. Sentia-me gratificado.

O mapeamento feito pode não ter uma quantidade de entrevistados significativa do ponto de vista numérico, mas as 30 entrevistas que foram feitas têm qualitativamente um valor inestimável, primeiro porque revelam a vida de rurícolas, não só trajetórias pessoais, bem como trajetórias que nasceram ou desembocaram na escola rural ou mesmo daqueles que na sua vida adulta trazem algumas representações do que foi a escola rural no seu processo de formação e

da comunidade. Neste sentido, as entrevistas que aqui eu elenquei me dão a ver a escola rural no estado de Sergipe, considerando inclusive que há entrevistados de todos os oito territórios do estado, conforme está disposto no Apêndice 2.

3-DAS EXPERIÊNCIAS E SUAS MEMÓRIAS: AS NARRATIVAS COMO OBJETO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO RURAL

Quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata) torna-se o alicerce da evidência sobre o qual se ergue a explicação. Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada – acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo. (JOAN W. SCOTT, 1999, p. 26).

Esta seção tem como objetivo identificar como se configuraram as práticas educacionais das escolas tipicamente rurais no estado de Sergipe, por meio da análise e interpretação das tensões ocorridas entre o instituído e o vivido. Por certo, as práticas pedagógicas se desenvolveram em dois lugares, no espaço interno da sala de aula e nos arredores da escola em espaço destinado a realização das práticas agrícolas. Neste sentido, sistematizei a seção com três subtítulos nos quais busquei responder às seguintes inquietações: Qual o critério a ser seguido no processo seletivo e preparação dos professores para atuarem nas escolas tipicamente rurais no estado de Sergipe? Os professores capacitados lecionaram de fato nas escolas rurais? Quais eram os principais materiais que as escolas rurais receberam para preparar o estudante “rurícola”? Nas práticas agrícolas, houve inspeção, se houve, de que forma ocorreram essas inspeções? Para tanto foram evocados documentos escritos e narrativas de ex-alunos e/ou professores, com vistas a dar a ver as relações harmônicas ou antagônicas que reverberaram nas escolas rurais sergipanas no período de 1947 a 1951.

3.1 Sobre os professores: formação e representação das práticas educativas

Como fora ressaltado na seção anterior, os candidatos que desejavam trabalhar como professores das escolas rurais precisariam passar por um processo seletivo cujos critérios eram: ter o magistério, ser solteira, no caso das professoras, e ter disponibilidade para demorar na escola. Para capacitar os professores para atuarem nas escolas rurais do estado de Sergipe, o governador José Rollemberg Leite e o professor Acrísio Cruz, diretor do Departamento de

Educação, cumpriram com as determinações do governo federal, na medida em que lançaram mão do melhor que o MEC e o Inep podiam oferecer em termos técnicos. Neste sentido, como também já foi sinalizado na seção 2 deste trabalho, foi feito o convite para consultoria ao professor Robert King Hall, mestre da Columbia University, onde lecionava Educação Comparada e por isso conhecedor das questões de educação rural em vários países da América Latina e do Oriente. O professor veio ao Brasil com o objetivo de contribuir tecnicamente com duas partes do programa de organização do ensino primário elaborado pelo Inep. A primeira tratava de treinamento de professores provindos de zonas rurais de várias unidades federadas e a segunda consistia na fiscalização da construção das escolas primárias rurais em todo o território nacional.

Quando o professor King Hall chegou ao Brasil, como também já revelado na seção 2, o país estava passando por um processo de industrialização e crescimento das cidades. Isso fazia com que as pessoas migrassem para as áreas urbanas em busca de emprego e de uma melhor qualidade de vida. Contudo, a nação possuía uma baixa qualificação profissional, com taxas de analfabetismo muito altas. Nas zonas rurais, mesmo com a construção das primeiras unidades de ensino, conforme o projeto do Inep, as escolas eram raras e pouco frequentadas. Para estimular a procura pela escola e atender às novas demandas do mercado, o governo passou a investir não só na educação urbana e profissionalizante, mas também na educação rural e na alfabetização de adultos, que ficou conhecida como Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos que, ofertando o ensino técnico, visava sanar os graves problemas que a educação brasileira vivia. Foi neste contexto que o professor Robert King Hall realizou uma série de viagens ao Brasil para se inteirar de assuntos relacionados à construção das escolas rurais e à formação de professores para atuarem na educação rural do país.

No final da sua estadia aqui no Brasil, o professor Robert King Hall fez um relatório dos seminários que ministrou sobre a educação rural. Esse relatório foi publicado no documento *Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil*, em janeiro de 1950, na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Assim relata King Hall:

Prezado Dr. Murilo Braga: Findas as cinco semanas em que trabalhei para o I. N. E. P., venho apresentar a Vossa Senhoria meus sinceros agradecimentos pela oportunidade que me proporcionou, de entrar em íntimo contato com um dos setores mais importantes da educação brasileira, e bem assim trazer-lhe minhas observações sobre o Seminário de Educação Rural, realizado no Rio de Janeiro, e as impressões da viagem que, a convite de V. S., fiz ao Estado de Sergipe. (HALL, 1950, p. 141).

Na visão do professor Robert King Hall:

A formação de professores rurais deve ser acelerada ao ponto máximo. Creio que maior percentagem dos fundos do I. N. E. P. deveria doravante ser devotada a escolas para professores rurais e que seria conveniente instituir cursos intensivos para a formação de professores rurais, de modo a preparar professores em número suficiente para as escolas, à proporção que se construírem. O maior problema que o I. N. E. P. enfrenta é, sem dúvida, a formação de um novo tipo de professor, capaz de satisfazer às necessidades da escola rural. Acredito que o I. N. E. P. poderia empreender imediatamente um intensivo programa de pesquisas para determinar a melhor maneira de atingir esse objetivo, estabelecendo depois programas de treinamento financiados pelo Governo da União. Elaborado o plano, cumpre pô-lo em execução com grande rapidez e entusiasmo. Julgo que certos programas a que o I. N. E. P. se dedica normalmente, podem muito bem servir de “projeto piloto” na execução desse plano. Assim, por exemplo, é evidente que esse programa futuro exigirá competentes professores de escolas normais e professores especializados, diplomados, que servirão de “orientadores visitantes” e “professores de demonstração”, nas escolas rurais. Esses dois tipos de professores têm que ser preparados em áreas urbanas, onde existam maiores facilidades; devem, porém, provir de áreas rurais pois essa experiência básica é indispensável e não pode ser adquirida em centros urbanos. (HALL, 1950, p. 119).

Em assim sendo, pode-se afirmar que a suposta formação de um novo tipo de professor, capaz de satisfazer às necessidades da escola rural, supriu todo o território sergipano? Sem dúvida, a memória e identidade são construções que reforçam nossas imagens, e é nesta direção que pretendo abordar os aspectos relacionados à formação de professores para a escola rural. Para isso atentei para o que revelaram os documentos e as memórias dos 30 sujeitos que estudaram e/ou trabalharam como professores nas escolas rurais espalhadas em todos os territórios sergipanos. A este respeito, o ex-aluno Antonio Vieira Dantas, de 71 anos, que estudou na Escola Rural “Bravo Urubu” no município de Nossa Senhora das Dores, território Médio Sertão sergipano, rememorou sobre a formação de sua professora “Terezinha”, no ano de 1951.

Ela formou-se em Aracaju e já veio direto já para o Estado. Se você pegar informação lá, tu vai baixar na casa dela. Era casada com um sargento, daqui, o sargento é daqui, o sargento Renato, depois ela deixou e foi morar com o primeiro marido, que era um tenente. Não tem professora igual a Terezinha. (Antonio Vieira Dantas 2016).

As lembranças do Senhor Antonio ressaltam também que a sua professora Terezinha nasceu e se criou no povoado Cumbe, no município de Nossa Senhora das Dores, e logo foi estudar em Aracaju, capital do estado, e já voltou formada para ensinar no povoado Bravo

Urubu. Não se lembrou em qual escola da capital ela foi formada. Conforme Ecléa Bosi (2003, p. 64), “os lapsos, incertezas das testemunhas são o selo da autenticidade [...] O silêncio do velho seria bom se correspondesse ao silêncio do pesquisador. Aprendizagem é difícil porque vivemos num moinho de palavras”. Por certo, o depoimento se constitui um trabalho do idoso, pois o narrador, ao testemunhar seu passado, não descansa, mas está envolvido em uma ação cercada por intencionalidades e esforço de elaborar/transformar o vivido em linguagem. Assim, a narrativa do Sr. Antonio expressa representações¹⁹ sociais de saberes da experiência de sua professora dos anos iniciais na educação rural em Sergipe, sobretudo porque aponta que sua professora foi a Aracaju fazer um curso. Conforme a narrativa de Antonio Vieira Dantas, a professora Terezinha saiu do meio rural e estudou na capital do Estado, mas não fez concurso, e mesmo assim ingressou no serviço público estadual para ser professora da Escola Rural do povoado “Gado Bravo”, no município Nossa Senhora das Dores.

Neste entendimento destaco as diretrizes que o professor Robert King Hall concebeu e que deveriam dar direcionamento à seleção e à formação de professores rurais pontuando alguns destes critérios: “Os professores-alunos devem vir exclusivamente de áreas rurais – inclusive de pequenas cidades de regiões predominantemente rurais. a) A seleção deve fazer-se por concurso, recusando-se sistematicamente as designações baseadas em pedidos políticos” (HALL, 1950, p. 124).

Ainda com relação à seleção de professores, além desses critérios, os candidatos interessados deveriam preencher uma ficha de inscrição para participarem do curso de formação para professores rurais mantidos pelo Inep. No item I, que contempla as características individuais, a composição seria da seguinte forma: nome completo do candidato, idade, cor, estado civil, e conclusão pedagógica; item II: Assentamento Administrativo: escola rural que rege, número da escola, situado (localizada), município; no item III: Assentamento Pedagógico, escola ou curso normal em que se diplomou, outros cursos que se diplomou; item IV: vida escolar no C. F. P. R (Curso de Formação de Professores Rurais), nº da matrícula, data do início do curso, data do término, duração do curso, grau de aproveitamento (média final), número de ordem da classificação final, e, por fim, espaço destinado a observações.

Para elucidar melhor sobre a formação dos professores rurais recorri à ficha de inscrição nº 40, com dados pessoais da professora Zuleide Nascimento, pois ilustra com clareza os critérios a serem preenchidos no ato da inscrição. Neste caso específico, a ficha da referida aluna mostra que tinha 21 anos de idade, morena, solteira, a condição pedagógica é normalista

¹⁹ O conceito de representação coletiva proposto por Roger Chartier 1990, expressa uma série de tensões entre a representação da realidade e a realidade da representação.

diplomada, e que fora indicada para trabalhar no povoado Miranda, município de Capela/SE. Seu grau de aproveitamento foi 75,5 pontos e sua classificação 16º lugar geral. Pela narrativa da sua ex-aluna Otília dos Santos que estudou na escola rural do povoado Pedras, município de Capela, ficou perceptível que Zuleide do Nascimento não só foi beneficiada para sua formação profissional como também contribuiu como professora para a formação dos capelenses que na escola rural do povoado Miranda estudaram. A este respeito apresento ficha de inscrição na Figura 4.

Figura 4 – Ficha de inscrição de Zuleide Nascimento para o curso de formação para professores rurais


ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES RURAIS
(Mantido pelo I. N. E. P.)

I – CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

Nome ZULEIDE NASCIMENTO
Idade 21 Cor morena Estado civil solteira
Condição pedagógica Normalista Diplomada

II – ASSENTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Escola Rural que rege: N. _____ situada no povoado Miranda
Município de Capela

III – ASSENTAMENTOS PEDAGÓGICOS

Escola ou Curso Normal em que se diplomou Ginásio Imaculada Conceição
na cidade de Capela
Outros cursos que possui Curso de Férias para Professores Rurais

IV – VIDA ESCOLAR NO C. F. P. R.

Matrícula { N. 40
Data 2 / 1 / 1950

Aulas { Início 4 / 1 1950
Término 13 / 3 1950
Duração 60 dias

Gráu médio de aproveitamento 75,5 pontos
N. de ordem de classificação 162 lugar

OBSERVAÇÕES

Fonte: Apes, fundo E² Volume 164.

A ficha de inscrição da professora Zuleide Nascimento mostra ainda que ela trabalhou no povoado Miranda, município de Capela, território Leste sergipano. Pelas suas aulas passaram muitos alunos e alunas, entre eles encontramos a ex-aluna Maria Conceição dos Santos, 74 anos, que estudou na Escola Rural do referido povoado, e expõe o tipo de relação:

Quando a professora saía quem tomava conta de todo mundo era eu, ela era baixinha, era boa e educada. Tratava com educação, a formação dela era normal, já tinha ensinado em outras escolas. Ensinava cobrir letra, juntar letras, usava a cartilha do ABC, a cartilha do povo. (Maria Conceição dos Santos, 2016).

Ainda com relação às brechas, pode-se deduzir que na referida escola rural a professora assumia vários papéis como diretora, merendeira, secretária, e quando precisava se afastar por algum motivo, recorria a uma aluna para tomar conta da sala de aula, o que de certa forma poderia comprometer a relação ensino-aprendizagem. Mais uma vez a aluna não se lembrou ou não soube informar se a professora era ou não formada.

Foi valendo-me da narrativa de João Balbino, que estudou na Escola Rural do povoado Salobra, no município de Simão Dias/SE, que ouvi contar sobre a professora Maria Rabelo Leal. Ao rememorar as qualidades de boa professora ele dizia ser ela formada, alta, branca, cabelos longos, loura, bonita. Ao visitar o Arquivo Público do Estado de Sergipe, no volume 164 das “pacotilhas de educação” encontrei várias fichas de inscrição do curso de formação para professores rurais. Pacientemente folheando uma por uma, encontrei a ficha de nº 27, tendo os dados pessoais de Maria Rabelo Leal, sendo essa branca, 19 anos e solteira, e que iniciou o curso no dia 4 de janeiro de 1950, e terminou no dia 13 de março de 1950, com aproveitamento de 70,2 pontos, selecionada no 16º lugar geral. A figura a seguir revela os dados sobre a referida professora.

Figura 5 – Ficha de inscrição de Maria Rabelo Leal para o curso de formação para professores rurais


 ESTADO DE SERGIPE
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES RURAIS
 (Mantido pelo L. N. E. P.)

I – CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

Nome MARIA RABELO LEAL
 Idade 19 Cór. branca Estado civil solteira
 Condição pedagógica Prova de Suficiência

II – ASSENTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Escola Rural que rege: N. _____ situada no povoado Salobra
 Município de Simão Dias

III – ASSENTAMENTOS PEDAGÓGICOS

Escola ou Curso Normal em que se diplomou _____
 Outros cursos que passou Curso de Várias para Professores Rurais

IV – VIDA ESCOLAR NO C. F. P. R.

Matrícula	N. <u>27</u>
	Data <u>2</u> / <u>1</u> / 1950
Aulas	Início <u>4</u> / <u>1</u> 1950
	Término <u>13</u> / <u>3</u> 1950
	Duração <u>60</u> dias

Nota médio de aproveitamento 70,2 pontos
 N. de ordem de classificação 269 lugar

OBSERVAÇÕES

Fonte: Apes, fundo E2 Volume 164.

O Curso Normal Rural projetado pelo MEC/Inep e aprovado pelo Decreto lei nº 8.530, de janeiro de 1946, deveria exigir maior preparação do aluno, futuro professor. Por esta razão ela deveria, inicialmente, fazer um curso intermediário de dois anos. Curso esse aprovado pelo Decreto lei nº 8.529, de janeiro de 1946. De um modo geral, a este respeito, segundo Manoel Bergström Lourenço Filho no texto *A formação de professores: da escola normal à escola de educação*, contido na coletânea organizada por Ruy Lourenço Filho, Brasília-DF Inep/MEC 2001, era o currículo para o curso intensivo com duração de dois anos composto pelas seguintes disciplinas: 1º ano – Matemática; Geografia; Francês; Música; Educação Física; Desenho; Trabalhos Manuais e Práticas Agrícolas. 2º ano – Português; Matemática; História do Brasil; Francês; Música; Educação Física; Desenho, Trabalhos Manuais e Práticas Agrícolas.

No mesmo documento, Lourenço Filho continuou sinalizando as diretrizes para formação de professores rurais. Ao modo que os alunos aprovados no curso intermediário se matriculavam no curso normal rural propriamente dito, com três anos de estudos, a saber: 1º ano – Português; Matemática; Noções de Fisiogeografia Geral e do Brasil; História do Brasil; Antropogeografia; Desenho; Trabalhos Manuais; Música; Educação Física. 2º ano – Português; Matemática; Fisiografia do Brasil; Antropogeografia; Ciências Físicas e Naturais; Desenho e Trabalhos Manuais; Música; Educação Física. 3º ano – Educação Sanitária; Psicologia e Metodologia; Agricultura e Indústrias Rurais; Educação Econômica; Desenho e Trabalhos Manuais; Música; Educação Física. Como fica perceptível, as Práticas Agrícolas são iniciadas no curso intermediário, e, em todos os três anos do curso normal, há os estudos teóricos acompanhados de algumas práticas.

Ainda segundo Manoel Bergström Lourenço Filho (2001, p. 86), para a formação do magistério nas Escolas Normais, o programa nacional incluía também “as Práticas Agrícolas e Animais de pequeno porte” da seguinte maneira:

1º ano: I. Horticultura e jardinagem: a horticultura e seus fins; hortas intensivas e extensivas; localização; sementeiras; repicagem e transplantação; organização de jardins; escolha e preparo do terreno; gramados, tratamento e adubo; utensílios indispensáveis ao jardineiro. II. Zootecnia: apicultura; utilidade das abelhas e das colmeias; distribuição do trabalho nas colmeias; enxames; extração do mel.

2º ano: I. Horticultura e Pomicultura: pragas das hortas e sua classificação; inseticidas; combate às formigas; culturas de diferentes espécies de couve; cultura de laranjeira, bananeira e mangueira; II. Zootecnia (galinocultura); raças de galináceos, classificação; localização e instalação de galinheiros; gramados, sombras e quebra-ventos; abrigos, ninhos, incubação artificial; poleiros; comedouros e bebedouros; cuidados higiênicos; seleção de poedeiras; rações; relação nutritiva dos diversos alimentos; doenças e parasitas dos galináceos.

3º ano: I. Horticultura: revisão dos estudos feitos anteriormente; utilidade das verduras na alimentação; propriedades medicinais dos vegetais; conservação dos vegetais; pragas que atacam as lavouras; modos de combatê-las. II. Zootecnia: noções de sericultura; cultura de amoreira, biologia do bicho-da-seda; alimentação e higiene; suinocultura; vantagens da criação dos suínos; raças; pocilgas higiênicas; alimentação. (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 86).

O que chama atenção nesta distinção da programação das matérias é a forma sequenciada como o currículo fora organizado. Se analisarmos somente os conhecimentos referentes à agricultura, temos, nas escolas rurais, as “noções práticas de agricultura” que em muito se diferem das escolas normais urbanas. Vemos, portanto, que no mesmo momento em que se nomeia um determinado tipo de escola como escola típica rural, institui-se também que os saberes a serem nela ensinados deveriam ser mais específicos, em relação às demais escolas de instrução primária. A análise da organização dos conteúdos escolares para a escola rural possibilita-nos identificar como uma determinada realidade social é construída, pensada, representada (CHARTIER, 1990). Tendo isso em consideração, cabe perguntar: como esses conteúdos eram ensinados nas escolas rurais?

Desta forma, o Departamento de Educação do Estado de Sergipe estendeu o programa de educação nacional para as escolas normais rurais. No entanto, com relação ao conteúdo programado para os três anos do curso normal rural, ele precisou ser reprogramado conforme a realidade estadual e as necessidades locais e foi condensado em dois eixos: no primeiro, Agronomia Geral e Agronomia Especial; e no segundo, Hortalicicultura²⁰ Geral e Hortalicicultura Específica. Assim foram organizados os cursos intensivos com início das aulas teóricas para fevereiro de 1947, e disponibilizadas inicialmente 140 vagas no estado. Como ratificou a mensagem do governador José Rollemberg Leite: “Para a formação de pessoal docente, instituímos um Curso intensivo de Educação Rural, com uma matrícula de cerca de 140 professoras, sob a direção de um técnico agrícola, desenvolvendo um programa bastante prático” (SERGIPE, 1948, p. 13).

O *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Ano XXX, Aracaju, Quinta-feira, 8 de janeiro de 1948, nº 10.138, Departamento de Educação Rural, assim informou:

Em nome do Sr. Diretor Geral, torno público que a 2 de Fevereiro próximo, terá início na sede deste departamento um curso intensivo de Educação Rural para as professoras primárias que se destinarem à Regência de Classe daquela modalidade de ensino. Nenhuma professora permanecerá na regência da escola rural, sem que seja submetida ao referido curso. Aracaju, 7 de Janeiro

²⁰ Termo encontrado no manuscrito do programa de agricultura a ser regido nas escolas rurais do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, 1948.

de 1948, Hilda Sobral Faria, Encarregada do Serviço de Educação Rural. (DOES, nº 10.138, 1948).

Foi assim que o Departamento de Educação de Sergipe deu início aos cursos práticos de Agricultura e Hortalicicultura em fevereiro de 1948, e os candidatos aprovados na fase teórica e que desejassem realizar a parte prática deveriam fazê-lo. Entretanto o professor José Ribeiro Filho, de posse da relação de alunos aprovados na parte teórica, percebeu que era impossível ministrar aulas práticas para todos os 140 alunos de uma só vez. Assim, resolveu dividir em turmas A; B; C; ... A este respeito encontrei no Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), na pasta E², V 278, mais de uma centena de relatórios de aulas práticas dos alunos do “Curso Intensivo de Formação de Professores Rurais”. Em meio a tantos relatórios foi difícil escolher, mas selecionei dois, do dia 13 de fevereiro de 1948, das alunas Maria José do Nascimento, da turma “A” e Neurides Nunes Oliveira, da turma “U”, o relatório de Neurides trouxe um destaque diferencial em relação ao relatório da colega Maria José. Neurides, relatou sua experiência da primeira aula prática de Agricultura e Hortalicicultura, sob orientação do professor José Ribeiro Filho. A aula foi no “Aviário” Granja modelo “Pedro II”, para conhecer o funcionamento, tipo de ração balanceada e chocadeiras (local para chocar os ovos). Segundo Neurides:

Essas chocadeiras tinham capacidade para chocar entre 500 e 600 ovos, e que funcionavam à querosene, gasolina, a eletricidade era muito pouco usada, a eclosão dos ovos, nesse método durava uma média de 21 dias. Depois levava-se os recém-nascidos para a criadeira, local móvel com lâmpadas para aquecimento, e dispõe também de comedouro e bebedouro. (Neurides Nunes Oliveira, 1948, Apes, E², V. 278).

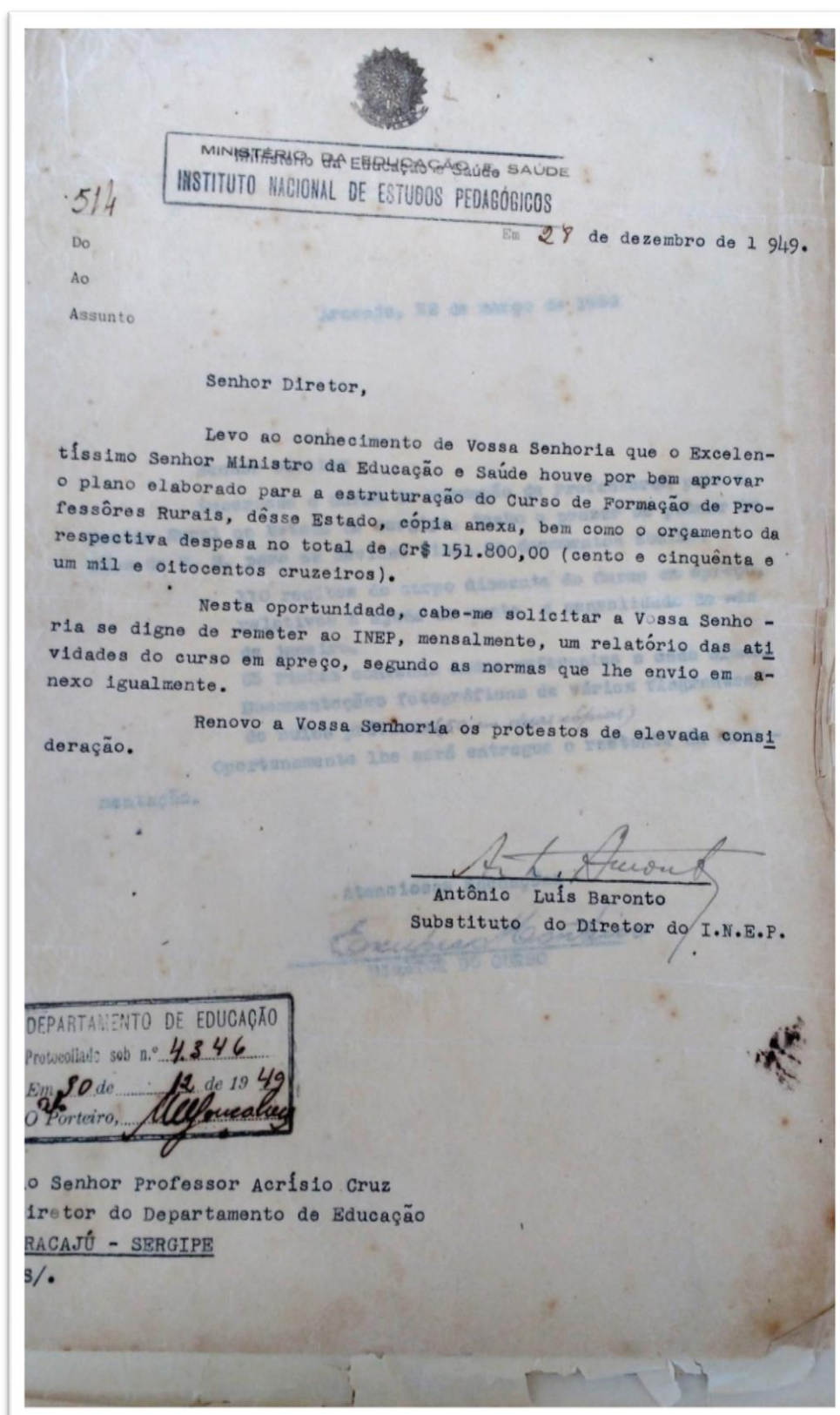
No mesmo relatório de aula prática de Hortalicicultura, Neurides Nunes continua relatando:

[...] os alunos deveriam conhecer as hortalças que poderiam ser lançadas no terreno após sua preparação, conhecer também a importância, definição, noções sobre classificação, localização de horta, instalação de horta, compreender ph do solo, fazer balizamento alinhamento, tudo para saber fazer com qualidade pois o cuidado é fundamental uma vez que tem hortalças que não se faz sem meio definitivo e sim por meio de canteiros, a couve que além do semeio tem a repicagem e precisa de canteiros, a cenoura é uma planta definitiva faz-se o semeio de 20 a 20 cm depois faz-se o corte deixando 10 cm em cada pé (Neurides Nunes Oliveira, 1948, Apes, E², V. 278).

Conforme o relato da aluna Neurides Nunes, além das aulas teóricas, as aulas práticas foram realizadas a fim de aprimorar as técnicas que foram ensinadas e apreendidas pelos cursistas.

Ainda sobre o curso intensivo de educação rural, o Departamento de Educação do Estado de Sergipe recebeu, em 30 de dezembro de 1949, um documento do Ministério da Educação junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, aprovando o plano elaborado para estruturação do Curso de Formação de Professores Rurais do Estado de Sergipe, bem como o orçamento para despesas no valor de cento e cinquenta e um mil e oitocentos cruzeiros, (cr\$151.800,00), ao tempo em que o diretor do Inep solicitou mensalmente relatório das atividades desenvolvidas no referido curso. Como pode-se observar na figura a seguir:

Figura 6 – Aprovação do plano de elaboração e estruturação do curso de formação de professores rurais



Fonte: Apes, Fundo E² Volume 164.

Desta forma, vale ressaltar que o Departamento de Educação do Estado de Sergipe não cruzou os braços e deu início à formação da segunda turma de professoras rurais que iriam reger as Escolas Rurais recém-construídas. O curso manteve o mesmo formato utilizado na primeira turma, com duração de 56 dias, 56 aulas teóricas e 24 aulas práticas.

De igual, modo o ex-aluno José dos Santos Monteiro, 74 anos, que estudou na Escola Rural do povoado Água Fria, no município de Salgado, território Sul do estado, relata que a professora Acinete Almeida Bispo “ensinava bem e era muito boa”, mas quando interroguei sobre a formação dela, ele assim explicou: “ouvi falar que ela começou ajudando os fazeres da professora aqui no povoado Água Fria”. Logo, este fato me chamou atenção, pois me lembrei de ter visto o nome da referida professora na pesquisa dissertativa de Joaquim Francisco Soares Guimarães, *Memórias de educadoras sergipanas: práticas escolares e cultura escolar no município de Umbaúba/SE (1955 – 1989)*. Sobre ela, ele destaca:

Aos treze anos, foi convidada pela sua professora, Maria do Carmo, para auxiliá-la com a turma e seu alunado. Assim, se gestou em Acinete o desejo de ser professora. Foi nomeada como professora da Escola Estadual Rural, no povoado Água Fria, situado no município de Salgado, sendo removida em seguida, em 1968, para o município de Umbaúba, onde além de ser professora do Grupo Escolar Dr. Antônio Garcia Filho, foi vereadora, presidente do Sindicato de Mulheres Trabalhadoras do Campo e secretária da Junta de Serviço Militar, até se aposentar, aos 60 anos de idade. (GUIMARÃES, 2014, p. 58).

Neste sentido, o que se pode vislumbrar é uma incongruência entre o prescrito e o vivido. Os cursos de aperfeiçoamento vinham justamente para sanar este problema (da não formação específica) e os outros dele decorrentes. Nota-se, assim, uma inverossimilhança entre os documentos oficiais e experiências vividas. De forma recorrente, outro exemplo de como o vivido não coaduna com o prescrito é o caso da professora Sizenard Souza de Araújo, 88 anos, que lecionou na escola rural localizada no povoado Cabrita, no município de São Cristóvão/SE. Assim rememorou sua experiência formativa e de entrada na escola rural:

Eu nasci num povoado na cidade de Siriri, numa chácara do meu pai, onde vivi lá até seis anos. Quando cheguei à idade de seis anos tive que vim morar em Capela para estudar o primário. Fiz o primário no Grupo Escolar Coelho Campo, em Capela, depois que tirei o primário fui removida para o Colégio Imaculada Conceição, das freiras, tendo como diretora irmã Dimirábelis, e como secretária a irmã Das Neves. Lá passei os anos até me formar como professora²¹. Quando terminei o magistério foi convidada para ensinar na Escola Rural do povoado Pedra Branca, Município de Laranjeiras/SE, e depois

²¹ Sizenard Souza de Araújo participou do curso intensivo de formação de professores rurais.

me transferi para a Escola Rural do povoado Cabrita no município de São Cristóvão/SE. (Sizenard Souza de Araújo, 2016).

Na tentativa de melhor compreender este aspecto, ouvi a narrativa da ex-aluna Maria Matilde de Melo, 74 anos, que estudou na Escola Rural do povoado Patioba, no município de Japaratuba, território Leste sergipano. Quando foi interrogada sobre a escola, ela respondeu:

A escola era boa, porque a professora era boa, ensinava aos alunos bem, eu não aprendi porque era preguiçosa, ela era alta, era assim da minha cor, alta, mais fortinha de que eu, a primeira que eu vi foi essa professora foi aqui na Patioba. Mas ouvia dizer que ela já ensinava em outras escolas. (Maria Matilde de Melo, 2016).

Assim como Maria Matilde dos Santos, Maria José Teles de Menezes rememorou sua professora e traços das práticas educativas:

A professora era mais alta de que eu um pouco, branca, de cabelo liso. Ela é fia natural daqui do Brejão, formada. Ela estudou e se formou em Penedo. Ela ensinava os meninos, ela botava os menino para cobrir a letra, ela pegava nas mãos de uns de outros não. Fazia ditado para os mais adiantados. Ela marcava, aquela partizinha.... a gente estudava, quando era na hora ela fazia a chamada, aí a gente ia dizendo as palavras, se errasse, ela ensinava, ela usava o quadro, giz. [...] Eu gostava mais de Português, Porque eu estudava, a tabuada eu me atrapalhava um pouco. A Aritmética, manuscrito. Eu ainda estudei manuscrito. (Maria José Teles de Menezes, 2016).

Em relação ao ingresso como professora da escola rural, a professora Maria Luiza Barbosa da Silva narrou para Rezende (2014), no trabalho dissertativo intitulado *Educação no sertão: memória e experiência das professoras no alto sertão sergipano (1950 – 1970)*, as dificuldades enfrentadas para fazer o curso intensivo para atuar na escola rural:

Muitas vezes, a gente saía de lá um montão... uma turma de Sítios Novos e outra turma de Santa Rosa. Eu me lembro que na época era Zenaide, era a finada Juliene. A gente vinha a pé de Poço Redondo, ia, chegava lá em Sítios Novos, vinha... quando chegava ali mais ou menos em Queimada Grande, aí passava o caminhão, era o caminhão de areia. Às vezes era de carvão e a gente pedia uma carona e aí vinha em cima [do caminhão] para poder chegar em Sítios Novos e de Sítios Novos vinha pra cá de novo a pé... concluí. Fiz assim esse curso, né? Para concluí o 2º grau. (Maria Luiza Barbosa da Silva, 2012 apud REZENDE, 2014).

Estas e outras lembranças certamente fazem parte da vida de muitas pessoas que, com menor ou maior grau de dificuldade, tiveram a oportunidade de se tornar professor, como

preconizado nos documentos e evidenciado no relatório de prática de Maria José do Nascimento e Neurides Nunes Oliveira. Isso porque os professores para atuarem nas escolas rurais precisariam dominar as técnicas sobre pedagogia, higiene, sanitarismo, medicina, agricultura geral e específica, horticicultura geral e específica, com vistas a despertar nos alunos o gosto pelo local, o que só se conseguiria mediante domínio de técnicas que beneficiassem o meio rural. Talvez isso tenha sido possível pela celeridade imposta para a formação de professores nos moldes específicos dos cursos intensivos subsidiados com recursos do Inep.

O governador José Rollemberg Leite publicou mensagem no *Diário Oficial de Sergipe*, em 1950, sobre as disciplinas ministradas no curso para formação de professores para atuar na escola rural. No que se refere às disciplinas ministradas nesses cursos intensivos, encontramos evidências de matérias que contemplavam conhecimentos de domínio agrícola e pecuário, a saber: “Agronomia Geral e Especial – Zootécnica Geral e Especial – Horticultura Geral e Especial – Avicultura Pomicultura – Combate às doenças e pragas das plantas cultivadas – Tecnologia – Jardinacultura – Palestras sobre organização e finalidades dos Clubes Agrícolas”. (SERGIPE, 1950, p. 54).

A urgência de preparar os professores era para que esses ingressassem nas escolas rurais, uma vez que elas já estavam sendo construídas em todos os territórios do estado, pois o grande contingente de professores leigos que vinha atuando nas escolas primárias precisava ser substituído. Assim, para entender esta relação entre o conhecimento e as experiências vividas no meio rural, tomo como base os pressupostos da História Cultural, que tem como propósito principal “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Neste sentido, busco as “brechas” que se inserem entre o normatizado e o vivido, o ideal e o real, o prescrito e o praticado. Em relação às brechas, diante de tal contexto como já sinalizado, era congruente e natural acelerar o processo de formação de professores baseados num currículo aprovado pelo Decreto lei nº 8,529 de janeiro de 1946, e pelo Decreto lei nº 8.530 de janeiro do mesmo ano, para atender às escolas rurais à proporção que fossem construídas.

O que ficou claro em relação ao currículo do Curso Intensivo foi que a Diretoria de Educação do Estado de Sergipe, embora tenha preparado 140 professores para atuarem nas escolas rurais, não seguiu o currículo apresentado inicialmente pelo Inep em sua totalidade. Fez uma adequação conforme realidade e condições do Estado de Sergipe. O que não quer dizer que foi uma atitude impensada, pois essa foi também uma “brecha” que o MEC/Inep permitiu aos estados brasileiros. Ainda sobre as brechas, ressalta Roger Chartier:

É nessa brecha que se apresenta o principal desafio da História cultural e dos trabalhos que nela se ancoram. [...] pensar a articulação entre os discursos e as práticas. Tecer considerações a partir dessa articulação se tornou um desafio porque as brechas existentes nessa união [...] insinuam reformulações, desvios, apropriações e resistências (CHARTIER, 2010, p. 47).

Por certo, os documentos analisados possibilitaram constatar que para a escola rural dar conta da mudança da mentalidade foi necessária a construção de um novo perfil de profissional que contemplasse o pedagógico e a agricultura. Entretanto as condições naturais, matérias somadas à falta de formação específica, de certa forma não contribuíram para que o prescrito fosse posto em prática. Em relação à mudança de mentalidade, os alunos percebiam e se orgulhavam deste modelo de escola, assim o ex-aluno Luiz Antonio Barreto, 67 anos, revelou nesta entrevista. Tendo estudado na escola rural nº 149, no povoado Pedrinhas, município de Boquim, no território Sul sergipano, ele relembrou não só sua visão histórica do que representaram as escolas rurais, mas também o que representou sua professora neste tipo de escola.

No campo, o aluno aprendendo a lidar com os terrenos, com a água, com tudo e o conhecimento na cabeça de uma professora que sabia dividir internamente os alunos, até porque eles estavam aprendendo. Essa coragem de José Rollemberg Leite contou com a participação do professor Acrísio Cruz que era já ligado à escola normal, era ligado ao ensino particular, era autor de livros didáticos de Ciências, Língua Portuguesa, uma série de trabalhos e um homem que transitava bem no mundo intelectual, cultural e político da sua época. Então, ele formou uma equipe e fez uma experiência que eu considero bem-sucedida e me orgulho muito de ter sido aluno da escola rural de Pedrinhas, junto a Boquim, e de ter conservado a admiração pela minha professora que então ainda jovem mãe de família, que cuidava dos filhos e cuidava da escola, cuidava da comida e cuidava do saber e inclusive cuidava da merenda que nós tínhamos lá na escola. E viva, vendo a família criada, tem filhos médicos, filhos professores e um filho padre que é formado em Filosofia, que é Fernando Ávila. A professora Maria Ávila Soares é um exemplo de como o ensino rural era naquela época importante para dinamizar a vida social porque a riqueza se concentrava em Aracaju e em alguns municípios produtores e o restante da população era dependente dos favores públicos. (Luiz Antonio Barreto, 2012).

Neste sentido, ao problematizar a fonte, seja ela escrita ou oral, pude perceber que muitas vezes o que está escondido, camuflado ou despercebido, pode ter outros sentidos. Deste modo, o meu propósito ao lidar com qualquer um dos documentos aqui utilizados foi identificar o que está por trás das intenções de forma muitas vezes ideológica e subjetiva.

Nesta perspectiva, Jacques Le Goff assegurou:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também, das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1990, p. 547-548).

Assim, foi possível perceber nas lembranças dos entrevistados que as formas de ingresso e de permanência dos professores nas escolas rurais do estado de Sergipe ressoam como denúncias, isso porque os entrevistados rememoram interesses políticos exteriores e por vezes antagônicos à legislação educativa vigente que interferiram no processo de contratação e efetivação dos professores na rede pública do estado. Mais uma vez o vivido vai de encontro aos documentos prescritos, o que pode ser explorado talvez pela necessidade de contratação dos professores que já atuavam sem formação específica, ou que sabiam os rudimentos da educação e eram convidados por um político para assumirem a sala de aula como professor na rede pública de ensino. Sobre isso, revela Elienalda de Souza Reis, que se tornou professora em 1942. Ela ingressou como professora da Escola Rural do povoado Convento, no Município Indiaroba/SE, no período de governo de José Rollemberg Leite, em 1947, e residia no mesmo local até a data da entrevista.

[...] Eu fui ser professora, proveniente de política, meu marido era político, tinha aqueles políticos que ia lá para casa e eu fazia comida. [...] Zeca da Boa Vista, era prefeito, não saía nunca da prefeitura de Indiaroba. Ele era um grande usineiro de Sergipe, ele, se acabou-se em nada. Me levou, porque o meu esposo não sabia ler, eles queriam darem um emprego a ele, mas ele não sabia ler nem escrever, então me deram para mim, como professora, devia ter uns 20 anos, era mais ou menos isso. Eu comecei a ensinar, aqui no povoado do Convento, chamava-se escola rural, mas era do Estado. Aonde eu ensinava, um salão e a casa da professora do outro lado. Fizeram a casa da professora, tinha o salão de ensinar, na frente mais para lá, tinha a casa, fizeram a casa para a professora ficar. Morei, só saí porque o governo de..., ele já morreu também. Era, José Leite. [...] horário de aula pela manhã, das 8 até as 12. Da primeira à quarta série, ensinava tudo junto na mesma sala, eu partilhava com uma das minhas alunas, que fosse, que tivesse competência para ensinar e tomar a lição deles e fazer o serviço deles, e eu ficava com a segunda, a terceira e a quarta junta. Das matérias ensinava Português, é o primeiro né, Português, Matemática, Ciência, Geografia, Geografia com História era junto. Eles davam a lição do A, B, C depois eu passava aquelas letras no quadro, para eles aprender escrever no caderninho deles, aquelas letrinhas, era assim que eu fazia, e na tabuada de números era primeiro de um até 100, quando terminava tudo isso começava em outra matéria, na casa de somar, escrever, ler a tabuada de somar, fazer umas continhas, até que quando eles saíam da quarta série, todos eles sabiam o que eram uma tabuada, e o que é uma conta toda, todas que eu ensinava, todos eles sabem. Em Português começava com a cartinha

do povo, a cor da capa era azul. Os pais compravam, eles vinham pra aula, cada um eu mandava o bilhete, demora uns dias trazia, para aprender e conseguir a leitura em História eu ensinava a história do Brasil e em Geografia eu ensinava, os Estados, porque ensinava as Capitais, Capital de Sergipe-Aracaju. Era sempre da primeira à quarta, 28 anos, foi aposentada com 30 anos, porque eu nunca recebi, nunca tirei licença prêmio. (Elionalda de Souza Reis, 2012).

Da mesma forma aconteceu com Maria do Carmo Fontes Silva, que nasceu em 10 de junho de 1934, no sul da Bahia, em um povoado que se chamava Macuco, hoje Buerarema, mas foi no início da década de 1950 que passou a ser professora da Escola Rural do povoado Carnaíba, no município de Riachão do Dantas, Centro-Sul de Sergipe:

O Senhor José Almeida Fontes, me trouxe para, pra trabalhar junto tomando conta do comitê, que de primeiro não tinha nome de comitê mais era comitê, aí eu ficava lá pra tomar conta das coisas que.... antigamente, davam merenda, davam foice e inchada aí eu ficava lá pra dar essas coisas, ficava no comitê pra abrir pra dar essas coisas. Ele ganhou para deputado aí me levou pra Aracaju e me botou no Estado. Quando comecei a ensinar eu só tinha a quarta série, comecei a trabalhar como professora na Escola Rural Povoado Carnaíba, município de Riachão do Dantas, eu tinha 30 alunos, depois que eu comecei a ensinar eu voltei a estudar [...] (Maria do Carmo Fontes Silva, 2012).

Por essas narrativas pode-se perceber que as professoras entrevistadas, Elionalda e Maria do Carmo, não se recordam de terem realizado qualquer tipo de formação específica, entretanto lembram-se dos motivos que a levaram a ingressar no quadro de funcionário público estadual em maio de 1951. Ainda tratando da forma de ingressar como professor de escola rural, as narrativas dos referidos entrevistados Antonio Vieira Dantas, José dos Santos Monteiro e Sizenard Souza de Araújo, além de evidenciar a não formação específica dos seus respectivos professores, sinalizam que eles atuavam nas escolas rurais mediante política de indicação, a exemplo de Luzinete Caetano Pereira: “Na 7ª Série eu comecei ensinar. Fui ao prefeito, o prefeito era muito amigo do meu pai, aí minha mãe foi lá e pediu pra ele. Aí ele disse: arrume os alunos que eu deixo você ensinar. Eu ensinei bem aqui na cozinha” (Luzinete Caetano Pereira, 2016). Volto a dizer que Luzinete Caetano foi matriculada na condição de aluna da Escola Rural nº 90 em 1951, tempos depois, já no final da década de 70, gestou-se professora na sua própria casa, inicialmente com uma turma pequena, depois surgiu oportunidade para trabalhar na escola rural em que estudou.

Foi valendo-me das entrevistas e narrativas dos alunos/professores sobre a formação pedagógica específica para atuar escola rural, que elaborei um quadro composto com os nomes e as respostas dos ex-alunos. Aos alunos perguntei se a formação do seu professor foi na escola

normal rural condizente com a proposta do MEC. No mesmo quadro também consta os nomes das professoras que trabalharam na escola rural. Às professoras perguntei se fizeram curso específico para lecionar na escola rural. Assim, pode-se ver no quadro a seguir o nome do aluno/professor e respectivas informações.

Quadro 8 – Formação específica de professores para Escola Rural

Nº	Fonte/aluno entrevistado	Nome do Professor	Formação específica para atuar na Escola Rural	Escola Rural onde lecionou
01	Maria Gedalva Silva de Jesus	Maria Helena	Não	“Calumbi”
02	José Domingos	Matilde	Não	“Cedro”
03	José Armando de Jesus	Carmelita	Não	“Malhador”
04	José Monteiro dos Santos	Acinete Bispo	Não	“Água Fria”
05	João Balbino dos Santos	Maria Rabelo Leal	Sim	“Salobra”
06	Luzinete Caetano Pereira	Edite Farias de Araujo	Sim	“Sobrado”
07	Maria Matilde de Melo	Não lembrou	Não	“Patioba”
08	Maria Conceição Santos	Zuleide Nascimento	Sim	“Miranda”
09	Manoel Vieira Cruz	Não lembrou	Não	“Cruz da Donzela”
10	Maria Pureza Silva	Santinha	Sim	“Espinheiro”
11	Manoel Carlos dos Santos	Alaíde Teles de Barreto	Sim	“Pedras”
12	Otilia dos Santos	Alaíde Teles de Barreto		“Pedras”
13	Antonio Vieira Dantas	Terezinha	Sim	“Bravo Urubu”
14	Joana Silva Santana	Não lembrou	Não	“Quixaba”
15	Maria Lucia Santos Costa	Não lembrou	Não	“Lagôa Grande”
16	Joseferina de Andrade	Não lembrou	Não	“Mangabeira”
17	Agnália Ferreira Alves	Não lembrou	Não	“Brejão”
18	Maria Teles	Não Lembrou	Não	“Cabrita”
19	Isabel Cruz	Sizenard de Souza	Sim	“Cabrita”
20	João Francisco Nascimento	Sizenard de Souza	Sim	“Cabrita”
21	Josefa Cardoso	Não lembrou	Não	“Lagoa de Dentro”
22	Zilda Farias	Maria Ávila Soares	Não	“Pedrinhas”
23	Luiz Antonio Barreto	Maria Ávila Soares	Não	“Pedrinhas”
	Fonte da entrevista	Nome Professora		
24	Apes	Maria José Nascimento	Cursando	
25	Apes	Neurides Nunes	Cursando	
26	Moes	Maria Luísa Barbosa	Não	
27	Moes	Acinete Almeida Bispo	Não	
28	Moes	Maria do Carmo Fontes	Não	
29	Moes	Elenalda de Souza Reis	Não	
30	Moes	Maria Dagmar Menezes	Não	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das narrativas e dos dados nos relatórios de aula prática disponíveis no Apes.

De acordo com os dados apresentados acima evidenciou-se que professores envolvidos na escola rural não tiveram formação pedagógica específica para atuar neste tipo de escola. Com base nas respostas dos 23 alunos, mesmo sendo uma amostra, nos é revelado que 74% dos professores não foram formados para atuar nas escolas rurais; apenas 24% tiveram a formação específica. Percebe-se que dos 7 (sete) sujeitos entrevistado por Moes e Apes, apenas 2 (dois) foram cursistas para atuarem nas escolas rurais, mas não trabalharam nas escolas pesquisadas; e 5 (cinco) professoras trabalharam nas escola rurais, mas não fizeram curso específico. Quanto ao nome da professora, 6 (seis) alunos não se lembram ou não quiseram responder. O que se pode perceber é que o projeto de implantação das escolas rurais ocorreu com mais celeridade entre os anos de 1947 e 1951, e não considerou o número de professores formados da rede pública estadual que pudessem se especializar para trabalhar na escola rural por dois motivos: primeiro porque o currículo preconizado pelo MEC trazia um conteúdo específico para as escolas típicas rurais; segundo porque os professores deveriam morar na escola. Este grau de exigência certamente afastou a possibilidade de os professores da rede participarem da área de trabalho docente.

Uma vez identificada a formação dos professores, se fez necessário analisar quais materiais didáticos e práticas educativas circularam no interior da sala de aula nas escolas rurais no estado de Sergipe, informações que outros personagens como: Zilda Farias Lopes, 74 anos; Maria da Conceição dos Santos, 74 anos; Maria Pureza da Silva Santos, 83 anos; Maria Gedalva Silva dos Anjos, 71 anos; Maria Lúcia doa Santos Costa, 72 anos; João Balbino Santos, 72 anos; José Armando de Jesus, 76 anos; e Zeferina Santos de Andrade, 77 anos, dão a ver por meio das lembranças. As narrativas sobre os materiais tornaram-se um fio condutor entre o prescrito e o vivido, no sentido de desmistificar o significado aparente dos documentos, e foi assim que as fontes de pesquisa continuaram a ser indagadas e problematizadas.

3.2 Material “didático” rural oferecido pelo estado para execução das práticas educativas

A materialidade da escola não se resume aos objetos e suportes da escrita. Os espaços e os tempos escolares, bem como toda uma memorabilia que constitui o universo da escola, como carteiras, móveis, estratos, relógios, dentre outros são elementos importantes para o entendimento das práticas escolares. (VIDAL, 2009, p. 108).

O que serve de epígrafe para este subitem remete à discussão sobre o campo mais específico das práticas escolares. Diana Gonçalves Vidal, no IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, participou da mesa-redonda intitulada “Cultura, modelos e práticas educacionais”, na qual denominou sua apresentação “Cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em história da educação” e analisou duas categorias de pesquisa: cultura e práticas escolares. As práticas escolares, por serem constituintes das práticas culturais implicam que elas não são individuais. As práticas escolares estão intrinsicamente relacionadas com as práticas culturais, por isso pode-se afirmar que as práticas jamais são individualizadas, ainda que sejam ativadas individualmente por cada indivíduo. Nesta direção, elas nos leva a refletir sobre as questões históricas e também sobre as circunstâncias educacionais em que foram originadas.

Desta forma, o material didático (cartilhas, livros, cadernos) expressa tanto a prática escolar como também a cultural, mas até meados do século XX. Sobre os livros didáticos, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, no texto *As lições de português para o ensino ginasial no Estado Novo, nas Páginas floridas*, afirma que:

No período do estado novo e na perspectiva de investigação da produção e circulação dos livros didáticos, verificam-se de um lado as prescrições do governo de Vargas que estabeleceram padrões de centralização e de controle pela comissão nacional do livro didático criada inicialmente pelo Decreto Lei nº 1.006 de 30 de Dezembro de 1938 e regulamentada sucessivamente por diferentes decretos até a consolidação pelo decreto lei nº 8460, de 26 de Dezembro de 1945. (FREITAS, 2011, p. 93-94).

Diante desta dificuldade em relação ao material didático para circular e também atender às escolas tipicamente rurais no estado de Sergipe, o governador José Rollemberg Leite fez aquisição de material, como mostra a seguinte mensagem: “A aquisição de material didático especial para aquele ramo de ensino não se fez sem o dispêndio de, pelo menos, dois mil cruzeiros por escola” (SERGIPE, 1948, p. 13). Segundo Vidal e Faria Filho (2005, p. 51), a escola brasileira “[...] foi, sobretudo no final do século XIX, sendo invadida por todo um arsenal inovador de materiais didático-pedagógicos (globos, cartazes, coleções, carteiras, cadernos, livros...)”. Ainda segundo estes autores, e direcionando o olhar para as escolas rurais, pode-se afirmar que aspectos e propostas para circulação de material para equipar as escolas rurais foram sendo incorporados, embora paulatinamente.

No caso de Sergipe, o governador José Rollemberg Leite, no início do seu governo, definiu três prioridades em relação à educação sergipana que deveriam ser atendidas. As duas primeiras tratavam do aumento da rede escolar rural e a formação de professores para atuarem nas escolas rurais, como já analisado anteriormente. E por fim, aparecia a necessidade de aparelhar as escolas rurais. A proposta material para este tipo de escola envolvia elementos voltados para as atividades do campo, a exemplo de sementes e mudas como as de “[...] tomate, pimentão, beterraba, couve, repolho, nabo roxo, cenoura, pepino, quiabo, alface, coentro, rabanete, chicória, abóbora, ervilha, girassol, milho, amendoim, feijão de porco (LEITE, 1949, p. 63). Bem como “[...] carteiras, bancas, cadeira, quadro-negro, cavaletes, mapas, mesa de jantar, guarda-comidas, camas, colchões, travesseiros, guarda-roupas, penteadeiras, estantes, bureaux, grupo com 4 peças” (LEITE, 1951, p. 72-73).

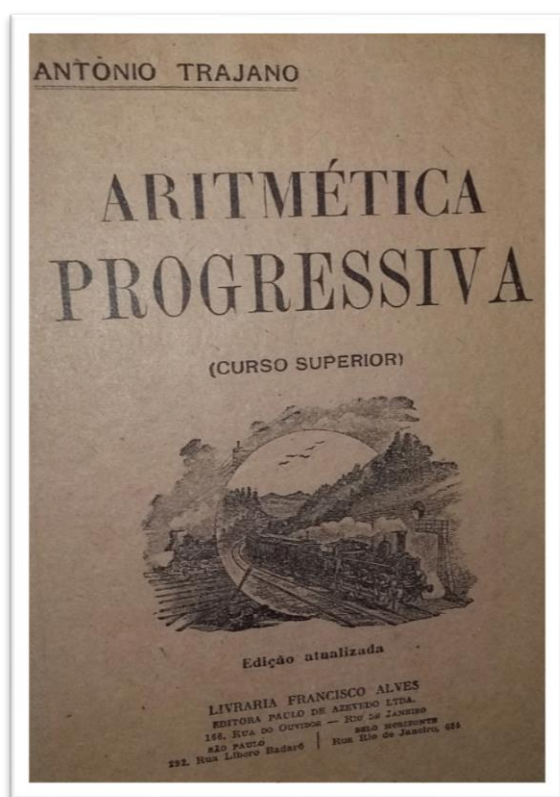
Na mensagem que tratou de realizações, numa espécie de despedida de final de mandato, o governador José Rollemberg Leite, em 1951, assim se expressou:

O Departamento de Educação empregou todos os meios para prover as escolas de mobiliário e material didático, quer com os recursos próprios do Estado, quer com auxílios federais, tivemos de encerrar esse aspecto de atividades educacionais. O problema de equipamento escolar em Sergipe era desolador, no começo do meu governo havia 166 escolas primárias sem mobiliário e as crianças escreviam de joelhos. Felizmente todas unidades escolares exceto as criadas no fim do ano passado, estão dotadas de equipamentos necessários e instrumental agrícola. (LEITE, Mensagem, 1951).

A pergunta que se faz é: como esse material se apresentou nas escolas rurais sob responsabilidade do Governo do Estado no período de 1947 a 1951? Vejamos o que nos informa a ex-aluna Zilda Farias Lopes, 74 anos, que estudou no início da década de 1950 na escola rural nº 149, localizada na cidade de Pedrinhas/SE, território Sul sergipano. Em relação ao material didático utilizado na escola rural, Dona Zilda descreveu e até mostrou em sua estante os livros didáticos que estudou, entre eles: o livro de Antonio Trajano, *Aritmética progressiva*, Ed. 78ª, publicado pela Livraria Francisco Alves, Editora Paulo de Azevedo LTDA, Rio de Janeiro/RJ, no ano de 1948; *Geographia e História do Brasil: para uso de todas as classes primarias*, Ed. 48ª, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1933, de autoria de Gaspar de Freitas; *Crestomatia: excertos escolhidos em prosa e verso*, Ed. 1ª, Editora Globo, Porto Alegre, 1932, de Radagasio Taborda. Inclui-se neste registro a publicação do livro didático direcionado ao Curso Primário de Acrísio Cruz: *Ciências físicas e naturais*, editado pelas Oficinas Gráficas da Livraria Monteiro, Aracaju/SE, s/d.

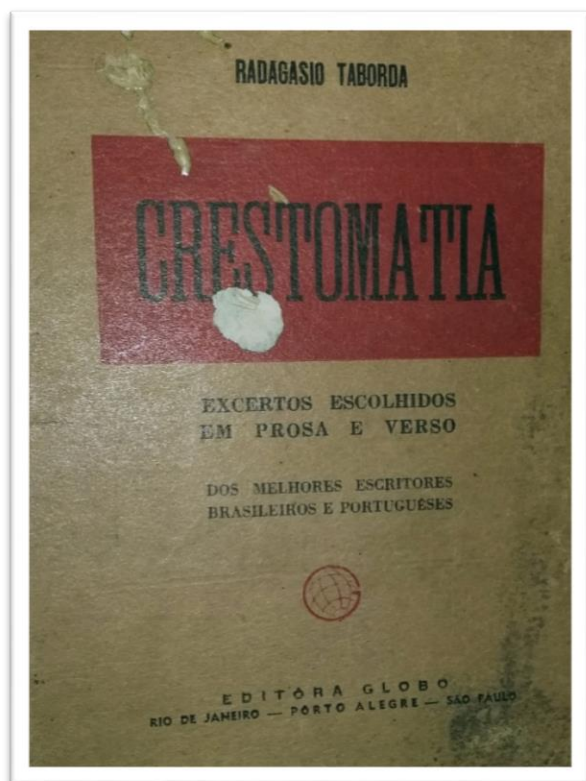
Numa acalorada conversa e com muita satisfação pelas lembranças da época em que estudou na Escola Rural, Dona Zilda levantou-se, dirigiu-se ao arquivo particular que fica visível na sala de visitas, escolheu alguns livros e trouxe quatro exemplares de assuntos diferentes. Fiquei pasmo com a data de publicação e o estado de boa conservação dos livros. Embebecido pela felicidade da entrevista, registrei a imagem de alguns livros, como é possível visualizar nas figuras 7 e 8.

Figura 7 – Livro didático (*Aritmética progressiva*)



Fonte: Arquivo particular de Zilda Farias, 2016

Figura 8 – Livro ditático (*Crestomatia*)



Fonte: Arquivo particular de Zilda Farias, 2016.

No que se refere aos materiais utilizados, é possível apreender que na Escola Rural nº 149 o material didático se fez presente, isso com base na entrevista da referida aluna Zilda Farias, que em sua narrativa vai mais além, e num tom de elogio à escola ela revela que sua professora começava a aula “pelas lições do livro didático”. No ensino de Geografia, por exemplo, a professora não mostrava o mapa. “Da mesma forma ela fazia nas aulas de História que era o mesmo livro de Geografia. Nós só lia somente nos livros e dava a leitura a ela de cor. Já em Matemática era diferente, não decorava” (Zilda Farias Lopes, 2016). Notadamente o Departamento de Educação do Estado de Sergipe, moveu meios para mobiliar a escola e suprir de material didático.

O que se pode intuir, a partir da narrativa da entrevistada e de outras que antecederam, é que o aprendizado foi baseado na repetição como elemento do método decorativo, o ensino independia do aluno, pois esse não tinha o poder de contestar e nem de dar a sua opinião. No caso, cabia ao aluno a função da aprendizagem crua e decorativa, e ao professor a função do ensino direto e sem delongas. Com relação ao material didático, ao tencionar o escrito e o vivido, na mensagem acima citada o governador afirma ter empregado todos os meios para prover as escolas de mobiliário e material didático, quer com os recursos próprios do Estado, quer com auxílios de verbas federais. Mas diante da configuração das escolas rurais e de alguns

indícios captados no decorrer das entrevistas coube a pergunta: todas as escolas rurais receberam igualmente o material didático?

Embora a ex-aluna Zilda Farias se recorde dos livros que recebeu e estudou na Escola Rural no povoado Pedrinhas, muito diferente aconteceu com a ex-aluna Maria Pureza Silva Santos, 83 anos, que estudou em 1948 na Escola Rural do povoado Espinheiro, no município de Japoatã, território do Baixo São Francisco. Ela afirma que nunca recebeu um livro do governo e continuou narrando sobre seu tempo de aluna:

A professora pedia às mães para irem comprar, né? Aí tinha que comprar cartilha, caderno, livro, que naquela época tinha livro de leitura, para ler todo dia uma leitura. E hoje não está se usando mais. Mas tinha que todo dia a gente ler uma leitura, e tinha que comprar, não sei. Ela pedia assim, o livro, os que precisavam, não é? O principal era leitura, ciências, que chamava, naquela época era ciências naturais. Era, as crianças, no primeiro ano era Ensino Rápido, que ela tinha um livro chamado ensino rápido, eu estudei com ele. Tinha Matemática, tinha, como é o outro? Ciências Físicas Naturais, que era o nome do livro. Como será, meu Deus? Eu esqueci do outro. (Maria Pureza Silva Santos, 2016).

Pela narrativa da aluna Maria Pureza Silva Santos, e de outros interlocutores, ficou perceptível o uso de uma *Cartilha do povo*, que era utilizada em todo o território brasileiro. A *Cartilha do povo* foi publicada pela Editora Melhoramentos, sendo lançada pela primeira vez no ano de 1928, sua última publicação data de 1994 (ver Anexo 2).

Nesta direção, e ainda com referência aos materiais didáticos utilizados nas escolas rurais, as narrativas dos sujeitos entrevistados (ex-alunos/professores) permitem perceber uma ausência de livros didáticos. A este respeito ouvi outro interlocutor, Maria Gedalva Silva dos Anjos, 72 anos, ex-aluna da Escola Rural do povoado Calumbi, município de Nossa Senhora do Socorro/SE, território da Grande Aracaju. Sobre o material da escola no ano de 1951 ela rememorou que:

Tinha carteiras, quadro onde a professora escrevia, [não lembra dos detalhes das carteiras], a mesa da professora era uma banca [...] já os livros tinham que os pais compravam. Acho que eram os pais que compravam, se não me falha a memória. O meu, como meus pais eram muito pobres, mas eu tinha um tio que era, sabe, bem de vida, e meu tio fornecia, das minhas primas, e quando eu precisava de qualquer coisa ele mandava. Quando não, meus avós compravam. (Maria Gedalva Silva dos Anjos, 2016).

Desta forma, tendo em consideração que a cultura escolar abrange o que se propõe a ser ensinado na escola, ainda com relação ao método de ensino, o teatro de fantoches com vistas a

ensinar, contar histórias e encantar, foi uma prática pedagógica desenvolvida no curso de formação de professores rurais, por meio do movimento das mãos do professor “ator”, que manipula o fantoche, narra as histórias e transcende a realidade, transformando o real em momentos de magia, alegria e sedução (ver Anexo 3).

O estudo da materialidade do livro, caderno e cartilha, não deve supor uma relação nitidamente transparente entre eles, pois há que se considerarem também as ações pedagógicas desenvolvidas no interior da escola para compreender seus registros na qualidade de indícios de um conjunto de procedimentos e atividades desenvolvidas no intraescolar, uma vez que devemos desconfiar da homogeneidade da cultura e das práticas escolares.

Neste sentido, o que dizer a respeito das escolas rurais quanto à mobília e outros materiais? Como podemos caracterizá-las? O mobiliário escolar prescrito, mesmo sendo o mínimo oferecido pelo Estado, foi necessário para assegurar as condições básicas de funcionamento das escolas rurais? Por certo esta novidade de equipar as escolas ecoou nos discursos, enquanto artefatos inovadores. Por ser inexistente em muitas outras unidades de ensino houve a necessidade de investir na mobiliária das escolas rurais. A este respeito, a mensagem do Governo publicada no dia 7 de fevereiro de 1949, documento nº 134, Decreto 10.504, assim consta: “autoriza à abertura pela Secretaria da Justiça e Interior o crédito especial de Cr\$ 224, 000,00 cruzeiros para atender as despesas com aquisição de mobiliários e instrumentação agrícola para as escolas rurais”.

Ainda em 1949, a relação do mobiliário escolar que foi distribuído para as escolas rurais era composta de: 2.598 carteiras distribuídas; 120 bancas; 849 cadeiras; 147 quadros-negros; 149 cavaletes; 206 mapas; 149 mesas de jantar; 145 guarda-comidas; 300 camas; 300 colchões; 148 penteadeiras; 144 estantes; 25 bureaux, (SERGIPE, 1951, p. 73). Assim, foram distribuídos os mobiliários das escolas e de residências para professora nas escolas rurais, o que por um lado se constitui em um grande conforto para a comunidade local e por outro lado a comodidade da mestra, que se distanciava de sua família, para o exercício do magistério no interior, em condição de vida diferente do seio familiar.

A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira foi analisada por Dominique Julia (2001). Para ele, “[...] é um conjunto de normas que definem os conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, é um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Desta forma, além de considerar os decretos, os documentos que de forma legal asseguraram o ensino rural, adentrei pelas práticas escolares e como os alunos foram ensinados. Como pode ser entendido, a importância da categoria

concentra-se nas práticas executadas pelos sujeitos no seu cotidiano. Para elucidar melhor sobre as práticas desenvolvidas no interior da escola recorro à narrativa da ex-aluna Zeferina Santos de Andrade, que assim se expressou sobre as práticas escolares na escola rural:

Nessa escola rural tinha duas classes, a professora dormia nessa outra classe, era em outro ambiente. A escola era boa porque nesse tempo ensinava direitinho. Nesse tempo tinha como, e hoje em dia é que ninguém pode ensinar, não é? Só se tiver boa vontade para estudar. A professora, para mim, era boa. Era baixa, morena, veio para aqui já sendo professora formada, ela começava pegando na mão pra cobrir, lembro da sabatina, palmatória, quem perdesse no argumento, o colega batia, mas eu gostava de Português. Só era a de eu ler. Ela ensinava nuns quadros, uns mapas lá para a pessoa copiar, para saber distinguir como era, como não era. Tinha uns mapas lá nas paredes. (Zeferina Santos Andrade, 2016).

Como pode ser detectado também nas lembranças de Agnália Ferreira Alves, ex-aluna da Escola Rural do povoado Brejão no município de Brejo Grande:

A professora começava ensinar a cobrir as letras. A primeira vez que a gente chegava, assim, na primeira, ela pegava na mão e a gente escrevia junto com ela. Então, não era com lápis, e nem era caderno. Era umas pedras do jeito de um quadro. Todo mundo levava aquela pedrinha assim, e ela pegava na mão. Tinha um creião. O lápis era um creião. Entendeu? Aí ela pegava, olhe, na mão de todos eles. Era 40 e pouco menino. E todo mundo ela... Quem já sabia fazer as letra, ia fazer sozinho, quem não sabia ela ia ensinando de uma por uma. Fazia ditado com os maiores. [...] A gente brincava no recreio de roda, e pinta lainha, tinha uma ruma de menino, sentava assim no chão, que era encimentadozinho que nem aqui, a gente fazia aquela roda, aí botava as mão assim, aí saia beliscando: pinta lainha mandou dizer pra tirar essa que tá por aí. Uma tirava a mão, a outra ficava, ia até quando tirava a última. Já a lição ela tomava de um em um. Tinha também sabatina. É perguntar, se errasse... Ela. Levava o bolo [palmatoada], na época. Chamava bolo. Tinha uma palmatorinha. [...] Das disciplinas, de Português, de fazer as contas, qual a que eu mais gostei foi Matemática. (Agnália Ferreira Alves, 2016).

A professora Maria Pureza Silva Santos também revelou sobre as práticas:

Ela ensinava cobrindo as letras, depois ia para o ABC, caligrafia, ensino rápido, matemática somar as continhas, tomava lição um por um, se errasse tomava palmatoria, das práticas agrícolas, plantava feijão, milho, macaxeira, verdura, quiabo, maxixe, tomate, na escola tinha merenda, tinha água para aguar as plantas, não comprava nada. O irmão da professora orientava nos cuidados de limpar e colher o material era tanto milho que às vezes enchia o galpão. As meninas usava uma enxadinha para cavar e plantar, quando recebia visita a gente ficava em pé cantando, tinha música para receber ao visitas, todo fim de mês vinha visita. O professor Acrísio Cruz e o governador José Rollemberg Leite, e muita gente veio com eles visitar a escola, a gente recebeu com uma musiquinha muito bonita e foi uma festa muito grande nesse dia,

depois seguimos para frente da escola cantamos o nacional, o hino de Sergipe e no mesmo dia plantamos duas árvores na frente da escola, até que nesse dia ele deixou uma papelada, livros, cadernos, canetas, deixou tudo para os alunos de presente. (Maria Pureza Silva Santos, 2016).

Assim, as experiências narradas referentes à cultura e práticas escolares no interior da escola rural não terão uma única memória. Quando aqui trato de memória, utilizo esta categoria histórica segundo Le Goff, que a considera como um documento, um monumento capaz de gerir diferentes representações. Isso significa dizer que memória e identidade são construções que reforçam nossas imagens. Como pode ser percebido na narrativa, o castigo físico foi uma prática desenvolvida no interior da escola e que fora utilizado com a finalidade de inculcar os conhecimentos e moldar as condutas. Vale ressaltar que os castigos contribuíam, também, para que a escola fosse bem vista e aceita, ao menos por aqueles que acreditavam na eficácia do método.

Assim, a escola rural, além de cumprir seu papel com os conteúdos, tinha outros valores e condutas a serem inculcados, para além do que compunha o currículo. A este respeito, o castigo físico se constitui outro elemento que compôs as práticas educativas. Desta forma, rememora José Domingos dos Santos, que estudou na Escola Rural do Povoado Cedro, município de Laranjeiras, e que para além de dar a ver os espaços escolares, também ressalta o seu modo de educar que inclui o castigo escolar.

A escola, ela tinha uma casa da professora, dois quartos, cozinha, sala, banheiro, e uma sala só para os alunos. Era muito boa porque a gente brincava bastante, a professora dava liberdade para a gente. Ela ensinava, ela tinha educação com todo mundo, com todos os alunos, agora ela era assim, rígida. Qualquer coisinha tinha palmatória. Nesse tempo tinha palmatória, ela batia na mão doía pra caramba. A forma de ensinar, ela usava quadro e giz, tinha carteira para escrever, ela fazia pergunta à gente, muitas vezes a gente não sabia as coisas de Matemática, tal, tal. Lembro que no recreio, a gente brincavam de pega-pega, corria, que o espaço da escola era grande, eu gostava. Lembro da farda, a gente vestia camisa branca, as meninas também, camisa branca, saia azul marinho, e a gente, a calça era caqui. Antigamente a cor que se usava mesmo era caqui, e tênis. Bamba. Chamava bamba, aquele que a cabeça era meio dura. (José Domingos dos Santos, 2016).

Além de José Domingos, os demais entrevistados também relataram sofrer castigos físicos, de modo que chamou minha atenção a ponto de compor o Quadro 9, explicitando os diferentes tipos de castigos aplicados nas escolas rurais do interior sergipano. Vejamos:

Quadro 9 – Tipos de castigos físicos

NOME	TIPOS DE CASTIGOS	ESCOLA QUE ESTUDOU
1 - Sizenard Souza de Araújo Data de Nascimento - 13/10/1927	Quando errava a lição “Ficar em pé”, se errasse a tabuada “palmatoada”.	Escola Rural pov. Cabrita, São Cristovão
2 - Maria da Conceição dos Santos	Quando conversava, ficar joelho.	Escola Rural pov. Miranda, Capela
3 - Maria Matilde de Melo Data de Nascimento - 13/05/1942	Se errasse a tabuada tomava bolo de palmatória.	Escola Rural pov. Patioba, Japarutuba
4 - Zilda Farias Lopes Data de Nascimento - 21/03/1943	Mal comportamento ficava em pé, se errasse na sabatina tomava bolo.	Escola Rural pov. Pedrinhas
5 - Maria Pureza Silva Santos Data de Nascimento - 27/03/1933	Mal comportamento ficava de joelhos, se errasse na sabatina tomava bolo de palmatória.	Escola Rural pov. Espinheiro, Japoatã
6 - Maria Gedalva Silva dos Anjos Data de Nascimento - 05/12/1944	Quem conversava fica em pé, se perdesse na sabatina tomava bolo.	Escola Rural pov. Calumbi, N. S. do Socorro
7 - João Balbino Santos Data de Nascimento - 10/07/1944	Quem fazia barulho ficava em pé, e se errasse na sabatina tomava bolo de palmatória.	Escola Rural pov. Salobra, Simão Dias
8 - Luzinete Caetano Pereira Data de Nascimento - 27/10/1944	Se conversasse na sala batia de régua, se errasse na sabatina tomava bolo.	Escola Rural pov. Sobrado, Lagarto
9 - Maria Lúcia dos Santos Costa Data de Nascimento - 12/05/1944	Se conversasse, castigo de joelhos, se errasse na sabatina, tomava bolo.	Escola Rural Lagoa Grande, Itabi
10 - Otília dos Santos Data de Nascimento - 15/08/1944	“Eu perdia muito na sabatina e tomava bolo”.	Escola Rural pov. Miranda, Capela
11 - Manoel Vieira dos Santos Data de Nascimento - 06/10/1941	Se conversasse na sala ficava de joelhos, se errasse na tabuada tomava bolo.	Escola Rural pov. Cruz da donzela, M. dos Bois
12 - José Armando de Jesus Data de Nascimento - 10/04/1940	Se conversasse na sala ficava de joelhos, se errasse na tabuada tomava bolo.	Escola Rural pov. Malhador
13 - Zeferina Santos de Andrade Data de Nascimento - 26/08/1939	“Tomei muito bolo, não gostava da contas”.	Escola Rural pov. Mangabeira, Itabaiana
14 - Maria José Teles de Menezes Data de Nascimento - 26/12/1936	Se conversasse na sala ficava de joelhos, se errasse na tabuada tomava bolo.	Escola Rural pov. Brejão, B. Grande
15 - Agnália Ferreira Alves Data de Nascimento - 08/10/1944	Se conversasse na sala ficava sem recreio e chamava a mãe.	Escola Rural pov. Brejão, B. Grande
16 - Maria Isabel da Cruz Santos Data de Nascimento - 06/04/1943	Se errasse na tabuada tomava bolo.	Escola Rural pov. Cabrita, S. Cristovão
17 - João Francisco do Nascimento Data de Nascimento - 20/06/1943	Se conversasse na sala ficava sem sair no horário até a mãe chegar.	Escola Rural pov. Cabrita, S. Cristovão
18 - Joana Silveira Santana Data de Nascimento - 17/12/1935	Se fizesse barulho perdia o recreio e não saía no horário.	Escola Rural pov. Quixaba, N. S. da Gloria
19 - Josefa Cardoso dos Santos Data de Nascimento - 28/06/1953	Se conversasse na sala perdia o recreio.	Escola Rural pov. Lagoa Redonda, Arauá
20 - José Domingos dos Santos Data de Nascimento - 01/05/1942	Se errasse a lição repetia várias vezes a mesma lição.	Escola Rural pov. Cedro, Laranjeiras
21 - Manoel Carlos dos Santos Data de Nascimento - 06/10/1941	Se conversasse na sala perdia o recreio.	Escola Rural pov. Pedras, Capela
22 - Antonio Vieira Dantas Data de Nascimento - 15/09/1945	Se errasse a lição perdia o recreio e repetia dez vezes a mesma frase.	Escola Rural pov. Bravo Urubu, N. S. das Dores
23 - Luiz Antonio Barreto Data de Nascimento - 10/02/1944	Por mal comportamento puxão de orelha.	Escola Rural pov. Pedrinhas
24 - José dos Santos Monteiro, Data de Nascimento - 02/02/1944	Se errasse palmatoadas, e mal comportamento ficava de joelhos.	Escola Rural pov. Agua Fria, Salgado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das narrativas dos alunos e professores entrevistados.

A partir das narrativas com os respectivos narradores, as memórias desses atores/sujeitos das escolas rurais sergipanas evidenciam marcas que apresentavam expressão de felicidade, mas quando começaram a tocar no aspecto dos castigos físicos, vieram expressões de tristeza. Entre os castigos, as palmatoadas foram as mais citadas dentre todos os mecanismos de punição utilizados. Talvez esta preferência possa ser justificada pelo fato da palmatória estar presente de forma mais direta nos processos do ler, escrever e contar, ou seja, auxiliando nas “tomadas de lições” e na arguição da tabuada, enquanto os demais castigos físicos foram específicos para corrigir comportamentos inadequados. Fosse por meio das palmatoadas, ficar de pé, ficar de joelhos ou qualquer outro tipo de punição, pelas lembranças dos entrevistados foi possível perceber que os castigos físicos faziam parte das práticas escolares e visavam inculcar conhecimento e modelar as condutas daqueles que estavam inseridos no ambiente escolar.

Foi valendo-me do trabalho intitulado *Dos castigos e das disciplinas: práticas escolares no território Sul Sergipano*, de Laísa Dias Santos, Raylane A. Dias Navarro Barreto e Rony Rei do Nascimento Silva (2012), que pude elucidar melhor sobre os castigos. Referindo-se ao modo rígido de educar da professora Maria Eurides da Silva, de 81 anos de idade, residente no município de Itabaianinha, estado de Sergipe, os autores assim esclarecem:

Eurides estudou apenas o primeiro ano primário com a professora Maria dos Anjos passando ainda pelo ensino das professoras “Maria Letícia”, que lecionou o segundo e terceiro ano, e professora “Regina”, que iniciou o quarto ano primário mas faleceu logo após começá-lo, o que ocasionou o abandono escolar da nossa personagem e consequentemente não conclusão da quarta série. Ela lembra que o modo de educar das professoras “era o mesmo”, porém Maria Letícia e Regina não eram tão “rígidas” quanto Maria dos Anjos; elas “castigavam menos”. Foi a partir desse momento que a nossa personagem deixa de ser aluna e passa a ser a professora segundo ela, “tão rígida quanto Maria dos Anjos de quem herdei tal característica” BARRETO; SANTOS; SILVA, (2012, p. 81).

Por meio das narrativas da entrevistada ficou claro como determinadas práticas são reproduzidas considerando, sobretudo, que são justificadas, pois visam moldar comportamentos e inculcar conhecimentos nas pessoas. João Balbino dos Santos estudou na Escoa Rural do povoado Salobra, município de Simão Dias, em 1948, e sobre isso rememorou:

Dona Maria Liá (Maria Rabelo Leal) veio de Simão Dias, mulher formada professora. A gente estudou com ela. Essa escola tinha uma parte do lado de cima que era a parte da escola mesmo onde ficava os alunos. Mais ou menos quarenta alunos e pra cá tinha uma área que era do recreio e do outro lado era onde morava a professora com o irmão. Ela veio solteira depois casou com

um rapaz daqui mesmo, chamado Zé de Antero, mas isso foi uma escola muito boa, a professora ensinava bem, tinha disciplina, a gente começava aprendendo o ABC, depois, Cartilha do Povo, depois o Livro de Paulo e por último o Manuscrito, era umas letrinhas de garrancho, quem passava estava formado. [...] Os bancos na escola sentava dois meninos, a mesa da professora era no alto como um palanque, ela chamava um por um para dá a lição que errasse, ficava de costa no canto da parede, ela tinha uma palmatória e também uma tábua, se brincasse já viu! (João Balbino dos Santos, 2016).

Outro elemento que compõe a cultura escolar são os uniformes, eles fazem parte da organização e identidade do aluno e da escola, pois eles são componentes obrigatórios. Suas cores e seu escudo (pintado ou bordado) identificam a escola, inclusive nesse a escola rural. A ordem e a disciplina, além de serem evidenciadas pelos castigos físicos, eram também impostas aos corpos pelos uniformes, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 9 – Uniforme da Escola Rural do pov. Mocambo em Frei Paulo



Fonte: Arquivo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC), 1948.

Na entrevista, Dona Maria Pureza Silva Santos, que estudou na escola rural Acrísio Cruz no povoado Espinheiro, município de Japoatã/SE, revelou que a escola não existe mais, foi destruída, “ficava ali” [apontando para a pista]. Na época era estrada de barro e com uma expressão de felicidade, com um sorriso discreto, ela falou da visita que o governador José Rollemberg Leite e o Diretor da Educação, Professor Acrísio Cruz, fizeram, no dia 21 de setembro de 1948, à escola.

O professor Acrísio Cruz e o Governador José Rollemberg Leite, e muita gente veio com eles visitar a escola. A gente recebeu com uma musiquinha muito bonita e foi uma festa muito grande nesse dia, depois seguimos para frente da escola cantamos o nacional, o hino de Sergipe e no mesmo dia plantamos duas árvores na frente da escola. Até que nesse dia ele deixou uma papelada, livros, cadernos, canetas, deixou tudo para os alunos de presente. Naquele dia foi marcante, quando a comitiva chegou, os alunos fardados, o receberam com uma música que o governador gostava muito, o governador encheu os olhos de lágrimas e agradeceu a cada um dos alunos. Nunca esqueço daquele momento. (Maria Pureza Silva Santos, 2016).

Por meio da narrativa da ex-aluna Maria Pureza, fica perceptível que a maneira de educar da sua professora se materializava na prática envolvendo orientações cívicas e morais. Paulatinamente as crianças iam recebendo conhecimento pedagógico e iam também sendo instruídas para receber qualquer tipo de visita na escola com uma música previamente ensaiada, principalmente quando a visita se tratava de políticos e diretores que vinham de Aracaju. Também há que se considerar outros aspectos evidenciados como o hasteamento da bandeira nacional e o uniforme padronizado na Escola Rural do povoado Espinheiro, município de Japoatã/SE.

O ex-aluno João Balbino dos Santos que estudou na Escola Rural do povoado Salobra, município de Simão Dias/SE, rememorou: “Em 1950, o uniforme era calça e camisa caqui, mas nem todos tinham, era muito pobre, poucos iam pra escola de farda, tempo difícil. Em 1953, saímos de Salobra para Boquim, através da seca que atingiu a região de Simão Dias foram três anos sem chuva”. (João Balbino dos Santos, 2016).

Como pode ser percebido através das narrativas apresentadas, existia um problema estrutural na gestão do órgão da educação sergipana com relação aos uniformes destinados às escolas rurais, como bem sinalizaram as narrativas de Maria Pureza Silva Santos e de João Balbino dos Santos. Isso porque a Escola Rural do povoado Salobra, no município de Simão Dias, não recebeu recursos do Estado, acarretando assim mais despesas para os pais dos alunos, os quais já não tinham muitas posses e viviam enfrentando situação financeira difícil para sustentar a família.

Por certo estas quatro últimas características (material didático, modo de ensinar, castigos físicos e uniformes) representam marcas que povoaram a memória de uma geração de alunos. Desta forma, as práticas escolares são balizares para o entendimento da cultura escolar, particularmente no que se refere à formação destes indivíduos. Considerando que os discursos, as formas de comunicação e as linguagens presentes no cotidiano escolar constituem aspectos fundamentais de sua cultura e dão a ver a maneira de educar das professoras, convidamos os ex-alunos: Luzinete Caetano Pereira, Manoel Vieira Santos, Antonio Vieira Dantas, Joana Silva

Santana, Sizenard Souza de Araújo, Maria Isabel da Cruz Santos, José Domingos dos Santos, João Balbino dos Santos, Manoel Carlos dos Santos e João Francisco do Nascimento, para melhor compor o cenário onde ocorriam os processos de ensinagem da Escola Rural.

3.3 Sobre as práticas profissionais e as apropriações discentes

As escolas rurais foram planejadas e construídas com sala de aula e com área para o desenvolvimento das ações pedagógicas que se constituíram espaços específicos sistematizados para o ensino tipicamente rural. Corroborando com esta ideia, Maria Elisabeth Blanck Miguel, no texto *As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961*, assim expressa a função da Escola Rural:

A função da escola rural confunde-se com o conceito que a acompanha, pois as escolas rurais, de mestre único, multisseriadas, fazem parte da história da educação brasileira, enquanto que as escolas rurais [...] criadas para preparar o homem produtivo que, além dos conhecimentos básicos dominasse as técnicas de plantio e fosse garantia de melhor produção, [...] foi sistematizada pelo Decreto-lei 9613, de 20 de agosto de 1946, como Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (MIGUEL, 2007, p. 83).

Sendo assim, a escola típica rural em suas dimensões exigia uma área de terra específica para execução das práticas agrícolas, pois suas tarefas iam além das ações em sala de aula, abrangendo, também, as práticas agrícolas. Neste espaço as crianças eram incentivadas e orientadas para aprender e desenvolver um trabalho com técnica de agricultura, relacionando os conhecimentos da realidade local com as técnicas trazidas por especialistas em Agricultura e Horticultura. Desta forma, à medida que iam se organizando, as escolas tipicamente rurais recebiam um instrumental agrícola, a exemplo das espécies de semente: tomate, pimentão, beterraba, couve, repolho, nabo roxo, cenoura, pepino, quiabo, alface, coentro, rabanete, chicória, abóbora, ervilha, girassol, milho, amendoim, etc.

Além deste material acima citado, o Ministério da Agricultura, em parceria com o Serviço de Educação Rural (SER), no dia 9 de abril de 1948, distribuiu o material escolar agrícola. No primeiro volume tinha uma caixa com duas dúzias de enxadões; seis caixas, cada caixa com duas dúzias de enxadas; uma caixa de inseticida (Arseniato de chumbo); três caixas com duas tesouras de poda; dois podões; uma caixa com fungicidas (pó de borboleta). Sobre isso, em 1949, o governador José Rollemberg Leite publica no *Diário Oficial do Estado* uma mensagem informando que foi dada assistência técnica às escolas rurais durante o ano de 1948.

Foi dada a assistência técnica as escolas rurais, durante o ano de 1948. Houve boa distribuição de material indispensável aos serviços agrícolas nas escolas como: inseticida, formicida, fungicida, ferramentas, instrumental agrícola, adubos químicos, sementes além de livros técnicos e publicações diversas. [...] nas escolas tipicamente rurais, foram organizadas hortas, jardins, pomares, torna-se partido de todas as práticas educativas. (LEITE, 1949, p. 26-27).

O quadro a seguir dá uma ideia do Serviço Rural em face do aparelhamento e instrumental agrícola distribuído nas escolas rurais em 1949:

Quadro 10 – Instrumental para escola agrícola

Nº	Especificação	Quantidade
01	Pulverizador	40
02	Bombas	10
03	Regadores de 10 Litros	30
04	Regadores de 5 Litros	60
05	Plantadores	30
06	Carrinho de mão	40
07	Serrote de poda	20
08	Machadinha	40
09	Cavadeira	10
10	Vangas	10
11	Tesoura de poda	20
13	Pá de bico	20
14	Plantadeiras para tração animal	02

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do Ministério da Agricultura, em parceria com o Serviço de Educação Rural (SER).

Referente às visitas técnicas nas escolas rurais nos anos estudados, ficou a cargo do técnico agrícola “professor” José Ribeiro, como era chamado, que por sua vez organizou um planejamento mensal para visitar todas as escolas rurais do estado de Sergipe. Atento à narrativa de Maria Pureza Silva Santos, que estudou e foi professora da Escola Rural do povoado Espinheiro, município de Japoatã, quando rememora que “o professor Acrísio Cruz e o governador José Rollemberg Leite, e muita gente veio com eles visitar a escola”, ficou perceptível que o governador e a equipe diretiva da educação de Sergipe visitassem as escolas rurais. Some-se este depoimento aos muitos registros de visitas da equipe diretiva às escolas rurais, desses escolhi o documento fotográfico que mostra o diretor do Departamento de Educação e o governador José Rollemberg Leite no meio de plantações de uma escola rural, como pode ser visto na Figura 10.

Figura 10 – Governador e diretor da educação rural visitando uma escola rural



Fonte: Acervo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC), foto ano 1948.

Com relação ao material didático e instrumental utilizado na escola rural do povoado Sobrado, no município de Lagarto, território Centro-Sul do estado, a narrativa de outro interlocutor convidado, desta vez a ex-aluna Luzinete Caetano Pereira, 72 anos, foi esclarecedora:

Estudei na tabuada. Sexta-feira era dia de argumentação para responder o que estudou durante a semana. Gostava também do Português do livro Crestomatia, mas odiava Geografia. Das práticas agrícolas, nós usava as coisas da escola: enxada, pá, para fazer as plantações de batata, macaxeira, inhame, verduras, hortaliças. (Luzinete Caetano Pereira, 2016).

A Lagartense Luzinete Caetano, nascida e criada nos arrabaldes do povoado Sobrado, iniciou os estudos como assistente na casa da professora. Quando completou sete anos foi matriculada, em 1951, na escola rural nº 90, localizada no referido povoado. Ao rememorar, narra com satisfação como eram as plantações. Fala também, com o mesmo entusiasmo, do material que tinha na sala de aula como birô e quadro, disse gostar de Português, que odiou Geografia e Matemática – nesse momento a fisionomia dela mudou totalmente –, e continuou falando dos castigos que sofreu, como ficar em pé, de joelhos, tomar palmatória.

Sobre a cultura escolar das escolas rurais, Manoel Vieira Santos, 72 anos, que estudou em 1951 na Escola Rural do povoado Cruz da Donzela, no município de Muribeca, território do Baixo São Francisco, disse que:

Quando eu comecei a estudar ouvi dizer que a professora ela era formada, a professora era muito boa, especial, atendia os alunos muito bom, ensinava muito bem, aí eu achava boa. [...] A altura dela era de um metro de sessenta e dois, branca, tinha muita experiência, ela chamava os alunos cá pelo seu nome. Fulano, fulano, fulano, fulano, fulano, aí quando chamava, ela ia cantar o Hino Nacional, depois nós “entrava”, e tinha o recreio. Na sala, quando entrava, depois do Hino Nacional, quando entrava, para ensinar aqueles que estavam iniciando, ela pegava na mão para cobrir a letra. Ela pegava na mão para cobrir as letras das crianças. A primeira letra era o ABC. Pegava na mão das crianças, para as crianças irem praticando, não é? Aí quando os meninos praticavam, ela ia ensinar a letra do ABC. Depois que aprendia o ABC, aprendia tudo, passava para estudar aritmética. Tinha sabatina, tinha tabuada. Quem errasse na tabuada, apanhava. O grupo era novo, tinha que juntar e queimar aqueles garranchos, nós “juntava” aquele garranchos deixava o terreno limpo para plantar umas alfaces, tomate, pimentão, umas verdurinhas. (Manoel Vieira Santos, 2016).

Pode-se perceber que o referido aluno tinha conhecimento de que sua professora era formada, e destaca com satisfação o método que a professora utilizava para ensinar aos alunos, pelo material didático que usava, ou pela orientação agrícola. Conforme a narrativa o entrevistado mostra que a professora tinha dedicação, vocação e conhecimento do programa destinado às práticas agrícolas, pois junto com seus alunos ela seguiu as orientações do programa da educação rural; afirmou ainda que ela organizou uma horta e plantou verduras alface, tomate, cenoura e também inhame, batata, aipim. Certamente os alunos aprenderam como desenvolviam as atividades agrícolas. Sobre este tipo de prática pedagógica voltada ao meio rural, lanço mão do registro fotográfico que mostra os alunos desenvolvendo aula prática na escola rural do povoado Cruz da Donzela, no município de Malhada dos Bois, estado de Sergipe, no ano de 1948.

Figura 11 – Alunos desenvolvendo Práticas Agrícolas na Escola Rural “Cruz da Donzela” (1948)



Fonte: Acervo do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (ITBEC), foto ano 1948.

Desta forma, as escolas rurais traziam uma nova concepção pedagógica envolvendo educação, trabalho e higiene, que de certa forma entrava em conflito com alguns costumes enraizados no dia a dia da população. Nesta direção, o pensamento ruralista estimulava o ensino adequado ao meio onde estava inserida a escola rural e o departamento de educação planejou o roteiro para visitar e inspecionar cada escola. Neste sentido, dentre os documentos depositados no acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes), encontrei “o roteiro da primeira Inspeção Escolar” com data de 1 de maio de 1948. A inspeção foi planejada para visitar as escolas rurais, inclusive a escola rural da foto anterior que fica localizada no povoado Cruz da Donzela.

Assim no Arquivo Público do Estado de Sergipe-Apes, na pacotilha da educação, “Fundo E², Volume 278”, encontramos a lista das escolas visitadas e o roteiro da primeira Inspeção Escolar Rural, datado de 1 de maio de 1948.

[...] 1ª Inspeção foi planejada para visitar as escolas rurais do povoado São Domingos no município de campo do brito; escola rural de Frei Paulo no município de Carira; escola rural posto agrícola no município de Itabaiana; escola rural povoado Serra, no município de Itabaiana; escola rural povoado Bonfim no município de Divina Pastora; escola rural povoado Camboatá, no município de Divina Pastora; escola rural Lagoa grande no município de Siriri; escola rural povoado volta no município de Nossa Senhora das Dores; escola rural povoado Bravo urubu no Município de Nossa Senhora das Dores; escola rural povoado feira Nova no município de Nossa Senhora das Dores; escola rural povoado Tamanduá no Município de Aquidabã; escola rural Alto

da Glória no Município de Nossa Senhora da Glória; escola rural povoado Malhada dos Bois no Município de Muribeca; escola rural povoado Espinheiro no Município de Japoatã; escola rural povoado Visgueiro no Município de Muribeca; escola rural povoado Forjes no município de Japaratuba; escola rural povoado Marcação no Município de Rosário do Catete. (Apes, Pacotilha E² V 278).

Os serviços agrícolas foram supervisionados pelo Técnico Rural do Departamento de Educação do Estado, que, além da preparação do pessoal docente e orientação do ensino, fez a verificação periódica do trabalho do professor em cada escola. Suas tarefas ou obrigações abrangeram também a distribuição instrumental agrícola e providências complementares para utilização das áreas livres das escolas. A este respeito trago alguns trechos que considero importantes, pois denotam as opiniões dos ex-alunos. Antonio Vieira Dantas, que estudou na Escola Rural do povoado Bravo Urubu, no município de Nossa Senhora das Dores, assim narra:

Dona Terezinha foi a melhor professora que teve aqui, ela foi quem me ensinou. A escola também era boa, tinha plantações de verduras que a gente fazia, todo aluno fazia sua leirinha, tinha merenda. [...] O estado dava os livros pra e material para plantações tinha tudo: tomate, pimentão, quiabo, maxixe. Lembro que tinha uma inspeção de Aracaju, vinha olhar se estava bonito e via nós fazendo e dava recomendação pra botar remédio nas lagartas, eles traziam os remédios. Lembro também da farda: camisa branca e calça amarela, mas o pai era quem comprava. As carteiras era pra três sentar nos lugares. As meninas era separado, dos meninos, sentava pra cá. Quando a gente ia pro banheiro pegava uma pedra em cima da mesa da professora e se outro aluno quisesse sair tinha que esperar a pedra chegar. (Antonio Vieira Dantas, 2016).

De forma distinta à narrativa de Antonio Vieira Dantas está a declaração de Joana Silva Santana, que estudou na Escola Rural do povoado Quixaba, no município de Nossa Senhora da Glória/SE, e como pode ser percebido, os materiais que deveriam ser distribuídos em todas as escolas rurais, não o foram nesta última. Assim rememorou Joana:

Na escola tinha um salão particular. Na parte do salão tinha um galpão e do outro lado tinha uma residência da professora, tudo pertencia ao prédio, era um prédio só. Tinha uma sala cozinha, onde a professora ficava porque ela morava na cidade não tinha transporte, ela ficava a semana inteira na escola. Pra mim a escola era boa, a professora muito educada, ela ensinava primeiro os alunos que tinha dificuldade de escrever. Ela pegava na mão, depois que ele sai destacando as letrinhas passava para o ABC, quando já conhecia as letras passava para cartilha, quando conhecia as letras salteadas tinha sabatina, que na época era palmatória. Fazia uma roda de alunos servia até de brincadeira e começa a sabatina, depois passava para a Cartilha Analítica. A gente sentava numas carteiras, o lugar de sentar era ferro, e colocava uma tábua assim estreitinha, e às vezes até soltava e ficava ao ponto a gente sentar mesmo só no ferro, e eram poucas, a cada carteira sentava três alunos. Das

práticas agrícolas, não tinha ferramenta, a professora pedia pra gente enxada, aí fazia aquelas leiras, para plantar tomate, pimentão, milho feijão, ela ensinava a forma de plantar. (Joana Silva Santana, 2016).

Pelas narrativas dos ex-alunos Antonio Vieira Dantas e Joana Silva Santana, fica perceptível que todo tipo de material não chegou a todas as escolas. Para elucidar melhor sobre esta questão recorro aos documentos disponíveis do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes). Na pacotilha da educação, “Fundo E², Volume 278”, de 1948, constam sistematizados os roteiros de todas as inspeções realizadas pelo técnico agrícola e professor José Ribeiro Filho. Por amostragem trouxe aqui apenas as quatro primeiras inspeções das escolas rurais:

A primeira inspeção iniciou-se no dia 1º de maio de 1948, na relação apresentada ao Diretor Geral do Departamento de Educação constam as escolas rurais dos municípios de: Campo do Brito, São Domingos, Carira, Itabaiana, Divina Pastora, Siriri, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Nossa Senhora da Glória, Malhada dos Bois, Japoatã, Muribeca, Japaratuba e Rosário do Catete.

A segunda inspeção iniciou-se em 6 de julho de 1948, visitando as Escolas Rurais do povoado Mucambo e Escola Rural do povoado Macacos, ambas no município de Frei Paulo; Escola Rural do povoado Malhada dos Bois, no município de Muribeca; Escola Rural do povoado Espinheiro, município de Japoatã; Escola Rural do povoado Forjes, município de Japaratuba; Escola Rural do povoado Marcação, município de Rosário do Catete; Escola Rural do povoado Oiteiros, município de Maruim; Escola Rural do povoado Colônia Pintos, município de São Cristóvão; Escola Rural do povoado Água Fria, município de Salgado; Escola Rural do povoado Catita, município de Lagarto; Escola Rural do povoado Santo Antônio, município de Boquim; e Escola Rural do povoado Tanque Novo, município de Riachão do Dantas.

A terceira inspeção iniciou-se no dia 9 de agosto de 1948. O professor José Ribeiro planejou o roteiro de viagem para supervisionar as escolas rurais do município de Aracaju; Escola Rural do povoado Oiteiros, município de Maruim; Escola Rural do povoado Marcação, município de Rosário do Catete; Escola Rural do povoado Forjes, município de Japaratuba; Escola Rural do povoado Visgueiro, município de Aquidabã; Escola Rural do povoado Espinheiro, município de Japoatã; Escola Rural do povoado Cruz da Donzela, município de Malhada dos Bois; Escola Rural do povoado Bravo Urubu, município de Nossa Senhora das Dores; Escola Rural do povoado Quixaba, município de Nossa Senhora da Glória; Escola Rural do Alto da Glória, município de Nossa Senhora da Glória; Escola Rural do povoado Colônia dos Pintos, município de São Cristóvão; Escola Rural do povoado Água Fria, município de

Salgado; Escola Rural do povoado Santo Antônio, município de Lagarto; Escola Rural do Tanque Novo, município de Riachão do Dantas; e Escola Rural do povoado Catita, município de Lagarto.

Sobre a terceira inspeção, que o professor José Ribeiro Filho iniciou no dia 9 de agosto quando viajou para a Escola Rural do povoado Oiteiros no município de Maruim, conforme relatório: “ele orientou como revelar o terreno e também como combater as formigas”. Ainda no dia 9 de agosto visitou a escola rural do povoado Volta, no município de Nossa Senhora das Dores, “ao que parece essa escola requer uma fiscalização mais assídua possível”. Não encontrou começo nos trabalhos de horticultores, havendo, porém, plantio de mandioca e semeio de milho. Com essas observações feitas, ele destinou meio dia para os trabalhos horticultores que se deram com a presença da professora e dos alunos. Ressaltou que o terreno estava bem arado e gradeado, serviço que fora feito pelo fomento agrícola de Nossa Senhora das Dores. Observou também que a escola precisava de cinco carteiras, mapas de Sergipe e Carta de Linguagem.

Ainda sobre os trabalhos horticultores, ressalta que no dia 10 de agosto visitou a Escola Rural do povoado Marcação, município de Rosário do Catete. Nessa escola ele encontrou alface, tomate, pimentão, feijão, entre outras plantações. Ainda no mesmo dia viajou para a Escola Rural do povoado Mucambo, no município de Frei Paulo, em virtude de sua inauguração. No dia 11 de agosto visitou a Escola Rural do povoado Forjes, no município de Japaratuba, onde presenciou a colheita de amendoim, cultivo de mandioca, cultivo de feijão. No dia seguinte, 12 de agosto, continuou na mesma Escola do povoado Forjes, observando o espaldeamento em tomate, escarificação e demarcação de jardim. No dia 13 de agosto o inspetor seguiu para a Escola Rural do Povoado Visgueiro, no município de Muribeca, onde pôde observar a tuteiração do tomate, orientou o combate à lagarta de milho, demarcação de jardim, rega em sementeira, escarificação em coentro, couve, alface e pimentão. Dia 14 de agosto viajou para Nossa Senhora das Dores e em função do horário não deu para inspecionar a escola. No dia 17 de agosto, fez a inspeção na Escola Rural do povoado Bravo Urubu, município de Nossa Senhora das Dores, onde orientou a roçagem e preparação do terreno em colaboração com o fomento agrícola.

Dia 18 de agosto visitou a Escola Rural do povoado Volta, ainda no município de Nossa Senhora das Dores, e fiscalizou as ordens dadas anteriormente no dia 9 de agosto quando a visitou e orientou para o prosseguimento dos trabalhos de campo. No dia 19 de Agosto, viajou para a Escola Rural do povoado de Feira Nova, município de Nossa Senhora das Dores, e observou que os trabalhos de campo estavam indo bem, pois já haviam semeado o milho, batata, feijão, e já existiam canteiros para as hortaliças. Já no dia 20 de agosto, foi à Escola Rural do

povoado Tamanduá, no município de Capela, e percebeu que toda a área já estava trabalhada e grande parte já contava com canteiros de hortaliças prontas.

Como pode ser percebido no relatório de supervisão, o professor José Ribeiro iniciou suas visitas no dia 9 de agosto de 1948, que duraram até 20 de agosto de 1948. Visitou nove escolas, entre as visitas realizadas, a Escola Rural do povoado Bravo Urubu e também a Escola Rural Alto da Glória, mas não visitou a Escola Rural do povoado Quixaba, do mesmo município de Nossa Senhora da Glória/SE. Seria demais afirmar que havia algumas preferências? Ou já estavam funcionando a contento?

A quarta inspeção iniciou-se no dia 20 de setembro de 1948, e contemplou a Escola Rural do povoado Visgueiro, no município de Muribeca. Dia 21 de setembro ele inspecionou a Escola Rural do povoado Espinheiro, no município de Japoatã, e participou da solenidade comemorativa do Dia da Árvore no clube agrícola, em seguida houve o plantio de árvore simbólica (eucalipto) na escola. No dia 22 de setembro o professor José Ribeiro estava em Muribeca esperando transporte para viajar para o povoado Bravo Urubu, no município de Nossa Senhora das Dores, e dia 23 viajou. Lá chegando, encontrou a escola fechada, e no dia 24 de setembro voltou a visitar a escola do Povoado Tamanduá, no município de Capela, onde fez arguição sobre batata doce, tomate, etc.

Dia 25 de setembro foi à Escola Rural do povoado Alto da Glória, no município de Nossa Senhora da Glória, e lá observou a plantação de tomate, couve, repolho, alface. O material do Bravo Urubu ele deixou na escola do Alto da Glória. Dia 27 de setembro viajou para a Escola Rural de Feira Nova, no município de Nossa Senhora das Dores. Nessa escola foi necessário construir uma bica para captar água da cisterna, observou que na área da escola existiam três grandes formigueiros. Dia 29 de setembro ficou aguardando transporte, e no dia 30 de setembro retornou para Aracaju.

Como pode ser visto nos dois relatórios, o técnico agrícola visitou duas vezes a Escola Rural em que Antonio Vieira Dantas estudou no povoado Bravo Urubu, e a Escola Rural do Povoado Quixaba não recebeu nenhum tipo de orientação e supervisão. Cabe analisar quais motivações levaram a referida escola do povoado Quixaba a cair no esquecimento? No que se refere aos materiais distribuídos e sua utilização é possível apreender que para realização das práticas agrícolas, as escolas rurais receberam visitas e orientações do técnico agrícola ao supervisionar e registrar o andamento das práticas desenvolvidas em cada escola rural. De um modo mais específico, para testemunhar os assuntos relacionados à agricultura na Escola Rural do povoado Cabrita, município de São Cristóvão, no território da Grande Aracaju, convidei a

professora Sizenard. Ela descreve como era a caracterização e arquitetura da escola rural em que trabalhou em 1949:

A escola era, o salão era novo, tinha parte de residência da professora, e a outra parte da escola era a sala de aula, onde a professora ensinava. E tinha uma área muito grande. Nessa área da frente eu fazia de jardim. Era um jardim com muitas flores, e atrás eu fazia uma horta. A horta plantava de tudo. [...] O que eu mais plantava era aipim, muita alface, cenoura, pimentão. De tudo, toda espécie de hortaliça a gente plantava (Sizenard Souza de Araújo, 2016).

Da mesma forma pode-se reafirmar o modelo de Escola Rural quando Maria Isabel da Cruz dos Santos caracteriza os espaços da escola e descreve as práticas desenvolvidas no interior e no exterior da sala de aula (espaço destinado para realização das práticas agrícolas):

Quando os meninos chegavam, ela pegava [a professora] na mão para ensinar cobrir a letra. Pra mim era uma professora boa. Se era formada eu não sei, mas ela já veio de outra escola, a gente que já era mais adiantado, ela passava o dever no quadro, a gente copiava, fazia ditado, aqueles menino que já acompanhava ditado. Tinha aquele caderno de caligrafia que já vinha com os nomes feito e a gente fazia copiando. Tinha assim, Cartilha do Povo. O primeiro livro que eu tive era um livro chamado assim, “Ler Brincando”. Esse Ler Brincando tinha assim: lata. Que todo material que tivesse, tinha o desenho e a gente lia o nome. Era um livro muito bom, esse Ler Brincando. Depois que eu terminei esse livro, porque eu dei, passei para o Primeiro Pequeno Escolar, depois desse Primeiro Pequeno Escolar, aí fui para o Segundo Pequeno Escolar. Para tomar a lição a gente sentava encostada a ela na cadeira e lia pra ela escutar. Se a gente errasse no dever ia repetir dez vez. Era. Ela passava caligrafia direitinho pra gente. Quando ela corrigia, tivesse um nome errado, e uma sílaba, uma palavra, repetia dez vez. Português eu gostava. Português, Ciências agora Matemática, eu era ruim na tabuada! Agora meu irmão dava show, viu! Era menor do que eu, mas dava show. Das plantações lembro que vinha semente, assim, a gente semeava a semente. (Maria Isabel da Cruz dos Santos, 2016).

Ao analisar que materiais foram dados a ver pelos sujeitos das escolas rurais e que relação poderia ser estabelecida com as propostas educacionais, percebi que o quadro anterior composto por uma relação de matérias para ser distribuído, igualmente, para todas as escolas rurais, foi de essencial importância, pois evidencia, na teoria, a materialidade dos equipamentos. No entanto, ao confrontar o prescrito e o vivido, os documentos e as narrativas dos alunos/professores, chego à conclusão de que houve um maior direcionamento dos recursos materiais para algumas escolas e um possível esquecimento para outras escolas do mesmo estado.

Em relação à falta de material, as narrativas dos alunos José Domingos dos Santos, 72 anos, que estudou em 1949 na Escola Rural do povoado Cedro, município de Laranjeiras/SE, e João Balbino dos Santos, 72 anos, que estudou em 1949 na Escola Rural do povoado Salobra, município de Simão Dias/SE, rememoram e afirmam que nessas escolas não houve o desenvolvimento das práticas agrícolas. José Domingos assim revelou:

Lembro que ela era formada e tinha experiência. Ela ensinava usando o giz, tinha carteiras, quadro pra escrever, tinha cópia da lição, brincava de pega-pega. Nas lições ela perguntava quem errasse tomava bolo de palmatória, das disciplinas eu gostava da matemática, tinha medo de errar. Das práticas agrícolas, não lembro. (José Domingos dos Santos, 2016).

Em consonância com este discurso, João Balbino Santos também afirma: “Prática agrícola, não lembro. Tinha uma área de terra muito grande cercada, mais a água a gente tinha que pegar no tanque longe com um pote na cabeça” (João Balbino dos Santos, 2016).

As memórias evocadas pelos alunos José Domingos e João Balbino nos dão a ver as condições de trabalho das suas professoras, que muitas vezes estiveram completamente desprovidas de orientações técnicas das condições mínimas necessárias para o plantio. Por certo, esta deficiência sem dúvida influi diretamente na má formação do aluno, uma vez que a função da escola rural é preparar o homem produtivo que, além dos conhecimentos básicos, dominasse as técnicas de plantio e fosse garantia de melhor produção, conforme o Decreto-lei 9613, de 20 de agosto de 1946, como Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Manoel Carlos dos Santos, que estudou em 1950 na Escola Rural do povoado Pedras, município de Capela, também rememorou:

A professora eu gostei. Para mim era boa, eu aprendi, não é? Eu aprendi pouco porque estudei pouco tempo, agora as contas que eu aprendi lá, eu não esqueci. Ela era formada, era de Aracaju, ela cobria a letra, era boa, não tinha esse negócio de tá com muito mimo com menino. Ela tomava a lição, aquele menino que não estudou, que não sabia, aí ficava de castigo, como aquele cachorro está ali, um pouquinho, ao menos quinze minutos. O que respondia às professoras deixava de castigo para o pai vim cá conversar. Ele passava 15 minutos. Os outros iam embora e ele ficava. (Manoel Carlos dos Santos, 2016).

Neste sentido, o que aqui pôde ser percebido envereda pelas histórias de vida de sujeitos simples, bem como pelas formas como suas vidas foram se compondo especificamente em torno da educação rural. Os delineamentos que foram se... pondo frente aos desafios de ensinar e aprender no meio rural. Também foram, nesta pesquisa, dados a ver a formação de professores

rurais; o modo como alguns deles, à revelia da lei, foram confrontados; as dificuldades enfrentadas para fazer o curso que os habilitava; as estratégias utilizadas em prol da implantação de uma escola; os materiais didáticos, utilizados ou não; os prédios e espaços escolares; dentre outros elementos. Todos eles foram aqui percebidos a partir do tensionamento das fontes, o que por sua vez revela quão grande pode ser a pluralidade da prática à luz de singularidades do prescrito.

Deste modo, as narrativas de história de vida de ex-alunos e/ou professores e todas as brechas que delas sobressaem constituem elementos que contribuem para a historiografia da educação sergipana sob a perspectiva da história vista de baixo.

Na visão de Jim Sharpe:

Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como corretivo à história da elite, para mostrar, por exemplo, que a batalha de Waterloo envolveu tanto o soldado como o Duque. A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de História (SHARPE, 1992, s/p).

Esta abordagem Sharpeniana se apresenta como uma forma de compreender os fatos por meio da união da história do cotidiano das pessoas comuns com tipos mais tradicionais da história, como por exemplo, a história oficial dada a ver pelas leis e decretos. Sobre este “tipo” distinto de história ou “abordagem”, como considerou Sharpe (2011) em seu artigo *A história vista de baixo*, é necessário tecer algumas considerações, afinal esta forma de historiografia aplicada à educação ainda reúne algumas dúvidas. A título de exemplo, Sharpe (2011) apresentou vários trabalhos, entre eles: o estudo de caso feito por Carlo Ginzburg em seu livro *The cheese and the worms*, que toma como fonte a documentação existente sobre os problemas enfrentados por um moleiro na Inquisição da Itália; *The ties that bound: peasant families in medieval England*, em que a autora Barbara A. Hanawalt faz uma reconstrução da vida familiar camponesa medieval por meio da “inquirição do coroner”, um dos documentos oficiais negligenciados pela história oficial inglesa.

Assim como Guinzburg e Hanawalt, e sobretudo Sharpe, que de forma metódica valeu-se dos trabalhos de Edward Palmer Thompson e John Edward Christopher Hill, para legitimar a abordagem da história vista de baixo e proceder sua teoria sobre a necessidade de considerar as versões de pessoas simples como eu, também eu, numa perspectiva da “história vista de baixo”, percebi a importância das experiências vividas de pessoas simples, pois suas memórias,

em parte ocultas, são desconsideradas em concepções mais amplas da história, como as apresentadas por documentos, leis e decretos. Por isso vale considerar que nas duas últimas décadas, historiadores, situando seus estudos em uma ampla variedade de períodos, lugares e abordagens teóricas, utilizaram de histórias de vida de sujeitos simples como uma maneira a mais de se compreender o passado. Eis o que me propus com este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós devemos então contar histórias? A nossa história? É verdade que, ao narrar uma experiência profunda, nós a perdemos também, naquele momento em que ela se corporifica (e se enrijece) na narrativa. Porém o mutismo também petrifica a lembrança que se paralisa e sedimenta no fundo da garganta [...]. (BOSI, 2003, p. 35).

A educação rural do estado de Sergipe teve uma maior expansão no período entre 1947 e 1951. Partindo do anseio de compreender como as narrativas dos alunos e professores, que por ela passaram, podem contribuir para a memória oral da educação sergipana, recorri às experiências reportando-me ao referido tempo e espaço. Com este intuito e entre os diversos giros que o girassol dá, quero apresentar, não como último, mas como o que aqui chamo de um ponto de parada desta longa história. Ao ouvir, pelas narrativas, as experiências de 30 sujeitos (ex-alunos e/ou professores) encontrei fôlego para caminhar e desbravar lembranças adormecidas que oportunamente foram aflorando. Busquei em cada giro ser conduzido pelas narrativas, e, com a intenção de revelar essas lembranças adormecidas, cutucava indiretamente os alunos/professores detentores do saber acumulado sobre suas experiências relacionadas às escolas rurais.

Ao narrar minha trajetória de vida, revelo como fui surpreendido com uma história comum, história que começou a ser desenhada a partir 1963 na “Escola Rural do Professor Bráulio”, como era conhecida. Foi neste espaço que comecei a construir o meu campo empírico e que vivi a cultura escolar por entre a sala de aula e a varanda da escola, onde acontecia o recreio. Lembro-me das brincadeiras jogando “ximbra”, pega-pega... Não foi muito fácil fazer da minha memória, bem como da memória dos meus entrevistados, o objeto de estudo. Foram muitas as idas e voltas para conduzir o referencial teórico metodológico e para legitimar este trabalho investigativo. Nas incansáveis buscas encontrei o suporte teórico que me permitiu construir o referido estudo, encontrei na “história vista de baixo” a possibilidade de seguir a caminhada da pesquisa.

Neste sentido, as contribuições de Thompson (1981) foram muito caras, pois permitiram ver com outros olhos a educação rural em Sergipe, e me colocar no lugar de sujeito histórico e pesquisador. Diante disso, não seria possível analisar as narrativas dos 30 sujeitos tomadas como objeto deste estudo sem considerar os pressupostos da história cultural e social inglesa e da abordagem da história vista de baixo. Assim como Jim Sharpe, que analisou a importância da carta de um soldado raso enviada aos familiares, para compreender a batalha de *Montaillou*,

eu me vali das narrativas que aqui apresentei para estudar a educação rural em Sergipe no cronótopo delimitado.

Deste modo, para além dos documentos e dos normativos, foram muito úteis os conceitos de experiência, elaborado por E. P. Thompson, e de memória, defendido por Ecléa Bosi (1995), pois esta pesquisa não poderia ser concretizada sem analisar e compreender a importância das memórias dos ex-alunos e/ou professores entrevistados nos oito territórios sergipanos. Desta forma, ficou perceptível que a compreensão de memória foi necessária em todo o período da pesquisa, pois ao ouvir as narrativas contadas pelos sujeitos me recordava das palavras de Marilena de Souza Chauí, escritas no prefácio do livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi (1995), quando nos recomendou que “lembrar não é reviver, mais é reconstruir o passado, mesmo que incompleto, e entre cortes e seleções fica apenas o que significa”. Continua Chauí, ao perguntar, “o que em mim fica?” O que em mim significa? E foi o que significou sobre a Escola Rural Sergipana o que importou neste trabalho.

Ao adentrar nos problemas de pesquisa e o que foi possível sobre eles responder, há que se destacar que o modelo de educação rural foi baseado no ruralismo pedagógico que defendia a permanência do homem no seu local de origem e conseqüentemente conter o deslocamento da população rural para os centros urbanos (o êxodo rural), que nas décadas de 40 e 50 do século XX tornou-se um fenômeno preocupante para os governos brasileiros, pois causou um esvaziamento no campo e uma superpopulação nas cidades. Além disso, os indicadores do IBGE (1950) sinalizaram um alto índice da população rural analfabeta, desprovida de acesso à escola. Por sua vez, o Ministério da Educação e Cultura junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (MEC/Inep, 1948), em meados da década de 1940, diagnosticaram a má qualidade da educação rural, principalmente nas escolas primárias, e concluíram que o quantitativo de escolas foi menor que as demandas, deixando um grande número de crianças em idade escolar fora da escola, além da má formação de professores, sobretudo no meio rural.

Com vistas a suprir tais deficiências, o governo federal criou o Fundo Nacional do Ensino Primário, pelo Decreto-lei nº 4958 em novembro de 1942, com o intuito de viabilizar os recursos financeiros para que fosse levado a efeito o plano de ampliação e construção de escolas do ensino primário em todo o país. O Estado de Sergipe assinou o primeiro acordo em 1947 para construção de 28 escolas rurais, localizadas fora das sedes dos municípios, sendo a localização dos prédios escolhida a partir da orientação do Inep. Dois outros contratos foram firmados, um em 1948 destinando-se à edificação de 40 prédios, e outro em 1949 para construção de mais 70 unidades. A partir destes acordos, mais contratos foram assinados, um

em 1950 e outro em 1951, e assim o Estado de Sergipe congregou a construção de 218 prédios para escolas rurais. Tudo isso para manter o homem no ambiente rural.

Em relação ao fato de a escola rural poder oferecer aos seus alunos aquilo que eles necessitavam, há que se considerar uma série de aspectos que vão desde o desconhecimento, por parte dos rurícolas, de como era a vida nos núcleos urbanos e conseqüentemente uma idealização de como ali se vivia, até os preconceitos em torno da educação que boa parte deles consideravam já saber, ficando as técnicas e a potencialização rural suplantadas em alguns casos, como por exemplo quando os pais não matriculavam os filhos na escola porque não viam sentido em que eles fossem para a escola “trabalhar de enxada sem ganhar nada”.

Por certo o projeto de construção das escolas rurais espalhou escolas por todos os territórios do estado, somando no período estudado, como já revelado, 218 escolas, o que em uma primeira análise colocaria o estado, considerando suas devidas proporções, num lugar que poderia ser bem-sucedido nesta modalidade de ensino. Entretanto, ao ouvir contar as histórias dos alunos e/ou professores e confrontando-as com os documentos escritos, ficou evidenciado que nenhum daqueles professores foi formado em Escola Normal Rural, poucos tiveram curso intensivo de formação de professores rurais e que alguns deles ingressaram na condição de professor rural por indicação política, sem sequer concluir o ensino primário.

O Fato de professores não terem uma formação específica para atuar nas escolas rurais, implicou, de certa forma, na ausência de habilidades que favorecessem o desenvolvimento do homem do meio rural, pois a prática escolar desenvolvida por professores leigos certamente não estava em conformidade com os critérios preconizados pelo Inep, muito menos com a função da escola rural. O resultado disso foi uma escola frágil e de difícil promoção, sobretudo porque a relação entre o prescrito e o vivido não contemplou a realidade local em especial a falta de professores habilitados e ainda a dificuldade em formá-los com características específicas que atendessem as demandas locais.

Outro fator que deve ser considerado na análise é que o currículo para o curso intensivo de formação de professores rurais que deveria ter duração de dois anos, na prática, no período estudado, não aconteceu. Tal curso era composto pelas seguintes disciplinas: 1º ano – Matemática; Geografia; Francês; Música; Educação Física; Desenho; Trabalhos Manuais e Práticas Agrícolas. 2º ano – Português; Matemática; História do Brasil; Francês; Música; Educação Física; Desenho, Trabalhos Manuais; e Práticas Agrícolas. O curso intensivo no estado de Sergipe reduziu o conteúdo e o tempo para oito semanas, focando nas aulas práticas de “Agronomia Geral e Especial – Zootécnica Geral e Especial – Horticultura Geral e Especial – Avicultura Pomicultura – Combate às doenças e pragas das plantas cultivadas – Tecnologia

e Jardinacultura. Além disso, quando os professores responsáveis por tais disciplinas não iam, por algum motivo, lecionar nas escolas rurais, eram substituídos por aquele que melhor conviesse ao chefe político local, o que traduz uma falta de homogeneidade na prática da proposta e o modo como problemas educativos são resolvidos.

Neste caso, percebi que se por um lado a Escola Rural deixou lacunas relacionadas ao currículo, às práticas escolares, ao material didático e à formação de professores e tais aspectos estiveram longe de atender à boa preparação do rurícola, por outro ficou perceptível que alunos que estudaram nas escolas rurais no período de 1947 a 1951 seguiram alguma carreira e foram bem-sucedidos na sua profissão, como por exemplo o jornalista e sociólogo Luiz Antonio Barreto e o padre Fernando Ávila, dentre outros, mas sobre isso caberia um outro estudo.

No tocante às práticas educativas desenvolvidas nas escolas rurais do estado de Sergipe, as experiências dos ex-alunos e/ou professores entrevistados mostraram que no interior da sala de aula da Escola Rural elas giravam em torno do tripé: ler, escrever e contar. A leitura e a escrita eram trabalhadas de maneira que pudessem proporcionar ao aluno um exercício repetitivo de cópia de lição, dotado de leituras orais e ditados. Sem dúvida, o método baseado na repetição e memorização foi herdado dos professores que aprenderam com seus professores, e que reproduziam para seus alunos. No que se refere às práticas educativas eminentemente rurais, considere não somente os normativos, mas sobretudo os relatórios de aulas práticas dos cursos realizados e o que se pôde perceber foi que de fato tanto os materiais pedagógicos, quantos os espaços das aulas, e também os professores ministrantes, atendiam, para os que fizeram o curso, aos anseios de dotar os estudantes rurícolas de conhecimentos que potencializam o campo. Entretanto, a apropriação desses pelos futuros professores e por seus alunos, só poderiam ser medidos, também, em outro estudo que o tivesse como objeto.

Sobre o fato de a metodologia da história oral poder contribuir para interpretar o instituído e o vivido pelos ex-alunos e/ou professores das escolas rurais do estado de Sergipe, considero que tal metodologia permitiu me apropriar das referidas narrativas espalhadas em todos os territórios sergipanos, a fim de realizar o propósito e interrogar os documentos oficiais, e neste sentido foram identificadas algumas incongruências relacionadas, dentre outros aspectos, aos materiais didáticos. Por exemplo, os documentos afirmam que foi feita a aquisição de material para as escolas rurais, no entanto, nas narrativas ficou evidenciado que nem todas as escolas receberam igualmente. Outro aspecto revelado pelas narrativas foi com relação às práticas agrícolas, pois os relatórios de supervisão da educação rural apresentaram que houve supervisão técnica, mas não foi o que parte dos entrevistados revelou. Assim sendo, o que fica claro é que o confronto entre o prescrito e o vivido muitas vezes é preterido, entretanto, o que

aqui foi pontuado serve de alerta para que determinados discursos sejam interrogados e, em certa medida, problematizados e desmistificados.

E assim, na tentativa de acompanhar os giros do girassol, fixei vários olhares que por alguns momentos foram claros quando encontrei fontes, vestígios e evidências; já em outros, obtive uma visão um tanto que diáfana, pois os documentos empoeirados pelo tempo e de difícil manejo não foram passíveis de uma ampla análise. Evidente que minhas limitações frente ao problema me levaram a não contemplar todas as suas definições. Mesmo assim, espero que este estudo possa contribuir para o pensamento ligado às ciências sociais aplicadas à educação, assim como, também, que esta produção de conhecimentos seja acessível ao homem do meio rural, a fim de que ele se sinta sujeito da história e que possa ser agente crítico da sua própria situação, tanto na sociedade sergipana quanto na brasileira. Talvez os giros tenham me favorecido e o destino, que outrora me fez aluno, hoje me tornou um pesquisador ao ouvir e contar a minha história e as histórias de 30 sujeitos que também compuseram o cenário da educação rural em Sergipe (1947 a 1951), e que, por esta pesquisa, são dadas a ler nas páginas da história da educação sergipana que ora apresento.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA FILHO, José Carneiro de. **Acrísio Cruz: relato da trajetória do intelectual sergipano**. In: SEMINÁRIO O NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E A PESQUISA EDUCACIONAL, 2009, São Cristóvão/SE.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo V. de. **As obras de plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947 – 1950)**. In: 9º SEMINÁRIO DO COMOMOBRA: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente Brasília. Junho de 2011. Disponível em: <www.docomomobsb.org>. Acesso em: 18 set. 2016.

ARAUJO, Acrísio Torres de. **História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina LTDA, 1970.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921 – 1952): uma abordagem comparada**. 215f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

BARRETO, Luiz Antônio. **Acrísio Cruz antologia**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

BARRETO, Luiz Antonio. **Personalidades sergipanas**. Aracaju: Typografia Editorial, 2007.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Laísa Dias; SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Dos castigos e da disciplina: práticas escolares no território sul sergipano. Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, v. 01, n. 01, p. 77-87, out. 2012.

BARRETO. Raylane Andreza Dias Navarro; MESQUITA, Ilka Míglia de; SANTOS, Laísa Dias. **História oral: metodologia constitutiva de narrativas históricas**. In: **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 5, n. 8, jan./jun. 2013.

BARRETO. Raylane Andreza Dias Navarro; MESQUITA, Ilka Miglio de; SANTOS, Laísa Dias. **Por uma história da profissão docente vista de baixo: modos de educar, práticas escolares e cultura escolar no território sul sergipano (1930 – 1950)**. Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.

BERGER, Miguel André. O ensino rural e a atuação do intelectual Acrísio Cruz. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, n. 36, p. 165-173, jul./dez. 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

CUNHA, Adriana Mendonça; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Robert King Hall, o INEP e as escolas rurais do estado de Sergipe. In: X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Percursos e desafios na história da educação luso-brasileira. **Anais...** Curitiba, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – Ensaio Geral.

DAMASCENO, Maria Nobre; THERRIEN, Jacques (Coord.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. (Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico).

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a05v30n1.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; SANTOS, Marileide Lopes dos (Org.) **Reformas educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2010, p. 19.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. As lições de português para o ensino ginásial no Estado Novo, nas páginas floridas. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílico (Org.). **Práticas escolares e processos educativos**: currículo, disciplina e instituições escolares (séculos XIX e XX). Vitória: Edufes, 2011.

FURGERI, Maria Antônia de Lima Ribeiro. **Escolarização no meio rural**: Caraguatatuba (Anos 1920-1940). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2006.

GOMIDES, José Eduardo. A definição do problema de pesquisa: a chave para o sucesso do projeto de pesquisa. **Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão** (Cesuc) – Ano IV, n. 06, 1º semestre, 2002.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recanto da memória**: reflexões metodológicas sobre história oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares. **Memórias de educadoras sergipanas**: práticas escolares e cultura escolar no Município de Umbaúba-SE no período de 1955-1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unit. Aracaju/SE, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 28.

HILL, Jean Edward Christopher. A bíblia inglesa e as revoluções do século XVII, Editora Record, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais da Idade Média**, 2. ed. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 2006.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores**: da escola normal à escola de educação. Ruy Lourenço Filho (Org.). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

MENNUCCI, Sud. **A crise brasileira da educação**. 2. ed. São Paulo: Ed. Piratininga, 1934.

MESQUITA, Ilka Miglio de; VALLE, Ione Ribeiro; CARVALHO, Rosana Areal de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.). **Nas dobras de Clio**: História Social e História da Educação, Belo Horizonte: Mazza, 2014.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista do Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: Instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo**: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968) Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Edição, Rio de Janeiro: DP&A, 1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, José Antônio Mendonça. **A educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935-1960). In SCCUGLIA, Antonio Celso; MACHADO, Charliton José (org). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas/SP: autores associados, 2006

REZENDE, Cacia Valeria de. **Educação no sertão: memórias e experiências das professoras do alto sertão sergipano (1950 – 1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unit. Aracaju/SE, 2013.

SANTOS, Vera Maria dos. **A geografia e os seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFS. São Cristóvão, 2004. 183 p.

SANTOS, Vera Maria dos. A Geografia em Sergipe e os seus livros didáticos para o ensino primário: do século XIX ao século XX, **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 29, n. 15, p. 166-196, Ano 2007.

SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; ALMEIDA, Jane Soares de; VALDEMARIM, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1992.

SILVA, Rony Rei do Nascimento, **100 escolas rurais construídas em 15 dias: plano de expansão e financiamento para criação da escola primária rural em Sergipe (1947 – 1961)**, Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2015.

SILVA, Heloisa da; ROLKOUSKI, Emerson. **A(s) voz(es) do passado – história oral: Paul Thompson x Philippe Joutard**. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, Bauru: 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt5/09.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. **A escola e a memória**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDSUSF. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada do estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. A organização pedagógica da escola primária no Brasil: do modo individual, mútuo, simultâneo e misto à escola graduada (1827 – 1893). In: GONÇALVES NETO, W.; MIGUEL, M. E. B.; FERREIRA NETO, A. (Org.). **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares** (séculos XIX e XX). Vitória: EDUFES, 2011, p. 337 – 367.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria** – ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Teatros de memória. In: **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, fev. 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 528, 3 v., 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, L. M. de. **As lentes da história**. Capinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. *Currículo sem fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009.

WERLE, Flávia Obina Corrêa. **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

FONTES DOCUMENTAIS

BRAGA, Murilo. Plano para desenvolvimento do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 496-508, mar./abr. 1946.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União - Seção 1 - Suplemento - 16/7/1934.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1948). **Novos prédios escolares para o Brasil**. Rio de Janeiro: Inep, 1948, Boletim nº. 40.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, (1949) Vol. 13 Boletim Nº 35 Rio de Janeiro, 1949.

CUNHA, Mendonça Adriana. **Notas iniciais sobre Robert King Hall e as missões culturais norte-americanas no Brasil (1940 –1950)**, Boletim Historiar, n.10, jul. /ago. 2015, p.13-19| <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>

DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. Eurico Gaspar Dutra na abertura da sessão legislativa (1947). In: BRASIL. **A educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**. Brasília Inep, vol. 1, p. 155-177.

ENTREVISTA do Ministro da Educação e Saúde sobre a situação do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 21, p. 492-495, mar./abr. 1946.

ESTADO DE SERGIPE, Setor de planejamento (SEPLAN-SE). Biblioteca da Secretaria do Governo de Estado de Sergipe. Aracaju, Julho de 2016.

ESTADO DE SERGIPE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Nº 9.786 de 1946

ESTADO DE SERGIPE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Junho de 1947

ESTADO DE SERGIPE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Nº 10138 de 1948.

ESTADO DE SERGIPE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Janeiro de 1950

ESTADO DE SERGIPE. **Relatório do Curso de formação de professores rurais**. 1950.

ESTADO DE SERGIPE, **Relatório de aula pratica**. Arquivo Público do Estado de Sergipe, E², V. 278, 1948

HALL, Robert King. Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Inep: Rio de Janeiro, janeiro-abril. 1950a.

HALL, Robert King. Educação Rural: tópicos para estudo e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Inep: Rio de Janeiro, maio-agosto. 1950b.

ITBEC,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. S/d. <Disponível em: www.oei.es/historico/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf> Acesso em: 16 maio 2016

MENNUCCI, Sud. **Discursos e conferências ruralistas**. São Paulo: [s. n.], 1946. 224 p.

O ENSINO Primário em Sergipe. In: LOURENÇO FILHO (Org.). **O ensino primário no Brasil (através dos comunicados do Ministério da Educação)**. São Paulo: Melhoramentos, 1934, cap. XXI, p.175-182. (Biblioteca de Educação, v. XXI).

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1948, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe**. Aracajú: Diretoria Geral do Departamento de Educação. 1948.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe**. Aracajú: Diretoria Geral do Departamento de Educação. 1949.

SERGIPE. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa Estadual por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo Dr. José Rollemberg Leite, governador do estado de Sergipe.** Aracajú: Diretoria Geral do Departamento de Educação. 1951.

TORRES, Alberto. **A organização nacional.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

FONTES ORAIS

ANDRADE, Zeferina Santos de. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Itabaiana/SE, 2016.

ALVES, Agnália Ferreira. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Brejo Grande/SE, 2016.

ANJOS, Maria Gedalva Silva dos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho, Laísa Dias Santos e Luzianne dos Santos. Nossa Senhora do Socorro, 2016.

ARAÚJO, Sizenard Souza. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Aracaju/SE, 2012.

BARRETO, Luiz Antonio. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Aracaju/SE, 2012.

COSTA, Maria Lúcia dos Santos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Itabi/SE, 2016.

DANTAS, José Domingos dos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Laranjeiras/SE, 2016.

JESUS, José Armando. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Malhador/SE, 2016.

LOPES, Zilda Farias. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Pedrinhas/SE, 2016.

MELO, Maria Matilde de. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Japaratuba/SE, 2016.

MENEZES, Maria Dagmar. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Cassia Valéria Rezende. Nossa Senhora da Glória, 2012.

MENEZES, Maria José Teles de. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Brejo Grande/SE. 2016.

MONTEIRO, José dos Santos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Salgado/SE, 2016.

NASCIMENTO, João Francisco do. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. São Cristóvão/SE, 2016.

PEREIRA, Luzinete Caetano. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Lagarto/SE, 2016.

REIS, Elienalda de Souza. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida Laísa Dias Santos, Rony Rei do Nascimento Silva. Indiaroba, 2012.

SANTANA, Joana Silva. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Nossa Senhora da Glória/SE, 2016.

SANTOS, João Balbino. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Lagarto/SE, 2016.

SANTOS, Antônio Vieira dos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Nossa Senhora das Dores/SE, 2016.

SANTOS, Josefa Cardoso dos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Arauá/SE, 2016.

SANTOS, Manoel Carlos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Capela/SE, 2016.

SANTOS, Manoel Vieira. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Malhada dos Bois/SE, 2016.

SANTOS, Maria da Conceição. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Capela/SE, 2016.

SANTOS, Maria Isabel da Cruz. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. São Cristóvão/SE, 2016.

SANTOS, Maria Pureza Silva. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Japoatã/SE, 2016.

SANTOS, Otília dos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Capela/SE, 2016.

SILVA, Maria do Carmo Fontes. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida Laísa Dias Santos, Luzianne dos Santos, Rony Rei do Nascimento Silva. Riachão do Dantas, 2012.

SILVA, Maria Luiza Barbosa. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a Cassia Valéria Rezende. Poço Redondo/SE, 2012.

TELES, Maria da Conceição Santos. **Relato oral sobre sua história de vida.** Entrevista concedida a José Carneiro de Almeida Filho. Brejo Grande/SE, 2016.

REVISTAS

Revista (Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, nº 39, Vol. XIV, pag. 17)

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, IBGE, 1970 Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, **Séries Estatísticas Retrospectivas**, 1970.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Roteiro para entrevista

(Baseado na proposta de: THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992, p. 367)

(Mapear as narrativas para formação da memória)

IDENTIFICAÇÃO

Local:

Data:

Nome do informante:

Lugar de nascimento:

Endereço atual:

Ano de nascimento:

Estado civil:

Pai:

Mãe:

Profissão de ambos:

Quantos irmãos:

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Com quantos anos começou a ir à escola?

Quem lhe matriculou?

Onde se localizava essa escola:

Nome da primeira escola:

Como era a escola (tipo):

O qual a sua avaliação da escola? A época em que estudou?

Primeira professora (como ela era)?

Formação?

Experiência docente:

Como era a professora? E hoje?

Métodos usados para aprendizagem do aluno no primeiro ano de escola

Como eram os métodos nas diferentes disciplinas?

Cobrir letra,

Pegar na mão do aluno para ensinar a escrever,

Fazia ditado,

Cópia,

Exercício,

Revisões

Tinha recreio? O que faziam nele?

Cartilhas (como se soletrava? Pronúncia das letras.)

Como tomava a lição (era de um por um?)

Tinha quadro de giz, caderno, livro?

Tinha sabatina? O professor chamava no quadro?

DISCIPLINAS ENSINADAS NA ESCOLA

Qual a que você mais gostou? E por que?

Como era ensinado o Português?

Como aconteciam as provas?

Matemática, como era ensinada?

Ciência, havia algum recurso metodológico?

Prática agrícolas, tinha prova?

Tinha um técnico para orientar?

Quando passava de ano, mudavam-se as técnicas?

Por que a escola ensinava essas técnicas e práticas agrícolas?

Tinha uniforme?

GOSTARIA DE LHE PERGUNTAR SOBRE SUA VIDA PROFISSIONAL

Depois da escola rural continuou estudando em outras escolas?

Entrou na Universidade?

Qual curso?

Foi ensinar?

Qual a importância da educação escolar na vida do ser humano?

Qual a sua profissão atualmente?

O que representou a escola rural no seu processo formativo e profissional?

APÊNDICE 2 – Mapas dos territórios com fotos dos entrevistados

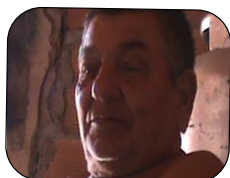
TERRITÓRIO CENTRO SUL SERGIPANO



TERRITÓRIO SUL SERGIPANO



TERRITÓRIO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO



Antônio Vieira Dantas
Nossa Senhora das Dores



Maria Lúcia dos Santos Costa
Itabi

TERRITÓRIO AGRESTE SERTÃO SERGIPANO



Zeferina Santos Andrade
Itabaiana



José Armando de Jesus
Malhador

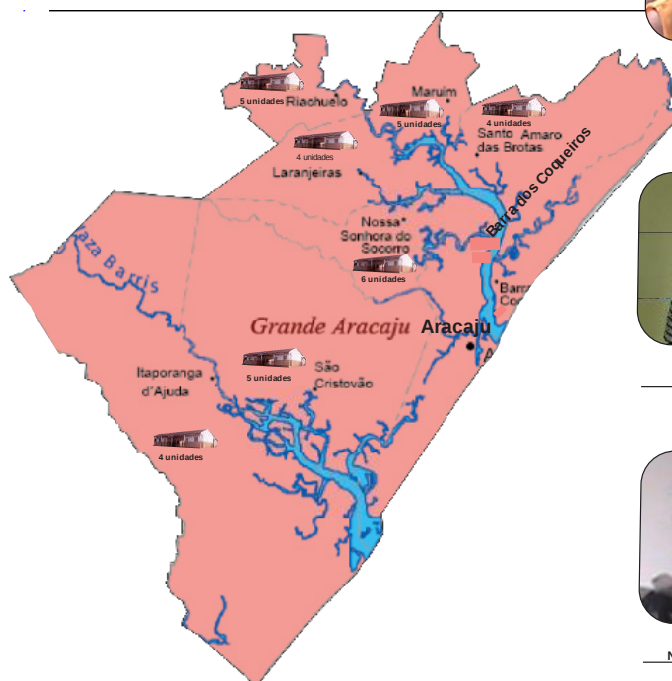
TERRITÓRIO GRANDE ARACAJU



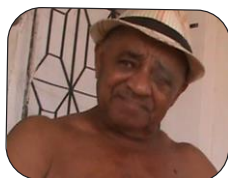
Sizenard Araújo Dantas
São Cristóvão



Maria Izabel da Cruz Santos
São Cristóvão



José Domingos
Laranjeiras



João Francisco Nascimento
São Cristóvão



Maria Gedalva de Jesus
Nossa Senhora do Socorro

TERRITÓRIO ALTO SERTÃO SERGIPANO



Maria Luiza Barbosa da Silva
Poço Redondo



Joana Silva Santana
Nossa Senhora da Glória



Maria Dagmar Menezes
Nossa Senhora da Glória

TERRITÓRIO LESTE SERGIPANO



Manoel Carlos dos Santos
Capela



Otilia dos Santos
Capela



Maria da Conceição Santos
Capela



Maria Matilde Melo
Japaratuba

TERRITÓRIO BAIXO SÃO FRANCISCO



Manoel Vieira dos Santos
Malhada dos Bois



Agnália Ferreira Alves
Brejo Grande



Maria Pureza Silva Santos
Japoatã



Maria José Teles Menezes
Brejo Grande

ANEXOS

ANEXO 1 – Relatório de aula prática no Aviário D. Pedro II

Relatório da nossa aula prática de agricultura
na no Aviário D. Pedro II
Araçá, 17-2-48.

Aos dezesseis dias deste mês, às três e meia horas da tarde, eu e minhas colegas, fomos assistir à aula prática de agricultura, dada pelo nosso dedicado prof. Dr. José Ribeiro Filho, no Aviário D. Pedro II nesta cidade. Foi muito interessante e ao mesmo tempo proveitosa essa aula.

O nosso prof. foi nos guiando e nos conduziu ao galinheiro industrial, explicando-nos os nomes e o modo pelo qual são criadas as aves nesse lugar. O galinheiro industrial é constituído de poleiros com paus abaulados, ninhos, alcapões, funcionando automaticamente. Havia no galinheiro comedouros e bebedouros apropriados. O comedouro com umas divisões, evitando assim que as galinhas deixem cair nos alimentos suas fezes. Bem assim é o bebedouro, com pau roliço móvel pelo mesmo motivo. Para saber se a galinha é boa poedeira, coloca-se os dedos entre os squiros. Quanto maior for o espaço, melhor será a galinha na produção.

A galinha Bodes de raça mista produz ovos e boa carne. Cada galinha tem o seu número preso no pé, para o fiscalizador saber qual o rendimento anual. Passamos depois ao segundo galinheiro, onde estavam as galinhas de raça Leghorn que são as mais poedeiras que existem. Esse galinheiro é semelhante ao 1º que descrevi. Os alimentos das galinhas, são rações compostas de todas as substâncias alimentícias que são chamadas rações balanceadas. Depois de vermos os galinheiros,

seguimos para a sala de incubação. Nessa sala, há dois tipos de criadeiras, assim como dois de chocadeiras ou incubadeiras que substituem perfeitamente as galinhas. Depois de 21 dias que é o tempo em que o pinto sai da casca damos o nome de eclosão. Os ovos para serem postos na chocadeira, devem ter no máximo 10 dias, pesando cada ovo 60 grs; o que se verifica facilmente com o aparelho denominado canificador que se destina a medir os ovos que vão para a chocadeira. Na sala de incubação, há um termômetro para avaliar a temperatura da chocadeira, que deve ter 103 graus durante a incubação. Há também um higrômetro para controle da humidade da chocadeira. Depois de fazermos um estudo geral sobre essa parte do Aviário, nosso prof. nos levou para conhecermos e estudarmos a horta.

Horta

Decemos uma ladeira e chegamos ao local onde estava plantada a horta. Esta é grande e bem tratada. Em um dos seus lados corre um pequeno riacho, cujas águas são aproveitadas a irrigação das plantas. Os aparelhos mais comuns são:

- a) Irrigadores grossos e finos
- b) Baliza
- c) Enxada ou enxadões
- d) Pa
- e) Arado
- f) Gado
- g) Racho

a) Irrigadores com crivos grossos servem para plantas grandes; e com crivos finos para as menores.

leiras.

- b) Balisa para fazer os alinhamentos.
- c) Enxada ou enxadão serve para cavar terra no compacto.
- d) Sa deiteira para transporte de terra.
- e) Ancinho para cavar os canteiros e plantar lixo.
- f) O gadanho é diferente do ancinho porque os dentes são menores e com maior espaço.
- g) Lacho serve para pequenas capinas e como também abrir pequenos sulcos.

Passamos depois a ver as diversas hortaliças que poderiam ser lançadas no terreno, após a devida preparação.

Hortaliças:

O pimentão é uma hortaliça que não se faz ao meio definitivo e sim por meio de canteiros.

A couve tem três operações: semeadura, repicagem e canteiro. A repicagem se faz por meio de uma tábua furada com espaço de 10 cm.

Quanto ao tomate, põe-se um tutor ou espalmeamento; espaçamento do tomate 80 cm. por fileira e 40 cm. de um pé ao outro.

A cenoura é plantada (se planta) definitiva faz-se o semeador de 20 a 20 cm. depois faz-se o desbaste deixando 10 cm. em cada pé.

O melão é uma hortaliça de qualidade boa.

Conclusão:

Depois de exposto, vê-se claramente a eficiência destas aulas que nos habilitam a afastar o véu da ignorância dos olhos de nossos alunos tornando interessante, um assunto que até então

não tinha sido levado a efeito. Assim sendo,
ficam todos familiarizados com o manejo da
quilo que, para o futuro, lhe seria de grande
utilidade: - o cultivo do campo

Maria José Nassimato

ANEXO 2 – Capa da *Cartilha do Povo*

ANEXO 3 – Prática escolar: uso de teatro de bonecos



ANEXO 4 – Transporte das cursistas (1948)



ANEXO 5 – Aula prática com animais



ANEXO 6 – Termo de entrega das escolas rurais

